UNIFORMES DA GUARDA NACIONAL: 1831-1852
A INDUMENTÁRIA NA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE UMA
ASSOCIAÇÃO ARMADA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA USP

ADILSON JOSÉ DE ALMEIDA
ESPECIALISTA DO MUSEU PAULISTA/USP

PROF. ULPIANO TOLEDO BEZERRA DE MENESES
ORIENTADOR

ÍNDICE

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 2 - ESTUDO DOS UNIFORMES	
Estudos gerais	6
Uniformes militares	8
Uniformes no Brasil	16
Uniformes da Guarda Nacional	19
CAPÍTULO 3 - HISTORIOGRAFIA DA GUARDA NACIONAL	24
CAPÍTULO 4 - FONTES	
Legislação e administração	43
Iconografia	45
Literatura	47
Imprensa	48
Peças de indumentária	51
CAPÍTULO 5 - OS UNIFORMES	
Quadro geral: a norma e os modelos	53
Primeiro plano de uniformes	54
Segundo plano de uniformes	62
O fornecimento. Os sem-uniforme	72
CAPÍTULO 6 - FUNÇÕES PRAGMÁTICAS	
Proteção contra choques e intempéries	84
Regulação da temperatura	87
Favorecimento à mobilidade	88
Roupas de baixo e higiene do corpo	94

CAPÍTULO 7 - FUNÇÕES DIACRÍTICAS

Os postos da hierarquia	100
As armas militares	107
As unidades provinciais e locais	110

CAPÍTULO 8 - FUNÇÕES SIMBÓLICAS

Uniforme e honra do guarda nacional	116
Auto-imagem	120
Qualidade do uniforme e diferenciação do guarda nacional	123
Dos interesses públicos aos pessoais	127
A faixa de escolha	130
Imagem do estado: uniforme e exploração dos segmentos populares	136

CAPÍTULO 9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Guarda Nacional e Exército	148
Guarda Nacional e modalidades de controle social	151
A Guarda Nacional como associação estamental	155

10 - BIBLIOGRAFIA	162
-------------------	-----

11 - FONTES	172
-------------	-----

12 - ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES	173
-----------------------------	-----

13 - GLOSSÁRIO	175
----------------	-----

14 - ANEXOS	178
-------------	-----

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

A preocupação de fundo que anima a pesquisa que ora apresentamos sobre uniformes militares é desenvolver uma análise da indumentária compreendida como um dos vetores materiais da produção e reprodução social. Este não é e nem poderia ser nosso objetivo imediato. Constitui, sim, o campo dentro do qual tentamos orientar nossa análise. Procuramos, portanto, realizar um trabalho que se insere no âmbito dos estudos de cultura material. Isto significa afirmar que os aspectos técnicos de manufatura, os procedimentos de comercialização, as formas de consumo e outras questões, nos interessaram quando pudemos referi-las ao problema geral da organização, desenvolvimento e mudanças de sociedades. Em outras palavras: estudar a cultura material não é estudar artefatos mas, por intermédio deles (complementados por outras fontes), estudar sociedades.

Nosso objetivo, portanto, foi examinar a utilização de indumentária numa forma de associação em especial, a tropa militar, procedimento que permitiu a formulação mais precisa dos problemas. Este trabalho tem, assim, um caráter marcadamente exploratório, de primeira tentativa de forjar caminhos mais seguros para as análises neste âmbito de pesquisas.

Uniformes militares existem desde a Antigüidade, conforme nos indicam importantes estudos sobre vestuário¹. Mas situamos como horizonte máximo de nosso trabalho, o emprego de uniformes a partir das sociedades modernas. É no período de formação destas sociedades, que o termo “uniforme” começou a ser utilizado, como veremos, para designar indumentárias e equipamentos com características homogêneas para determinados grupos, inicialmente para contingentes militares. Nas associações militares desde o século 16, pelo menos, são previstos e regulamentados; em escolas e prisões começaram a experimentar um emprego sistemático a partir do século 19, período que conhecerá em seu final uma expansão das práticas esportivas, fato que incrementou ainda mais o uso destes trajes.

A regulamentação oficial dos uniformes é uma característica que os torna estratégicos para o estudo de indumentária. Ela não existe apenas para os uniformes, há outros trajes de uso regulado como, por exemplo, vestes talaras em hospitais e asilos

¹ Nossas referências, neste sentido, foram: Bruhn (1962), Deslandres (1985) e Racinet (1992).

psiquiátricos, roupas profissionais em empresas, vestimentas especiais em instituições religiosas, judiciárias e outras. A diferença em relação aos uniformes está no alcance da regulamentação para estes, que atinge, em geral, os menores detalhes do vestuário, enquanto para as outras roupas existe uma liberdade maior do usuário para compô-las. A codificação minuciosa dos uniformes nos possibilita lidar com conjuntos de regras bastante explícitas para analisarmos ocasiões e formas de uso, princípios reguladores de sua configuração, valores associados e outros aspectos da indumentária.

Entre todos os tipos de uniformes são os militares aqueles que sempre chamaram mais a atenção, ao menos constituem o objeto de um maior número de publicações. De fato, obras sobre assuntos militares trazem, freqüentemente, imagens e textos sobre os uniformes de corporações armadas. Ou então, se editam publicações ilustradas, sobretudo, álbuns e catálogos específicos de indumentária militar. Quanto a outros uniformes, os escolares, por exemplo, comparativamente bem pouco se produziu mesmo que consideremos publicações do tipo referido. Praticamente não existe qualquer levantamento publicado de uniformes escolares do século passado, ao passo que a respeito dos uniformes militares, o contrário se dá. Indumentárias utilizadas por exércitos ou outras tropas dos séculos anteriores já foram contempladas em uma grande variedade de obras. Comentaremos esta situação na parte referente aos estudos sobre uniformes.

Na verdade, os uniformes militares são aqueles que parecem constituir objeto de maior admiração. Uma razão para isto está no fato de que os uniformes surgiram, justamente, como indumentária de tropas militares no período de formação dos exércitos modernos, aproximadamente no início do século 16, como afirmamos acima. Concebidos como elementos materiais para controle de contingentes arregimentados, função que estrutura a organização de forças armadas, são sempre regulamentados. Dificilmente se verifica a existência de organizações militares que não possuam seus uniformes, ao contrário de instituições escolares e ocupacionais que, não poucas vezes, dispensam o uso de uniformes para os estudantes e de uniformes profissionais, respectivamente.

Afim de dar início, então, a um amplo estudo sobre indumentária militar, optamos por realizar como primeiro trabalho uma monografia sobre os uniformes da Guarda Nacional brasileira durante o Império. Esta milícia foi uma associação armada particularmente importante no regime monárquico, pois sua organização pressupunha a

arregimentação de toda a população masculina civil que satisfizesse os critérios censitários, etários e profissionais para alistamento e o sucesso ou o fracasso de sua implantação, variável temporal e regionalmente, são fundamentais para compreensão das relações sociais e políticas no período. Isto porque a aplicação desses critérios estabelecia uma determinada composição social para a tropa baseada na ocupação dos postos da hierarquia militar segundo o estrato social de procedência dos indivíduos alistados. Era a forma de inserção na sociedade imperial que definia sua estrutura interna, sua atuação e suas transformações, problemas que procuramos analisar a partir do exame das formas de utilização dos seus uniformes.

Acrescentemos que a atenção exclusiva à Guarda Nacional durante o Império neste trabalho, também se justifica se considerarmos que a reordenação das forças políticas que promoveu a passagem para a República, marcada pelo predomínio inicial dos comandantes do Exército na condução do governo federal, introduziu novos problemas sobre o lugar da milícia nas transformações institucionais-administrativas que se seguiram.

Definidos os objetivos e os recortes desta dissertação comentaremos agora a estrutura que concebemos para encaminhar os problemas formulados. Devemos, em primeiro lugar, verificar os estudos sobre uniformes, particularmente os militares, inclusive no Brasil onde, embora a atividade de pesquisa não esteja ainda desenvolvida, já foram elaboradas obras de bastante interesse. Não existe propriamente, no caso da Guarda Nacional, uma historiografia sobre seus uniformes mas podemos examinar comentários e observações realizados sobre eles por alguns autores, assunto que tratamos no capítulo 2.

O mesmo procedimento desenvolvemos com relação à própria Guarda Nacional, repassando as principais questões já elaboradas a seu respeito na historiografia e verificando quais os aspectos de sua estrutura interna e atuação foram postos em foco. Estes são os temas do capítulo 3.

Após este enquadramento inicial passamos a tratar especificamente dos uniformes da milícia. Além de objeto de disposições legislativas, o uniforme também constituiu mercadoria negociada entre particulares, tema para elaborações literárias, recurso material fornecido por um senhor a seus dependentes. Estes e, ainda, outros aspectos da indumentária desta associação armada fizeram com que utilizássemos diferentes fontes para seu estudo - legislativas e administrativas, iconográficas, literárias, publicitárias (anúncios

de venda) e materiais. Esta diversidade colocou como exigência uma avaliação do potencial de cada uma para responder às questões específicas que formulamos a propósito dos uniformes da tropa. Este o trabalho preliminar que procuramos realizar no capítulo 4.

A indumentária militar da Guarda Nacional era regulada, como nas outras associações armadas, através de um plano de uniformes - a regulamentação oficial do conjunto de uniformes estabelecido para cada tropa. É a partir do exame dos planos de uniformes, no capítulo 5, que começamos a conhecer os uniformes definidos pelo Governo Imperial para uso na milícia. Será preciso avaliar o alcance da implantação efetiva destes uniformes na tropa, enfocando as questões relativas ao provimento deste recurso material e à existência de guardas nacionais desuniformizados. Estas questões envolvem o problema da dimensão econômica do uniforme, de importância capital para comentarmos práticas e representações desenvolvidas sobre ele.

Após este tratamento inicial dos uniformes da Guarda Nacional passamos à análise das funções pragmáticas, diacríticas e simbólicas que desempenhavam, desenvolvida nos capítulos 6, 7 e 8. Quanto às primeiras, procuramos verificar a partir da composição estrutural do uniforme - cortes, dimensões, cores, matérias-primas etc. - as necessidades a que sua concepção procurava atender, sobretudo, com relação ao corpo do guarda nacional. Já as funções diacríticas, as examinamos na estruturação da milícia, portanto, na definição de suas diferenciações internas, a saber: as armas militares, os postos da hierarquia e as unidades locais. Por último, na consideração das funções simbólicas pudemos tratar de valores e princípios associados ao uniforme e abordar problemas como a elaboração da auto-imagem do guarda nacional, os interesses pessoais numa instituição pública e a construção da imagem do estado.

Expomos, no capítulo 9, algumas considerações sobre problemas mais gerais que pudemos formular a propósito de uniformes militares. Em primeiro lugar, devemos ter em conta que nosso trabalho, centrado na organização material de uma das associações armadas do Império, sua tropa auxiliar, deve necessariamente compará-la com o Exército, a tropa de primeira linha com a qual, ao mesmo tempo, dividia atribuições militares e concorria, seja na arregimentação da população masculina, seja em importância na organização do estado. Procedemos a um primeiro exame dos usos e representações dos uniformes em cada tropa, comparando os uniformes utilizados em 1852, ano em que ambas

definiram novos uniformes para seus contingentes. Em segundo lugar, tratamos de dois problemas gerais implicados na utilização dos uniformes da milícia: as modalidades de controle social e o caráter estamental da Guarda Nacional.

CAPÍTULO 2 - O ESTUDO DOS UNIFORMES

Estudos gerais

No âmbito dos estudos sobre uniformes se encontram indumentárias que, embora não designadas com o termo “uniforme”, têm efeitos uniformizantes. Estão neste caso os trajes religiosos, judiciários, acadêmicos, profissionais etc. Procurando um encaminhamento inicial para a análise dos trabalhos na área centramos nosso exame nos uniformes propriamente ditos.

Na história das sociedades ocidentais modernas, os uniformes estão ligados ao surgimento do poder disciplinar (Foucault, 1988: 27-8). Eles começaram a aparecer no século 15, localizadamente, como indumentária militar. Seu uso, contudo, não ficou restrito apenas às tropas armadas ou contingentes policiais pois passaram a ser utilizados, posteriormente, em escolas e instituições médicas. A partir daquele período passamos a encontrar, primeiramente, os uniformes militares e ligados a eles os uniformes de prisioneiros; mais tarde entram em cena uniformes escolares e os uniformes para as diferentes funções em medicina, sobretudo em hospitais e asilos psiquiátricos. Devemos considerar também a questão das roupas profissionais regulamentadas. Muitas delas são denominadas uniformes, fato que introduz no espaço do trabalho este tipo de indumentária. Existem, também, os uniformes esportivos, criados na segunda metade do século 19, quando as práticas esportivas começaram a se expandir.

Utilizado em todas estas atividades, o uniforme pode se constituir, assim, em objeto de estudo de diferentes áreas de conhecimento especializado e despertar interesse em educação, medicina, estratégia militar e pesquisas em história, psicologia, antropologia, sociologia, isto é, no âmbito das humanidades. É preciso, portanto, montar um quadro geral dos problemas formulados a respeito dos uniformes, uma tarefa que exige alguns cuidados preliminares. Com relação aos levantamentos bibliográficos, nos preocupamos com os trabalhos históricos, mas consideramos vantajoso elaborar uma amostragem dos estudos nas diferentes áreas e para tanto examinamos a produção mais recente em periódicos sobre educação e medicina e em três periódicos especializados no estudo de indumentária: **Costume** (Londres, in.1966); **Dress** (New York, in.1975) e **Clothing and textiles research**

journal (Monument, USA, in.1983). Procuramos, neste caso, não tanto cobrir todas as tendências mas sim, ao menos, apontar as ênfases e os problemas recorrentes.

No quadro esboçado o que constatamos é um enorme desequilíbrio na atenção dispensada a cada tipo de uniforme. Os uniformes militares são de longe os mais estudados e a respeito deles há trabalhos desde simples coletâneas de imagens de alguma tropa específica, até abrangentes levantamentos para um período histórico ou país. Demos destaque aos trabalhos que resultaram de pesquisas científicas. Quanto aos outros uniformes a quantidade de trabalhos dedicados a eles é comparativamente bem menor. Nossa atenção estará centrada no Brasil mas procederemos, primeiro, à consideração de um quadro mais amplo dos estudos.

No levantamento realizado não encontramos estudos específicos sobre os uniformes escolares, com exceção de alguns poucos artigos em periódicos especializados em educação. O problema do uniforme não parece, então, estar suscitando uma reflexão sistemática a respeito. Pontualmente, ele vem sendo focado sob o prisma da segurança e saúde dos estudantes nas primeiras séries da formação escolar (Stanley, 1996; King, 1998).

O uniforme de enfermeiras domina completamente os estudos das roupas profissionais utilizadas em instituições médicas. Há trabalhos técnicos sobre o manuseio para controle de infecções (Boyce et alii, 1997), mas predominam aqueles que relacionam uniforme e desempenho profissional, versando sobre o papel da enfermeira em centros de saúde mental (De Young, 1971), imagem profissional (Mangum et alii, 1997) inclusive numa dimensão ética (Katsuragi, 1997). Entre os periódicos especializados em vestuário localizamos um estudo sobre uniformes de enfermeiras dos serviços de fronteira (Parker, 1993) e da Cruz Vermelha norte-americana (Doering, 1979).

As roupas utilizadas no espaço de trabalho, fábricas, escritórios etc., nos colocam a questão das indumentárias de ocupações profissionais. Lansdell (1990) as estuda, embora não as denomine uniformes. Há os trabalhos de Nathan Joseph (1988) que compara *occupational clothings* com uniformes e de Lane (1987) que examina librés de motoristas de carros. Classificando-as como *corporates uniforms* apareceram alguns textos nas revistas **Fortune** (Grant et alii, 1995; Nabers, 1995) e **Long Range Planning** (Schmitt et alii, 1995), todos versando sobre estes uniformes como um dos meios visuais empregados no marketing de empresas comerciais.

Os uniformes esportivos são muito utilizados, atualmente, tanto em equipes amadoras quanto profissionais, nas mais diversas modalidades de jogos. Nestas últimas o *design* dos uniformes para *performance* e cuidados com a imagem tem se transformado num ponto de atenção, orientando os escassos trabalhos na área. As implicações visuais para o corpo masculino dos uniformes utilizados nos times de *football* norte-americano, a construção das imagens de *superstars*, é um problema levantado (Jirousek, 1996); outro é a percepção que têm do próprio corpo as jogadoras norte-americanas de basquete, analisada a partir de suas preferências por uniformes (Feather, 1996). Vê-se, portanto, que os uniformes esportivos colocam o problema da identidade no centro da atenção dos pesquisadores.

Uniformes militares

Os trabalhos sobre uniformes militares constituem os estudos mais tradicionais e numerosos relativos a uniformes. Eles são elementos constantemente referidos nas histórias militares. Constituem também um objeto de estudo específico, conhecendo publicações próprias e, além disso, são tributários das histórias sobre vestuário, outra área de estudos que não os ignorou e na qual encontramos algumas iniciativas de pesquisa acadêmica sobre os uniformes militares. Por fim, eles têm sido examinados em publicações técnicas militares, principalmente, a respeito dos problemas de *performance* e segurança de seus usuários. Consideraremos separadamente cada um destes focos de estudo.

Os uniformes militares têm sido objeto de variados estudos técnicos. Na área de medicina há avaliações de uniformes de aviadores (Reardon, 1998), de camuflagem (Lim et alii, 1997), de combate (Hansen et alii, 1996), daqueles utilizados na operação *Desert Storm* na guerra entre Estados Unidos e Iraque (Wester et alii, 1996; Fryauff et alii, 1996) e na proteção contra doenças (Soto et alii, 1995; Yevich et alii, 1995). Ainda há análises sobre técnicas computadorizadas de fabricação (R&D Magazine, 1997), resistência física (Palmer et alii, 1995) e funcionalidade de roupas de proteção química (Bensel, 1997).

As histórias militares muito freqüentemente se centram em alguns conflitos importantes ou em certas associações armadas. Há muitos estudos sobre as guerras européias dos séculos 17 e 18, as guerras de independência dos países americanos, guerras napoleônicas, guerra civil norte-americana, Primeira e Segunda Guerras Mundiais. Algumas tropas são especialmente enfocadas, existindo trabalhos centrados exclusiva ou

majoritariamente ou em tropas regulares (exércitos e marinhas), ou tropas auxiliares (milícias), ou corporações policiais, ou ainda, em algumas unidades militares (as principais armas, cavalaria, infantaria, artilharia e determinados regimentos e batalhões, com algum destaque para hussardos, cossacos e dragões).

Os uniformes, tanto quanto os equipamentos em geral e armamentos, são meios materiais referidos nestes trabalhos militares e embora o tratamento não seja sistemático muita informação pode ser coligida. A análise dos enfoques sobre os uniformes e da importância atribuída a eles na organização das tropas militares é uma tarefa que ainda está por ser realizada. Certamente o problema da classificação dos uniformes e de suas funções tem aí a possibilidade de um encaminhamento.

Mas se, por um lado, os uniformes são parte das histórias militares, por outro, também constituem um objeto de estudo autônomo. Os vestuários históricos bem cedo se transformaram num estudo especializado. Já no século 15 foram elaboradas as primeiras obras importantes (Racinet, 1992: 4) e desde o século 19, pelo menos, foram compostos trabalhos especificamente sobre uniformes militares. Estava surgindo, então, aquilo que Daniel Roche chamou *uniformologie*, o estudo de uniformes militares levado a cabo, sobretudo, por amadores e colecionadores afeccionados de indumentárias militares, especialmente, aquelas consideradas históricas (Roche, 1989: 212). Louis Delpénier (1991) pode indicar para a nossa atualidade pelo menos dois periódicos especializados, **Uniformes** (Paris, in. 1971) e **Tradition** (Paris, in. 1986).

Duas coleções publicadas atualmente e voltadas para os uniformes históricos, são bons exemplos da produção atual. Aquela editada pela Motor Books em Londres, no ano de 1989, apresenta dois títulos relativos aos exércitos europeus e nove para o exército inglês, incluindo aqueles corpos estacionados desde o século 19 em outros pontos do mundo como norte da África e Austrália; há dois títulos para forças armadas de cada um dos seguintes países: Escócia, Espanha, Alemanha, Itália e França; três títulos para o exército norte-americano; há um título para uniformes da Revolução Americana, da guerra do Vietnã, da Primeira Guerra e da Segunda Guerra; e há também um título para uniformes modernos de combate, uniformes militares femininos, de polícia e dos soldados da fortuna (mercenários).

Já a coleção publicada pela Pierre Petitot na França traz, principalmente, textos e iconografia sobre uniformes militares históricos do próprio país, contando já com 69 títulos. No entanto, outros países são contemplados, dentre eles a Alemanha é aquele com mais títulos editados, num total de dezenove; cinco títulos para obras que abarcam vários países e a mesma quantidade para uniformes dos exércitos inglês e polonês; em seguida temos quatro títulos para o exército russo, dois para o norte-americano, austríaco e para o suíço; e um para o espanhol, romeno, sueco e para a guarda de honra holandesa.

Dissemos acima que a história dos uniformes militares era tributária da história da indumentária em geral. Isto, de fato, ocorre mas de uma maneira desigual conforme as obras consideradas. Há, pelo menos, quatro obras importantes pela amplitude do período abarcado e pelo lugar proeminente concedido aos uniformes militares. As duas primeiras são de Henri Bouchot (1890) e de Henri Defontaine (1908). O primeiro se ocupa, exclusivamente, dos uniformes franceses. O segundo, de trajes civis e militares regulamentados pelo estado francês no século 19 e início do 20. A outra é da lavra de Henri Lachouque (1963) que aborda exclusivamente os trajes militares desde, aproximadamente, o século 10 europeu. A quarta, nesta relação, foi elaborada por Raphael Jacquemin (s/d), concedendo igual importância às roupas civis, religiosas e militares, também num longo período, do século 4 ao século 12 na Europa. Obras de fôlego, extensas, mas que por isso não se aprofundam nas análises.

Ocorre a situação inversa. Existem obras de amplos objetivos em história do vestuário, mas que tratam minimamente dos uniformes de forças armadas. Praticamente nada encontramos sobre indumentária militar em trabalhos correntes sobre a moda, como de James Laver (1989), sobre a elegância em Mila Contini (s/d) e sobre a moda do século 19 de Georgina O'Hara (1992). Vejamos a caracterização geral da história da moda de Laver para termos uma idéia de como as coisas se passam nestas pesquisas. As roupas da moda para o autor são principalmente aquelas de uso mais difundido num determinado período histórico ou sociedade. Assim, para a Antiguidade e Idade Média, os trajes militares ou de guerreiros - observados na iconografia - são considerados a propósito da organização de várias civilizações. Significativamente o autor não trata dos uniformes militares a partir do século 15, se concentrando a partir daí até o século 20 no vestuário civil. O que ocorre aqui é que a preocupação com o fenômeno da moda no vestuário exclui

a reflexão sobre roupas profissionais, uniformes e roupas de uso quotidiano no interior doméstico, embora no caso dos uniformes militares o mesmo fenómeno se verifique (Delpénier, 1991: 28). Enfim, o que parece ocorrer é uma maior preocupação com as roupas de aparato.

O mais comum, no entanto, é conceber um lugar, variável conforme o autor, aos uniformes militares em meio a abordagens da indumentária em geral. A enciclopédia dos costumes de Albert Racinet (1992) é uma das obras mais importantes sobre vestuário elaborada na segunda metade do século 19, mais precisamente, em 1888 e nela o uniforme militar tem algumas referências. Para o mundo antigo há imagens dos guerreiros egípcios, assírios, persas, medas, etruscos e de soldados gregos e romanos, mas são os equipamentos, indumentária e armamentos egípcios os que recebem mais comentários, talvez pela antiguidade, que exigiria maiores esclarecimentos ou despertaria mais curiosidade. As sociedades que o autor denomina “antigas civilizações” mostrariam como as roupas classificam tipos por ocupação, gênero etc. Ele traz, assim, imagens de guerreiros com seus trajes em meio ao que tipicamente vestiam pescadores, autoridades religiosas, homem, mulher etc. O tratamento que dispensa a estas sociedades não é igual: do México e da China não apresenta nenhuma indumentária militar, enquanto o Japão tem referidos seus costumes militares. Na indumentária europeia têm destaque as armaduras utilizadas durante a Idade Média e o uniforme militar francês, comentando-se a seu respeito a inovação tática da infantaria no século 16 e a sua padronização no século 18. Uniformes poloneses são colocados na parte referente a costumes tradicionais, tanto nacionais como regionais.

Outra história do vestuário importante do século 19 é a elaborada por Karl Kohler (1993). Nela os uniformes militares entram pontualmente, como exemplares de técnicas construtivas que é o eixo que orienta o trabalho do autor e que faz a originalidade de sua obra. Os uniformes militares não chamaram sua atenção, sendo possível identificar apenas três modelos utilizados: traje de cavaleiro alemão e de soldado mercenário, um lansquenete, ambos da primeira metade do século 16 e o molde de uniforme militar francês de 1804, deste se comentando a semelhança de seus aspectos construtivos com casacas civis do período.

Publicações bem mais recentes sobre história do vestuário trazem referências a uniformes militares mas ainda de maneira desigual. Na história do traje por imagens de

Wolfgang Bruhn e Max Tilke (1962) há reprodução de uniformes do Egito antigo ao século 19 europeu. Deste último período se destacando a indumentária militar de prussianos, russos e franceses. Alguns uniformes militares norte-americanos foram colocados na categoria de trajes populares ao lado da representação de indumentária indígena do país.

François Boucher (1967) compôs uma ampla história do vestuário ocidental, abarcando da pré-história a nossa atualidade e contemplou em comentários expendidos ao longo do livro os trajes de guerra e os uniformes militares, a começar pelas civilizações antigas, colocando-os entre as indumentárias especiais, as religiosas, teatrais etc. O autor se detém um pouco mais nos uniformes militares propriamente ditos. Informa as tropas nas quais foi criado - mercenários suíços (1524), tropa do duque de Norfolk (1547), tropas dinamarquesas (1562) - e comenta a influência dos trajes militares franceses e espanhóis sobre a indumentária militar de outros países e a influência recíproca entre roupas civis e militares desde o século 16. A partir daí registra algumas notas sobre o uniforme francês, destacando que no século 17 sua adoção progressiva seria resultado da preocupação com roupas mais justas em função da difusão das armas de fogo e da política do ministro Colbert de incentivo ao consumo do algodão produzido pela indústria francesa.

Também em 1987, Margot Hill compôs uma história do vestuário inglês desde a conquista normanda até a Segunda Guerra Mundial. Embora o campo estudado seja mais restrito do que as obras que vimos tratando até agora, o livro tem interesse pelo longo período abrangido e porque inclui os uniformes entre as roupas de uso sazonal, de noite, trajes cerimoniais, modas bizarras ou excêntricas, mas para excluir a todas de seu trabalho, já que não as considera capazes de caracterizar uma sociedade ou época histórica.

Contudo, com Yvonne Deslandres (1985) uma maior atenção aos uniformes militares começa a ser dispensada pelos historiadores do vestuário. No caso desta autora, inclusive há a preocupação com os uniformes de uma maneira geral e, embora, haja alguma imprecisão em sua abordagem, pois considera uniformes os trajes dos antigos faraós egípcios ou o vestuário dos maçons, procura nos informar sobre a composição e a origem de uniformes escolares e de funcionários civis, como aqueles que surgiram no estado francês após a Revolução de 1789. Os uniformes militares são tratados mais longamente pela autora. Ela mesma observa que são os de uso mais difundido. Inicia seu texto por referências aos trajes militares desde a Antiguidade, mas se centra nos uniformes

concebidos a partir do século 16, indicando sua origem em escoltas pessoais e tropas mercenárias, sua implantação para efetivos maiores a partir da Guerra dos Trinta Anos e sua difusão no século 17 por razões econômicas, provavelmente referência à política do governo francês de incentivo à indústria. Já para o século 19 ressalta o prestígio adquirido pelo uniforme militar frente ao traje burguês e tece um comentário geral sobre a escassa funcionalidade dos uniformes até então, que seriam concebidos muito mais para o desfile do que para a batalha, segundo avalia.

Em 1986 Nathan Joseph publica **Uniforms and nonuniforms**, um estudo sociológico sobre uniformes. O objetivo do autor é fundamentar uma sociologia do vestuário se utilizando, especificamente, da análise do uso de uniformes como prática social. Justifica sua opção argumentando que os uniformes são uma categoria estratégica para estudo do vestuário porque neles são formuladas clara e precisamente as regras do discurso não-verbal.

Esta colocação mostra claramente como o autor ancora a análise da produção de sentido na indumentária em conceitos de lingüística. Esta abordagem se baseia na aplicação de modelos lingüísticos a fenômenos não-lingüísticos, mas o autor procura, ao mesmo tempo, demarcar as diferenças entre semiologia do vestuário e sociologia do vestuário propondo um novo enfoque do problema. À idéia de um mundo “cognitivamente estruturado” no qual as estruturas derivariam de “constantes mentais” (“underlying constants of mind”) propõe alternativamente um ponto de vista sociológico que considera a derivação de estruturas a partir de papéis, status, grupos e instituições, ou seja, o estudo de estruturas a partir de referências situacionais.

Ele procura, assim, um caminho diverso daquele formalizado por abordagens estruturalistas, nas quais se busca estabelecer unidades mínimas de sentido no âmbito do vestuário, cujas relações articulariam uma linguagem das roupas². Nathan Joseph, por sua vez, procura desenvolver a análise de interesses e objetivos historicamente situados. Desta forma uma significativa parte do trabalho é consagrada ao estudo da utilização dos uniformes como meio de controle nas burocracias, seja delimitando com precisão os tipos e os graus de seus membros, seja tornando perceptíveis as menores alterações no uniforme dado o detalhamento de sua composição e características físicas. Este último item introduz

uma reflexão sobre a visibilidade dos uniformes. As modificações seriam perceptíveis não só para as instâncias de comando mas para a população em geral, que participaria, assim, da vigilância sobre os membros de corporações militares. A questão da visibilidade do uniforme é referida então a problemas de demografia, embora não seja formulada exatamente nestes termos.

Daniel Roche representa mais um esforço em desenvolver uma análise aprofundada dos uniformes militares. O autor os inclui como parte do seu estudo sobre a indumentária francesa dos séculos 17 e 18, na análise do que ele denomina *cultura das aparências*. Seu objetivo é elaborar uma história social das aparências na qual os uniformes utilizados pelo exército francês no mesmo período são examinados a partir do problema da disciplina. A análise proposta por Roche tem dois pontos fortes: a consideração das práticas efetivas da tropa com relação aos uniformes e não só das disposições regulamentares baixadas; a importância atribuída às tarefas de limpeza do uniforme como procedimentos disciplinares.

O uniforme militar francês começou a se difundir lentamente no século 17, de início, à medida que as autoridades militares passavam a aceitar iniciativas de alguns chefes de corpos, principalmente de origem estrangeira, em uniformizar seus comandados. O que ocorreu a partir de então e ganhou um grande impulso já no final do século 18, foi a afirmação das instituições militares francesas, sobretudo o Exército, enquanto corporações armadas, distintas das associações civis. Neste período temos, por um lado, a ação do governo para estabelecer controles administrativos sobre o uniforme e seu fornecimento e, por outro, as resistências na tropa em adotar os uniformes regulamentados. Em primeiro lugar, a própria administração governamental não era rigorosa com a implantação, admitindo casos específicos que as diferentes circunstâncias impunham. Mas era predominante entre os oficiais uma posição aristocrática e eles recusavam o aspecto igualitário da uniformização. Além disso, quando aceitavam o uniforme para a tropa, preocupavam-se com a economia das despesas sob sua responsabilidade e por isso muitos uniformes velhos eram utilizados.

Outro avanço nas análises desenvolvidas por Daniel Roche é a tentativa de avaliar as relações entre uniforme militar e disciplina. O uniforme deve atender a

² Discutimos o assunto na seleção bibliográfica sobre moda e indumentária publicada em **Anais do Museu**

exigências práticas, resistindo a choques e intempéries, às variações de temperatura, sendo leve e fácil de vestir e tirar. Deve também satisfazer exigências quanto à mobilidade do corpo, não se compondo com elementos que pudessem incomodar o soldado ou que não tivessem uma função bem definida, neste caso sendo bom procedimento banir botões, pregas etc., que estivessem em excesso. O uniforme não deveria ainda esconder a beleza do corpo do soldado, uma função estética que atendia a exigências da especificidade da instituição militar que tinha que expressar seus valores próprios.

Mas apesar de responder a estas exigências, o principal objetivo do uniforme era a disciplina do corpo do soldado. Ele deveria se constituir num instrumento de moldagem dos gestos e posturas. As considerações do autor a este respeito mostram o valor fundamental, do ponto de vista do governo, que assumia a tarefa de limpeza do uniforme, um tema que preocupou a medicina militar da época. Recomendava-se que o soldado cuidasse ele próprio da limpeza de sua indumentária, procurando-se com isso induzir nele hábitos de higiene e, portanto, de autocontrole. A tarefa de conservação do uniforme se integrava à disciplina. Além disso, ao assumir tarefas como limpeza e preparo de alimentos, antes realizadas por pessoas não integradas à tropa, o comportamento do soldado contribuiria para transformar a tropa militar numa corporação.

Mais um passo adiante dado pelo autor é a preocupação em examinar a difusão efetiva do uniforme, procurando dimensionar sua presença em meio à população e os seus efeitos nos modos de vestir. Ele observa que os contatos da tropa com a população se tornaram uma política claramente formulada pelas instâncias de decisão do estado, se incentivando a realização de paradas, exercícios e revistas em meio ao público.

Mais recentemente Louis Delpénier realizou uma pesquisa sobre os uniformes militares franceses do século 19 e da *Belle Époque*, desenvolvida como tese de 3º ciclo e publicada sob o título **L'uniforme, l'état et la fonction militaire**. Um resumo do trabalho constitui o principal texto para o catálogo da exposição **La Belle Époque des uniformes** (1991). Nele o uniforme foi enfocado sob o prisma da história das mentalidades, ligando a indumentária militar ao triunfalismo predominante na *Belle Époque*. O autor pode explicar, assim, fenômenos como a permanência deste uniforme em meio às transformações tecnológicas do armamento, que passaram a exigir um traje monocromático e funcional

para o novo tipo de combate; e o surgimento das “modas militares” em decorrência de uma diferenciação mais pronunciada entre uniforme militar e traje civil.

Os trabalhos de Nathan Joseph, Daniel Roche e Louis Delpénier nos permitem verificar, então, esforços de interpretação que procuram dar maior sistematicidade aos estudos sobre indumentária militar.

Além destas extensas pesquisas, existem trabalhos mais pontuais que vêm abrindo novas perspectivas para o estudo dos uniformes militares. O artigo de Philip Mansel (1982) tem especial interesse por se deter na importância que assumiu, nas cortes européias no período 1760-1830, o uso de uniformes militares e uniformes civis inspirados neles.

O problema que se colocou para a elite européia foi a substituição do *habit habillé* como traje formal. Ele se constituía numa casaca de seda, cetim ou veludo, colete, colarinho com laço e mangas, uma roupa brilhantemente colorida e bastante ornamentada, um clássico exemplo de vestuário concebido para fazer seu usuário aparecer tão esplêndido quanto possível. Começando a cair em desuso este tipo de indumentária suntuosa, iniciou-se a experimentação de novos tipos como o fraque, um vestuário prático, mais barato e de uso difundido, que poderia ascender ao *status* de traje para ocasiões formais. Embora tenha conhecido alguma aceitação ele ainda indicava insatisfatoriamente o grupo, a riqueza e a fidelidade política do usuário.

O uniforme militar entrou como alternativa pois, no período considerado, a intensa militarização das cortes européias transformava a indumentária militar num traje bastante difundido entre os membros das elites. Assim, por um lado, a ascensão do uniforme como traje formal representava o crescimento do poder monárquico. Muitos o utilizavam como símbolo de fidelidade ao monarca e, mais amplamente, a importância conferida ao estado e ao serviço oficial o que também é indicado pela utilização, já no fim do século 18, de uniformes por carteiros, policiais e oficiais alfandegários. Por outro, as elites nobres obtinham um meio para manter os não-nobres excluídos de seu círculo. O autor explora, portanto, as dimensões sociais e políticas do uso do uniforme como traje formal para ocasiões cerimoniais.

Uniformes no Brasil

No Brasil, numa escala menor, se repete a situação anterior, ocorrendo um predomínio dos estudos sobre uniformes do Exército, embora possamos localizar aqui e ali estudos sobre outros uniformes militares e também uniformes de outros tipos.

Na área de enfermagem há pelos menos um artigo, que examina a percepção de pacientes sobre o uniforme da enfermeira (Silva, 1995). A respeito de uniformes esportivos, especificamente de jogadores de futebol, existe um trabalho sobre sua utilização para propaganda comercial (Chaves, 1988).

Wasth Rodrigues estudou uniformes para cargos e funções civis e librés de empregados, usados durante o Reino Unido e o Império (Rodrigues, 1953). No trabalho, ele utiliza retratos a óleo de coleções particulares e acervos públicos e peças de indumentária. Ocupa-se em descrever os trajes da família real, de nobres da Corte, dos corpos diplomático e consular, de presidentes de províncias, senadores, deputados, vereadores e também oficiais e empregados da Casa Real em todas as suas graduações.

No entanto, o maior interesse está nos uniformes militares. Nas histórias militares como indicado no item anterior, e nos enfoques sobre as diferentes tropas - Exército, Marinha, tropas auxiliares - podemos encontrar referências aos uniformes utilizados. No Brasil, a Guerra do Paraguai e conflitos internos como Canudos e a Revolução Constitucionalista de 1932 são temas de muito interesse.

Os uniformes do Exército brasileiro, no entanto, dominam as atenções na área. O Museu Imperial de Petrópolis publicou imagens de uniformes do seu acervo, entre as quais constam exemplares utilizados pelo imperador D. Pedro II. (Fardamentos, 1948). Existe também uma pequena seleção iconográfica da qual localizamos um único exemplar na Biblioteca Nacional (Azambuja, s/d).

Finalmente, há um artigo do pesquisador Hendrik Kraay (1996), intitulado *The shelter of the uniform*. O autor estuda a política das autoridades militares relativas aos escravos fugitivos que conseguiam se alistar na tropa e se refere, num sentido alegórico, aos uniformes do Exército brasileiro utilizados durante o Império. Contudo, fornece algumas referências sobre o uso destes uniformes, a partir do exame de processos de justificação interpostos pelos proprietários que se julgavam lesados. Podemos constatar que em alguns casos o governo exigia reembolso pelos uniformes fornecidos e que, de fato, os escravos,

uma vez aceitos na tropa, os utilizavam. Um deles foi descoberto justamente pela estranheza que causou ao ser visto usando o uniforme.

Além destas iniciativas pontuais, o que predomina, de fato, no estudo dos uniformes militares é a produção de Gustavo Barroso e Wasth Rodrigues. Na verdade, não se pode afirmar que com eles se consolidou um campo de estudos. Os títulos são poucos ainda, mas não podemos deixar de apontar o fato de que as publicações mais expressivas a respeito dos uniformes do Exército, até hoje, é da lavra destes dois autores. O Exército e as tropas auxiliares do período colonial - milícias, ordenanças e terços - receberam praticamente toda a atenção dos dois autores. Na história dos uniformes do Exército elaborada por ambos (Barroso; Rodrigues, 1922), utilizaram como documentação textos legislativos, retratos, pintura histórica, gravuras e entre estas figurinos dos uniformes usados pelas tropas militares, além de peças de indumentária. Tratam da organização do Exército: unidades militares, seus efetivos e atuações. Seus uniformes são descritos desde as primeiras tropas regulares da Colônia até 1922. Há um apêndice com os uniformes da Guarda Nacional. Dedicaram uma atenção especial a dados sobre a nacionalidade de origem das peças de indumentária e os elementos característicos em cada tipo de arma (formato, cores, dimensões etc.).

Gustavo Barroso publicou um pequeno resumo de todo o trabalho na revista *Ilustração Brasileira* (Barroso, 1921) e mais tarde as informações sobre uniformes na sua história militar do Brasil serão extraídas do texto de 1922 (Barroso, 1935).

Wasth Rodrigues publicaria quatro obras a respeito. **Trajes civis e militares em Pernambuco durante o domínio holandês** (1951) traz comentários sobre as gravuras do pintor holandês Franz Post publicadas como ilustrações no livro de Gaspar Barléu *Rerum per octennium* e pinturas do mesmo autor que integram museus e coleções particulares. Ambos artistas vieram ao Brasil acompanhando Maurício de Nassau e se interessaram pelos costumes da população local. O autor identifica todas as peças de indumentária (informando o país de origem quando é o caso) e as caracteriza em indumentárias índia, preta e branca. Em **Uniformes do Exército Brasileiro, 1730-1889** (1968) retorna aos uniformes militares complementando informações do trabalho realizado em 1922. **Tropas paulistas de outrora** (1978) é o último livro publicado sobre uniformes e no qual comenta a formação dos diversos corpos militares da capitania e depois província

de São Paulo (aventureiros, legião paulista, corpos auxiliares, milícias etc.) até o Primeiro Reinado. Referente a um período bem posterior elaborou o **Álbum de família, 1932** relativo à Revolução Constitucionalista, composto como colagem dos mais diversos tipos de ilustrações.

Organizou ainda dois álbuns não publicados que integram, como raridades, a biblioteca do Museu Paulista. Obras em capa dura revestida de couro marrom com cantoneiras de metal, cujas estampas estão presas sobre folhas de papelão, protegidas por plástico e trazem a assinatura “W.” no canto inferior direito.

O primeiro é **Força pública do Est. de S. Paulo: histórico dos uniformes desde sua criação em 1831**, de 49 x 34,5 cm, contendo 55 estampas de 24,5 x 34 cm, numeradas da seguinte maneira: 1 a 37 - Guarda Municipal Permanente, Corpo Policial Permanente, Força Pública do Estado de São Paulo, Brigada Policial do Estado de São Paulo; 1 a 11 - Guarda Cívica (1897-1920); 1 a 7 - Corpo de Bombeiros (1893-1938). São desenhos coloridos dos uniformes de 1831, ano de fundação da unidade militar que deu origem à Força Pública paulista, a 1938, ano de elaboração do álbum.

O segundo, **Força policial do Est. de S. Paulo: estampas dos uniformes das tropas de S. Paulo na Colonia e no Imperio**, de 42 x 38 cm, contendo 40 estampas de 33 x 25 cm, cópias de originais dos seguintes arquivos: Arquivo Público do Estado, Museu Histórico Nacional e, sediados em Lisboa, Museu de Artilharia, Arquivo Histórico Colonial, Biblioteca do Ministério da Guerra. Desenhos coloridos de uniformes utilizados em corpos de infantaria, dragões, cavalaria, Voluntários Reais, milícias provinciais, oficiais gerais do estado maior do Exército, Guarda de Honra e Ordenanças, entre 1765, ano de elaboração de figurinos das tropas paulistas por ordem do capitão general Souza Botelho, e 1858, ano de publicação de álbuns dos uniformes do Exército organizados por Pedro Luiz Lecor.

Uniformes da Guarda Nacional

Gustavo Barroso e Wasth Rodrigues realizaram um levantamento iconográfico dos uniformes da Guarda Nacional, que cobre todo o período de existência autônoma desta tropa auxiliar (1831-1918). Foi publicado em **Uniformes do Exército Brasileiro** e depois na **História militar do Brasil** de Barroso, em ambas constando num apêndice sobre a

milícia ao final do trabalho. O levantamento traz tanto modelos propostos pelo Governo Imperial, quanto indumentária militar efetivamente utilizada por seus componentes.

Barroso comenta a respeito do primeiro plano de 1831, apenas que o sistema de distintivos usados nas golas pelos guardas nacionais (combinações de esferas e estrelas) lembraria o sistema alemão para os sargentos e o austríaco para os oficiais. Mas valoriza o segundo plano de uniformes de 1852 denominando-os imponentes e pomposos, além de observar que seriam análogos aos do Exército em suas linhas gerais e que existiam exemplares em museus e coleções particulares, um indício do apreço que teriam por eles seus possuidores.

Preocupado com a preservação dos elementos que considerava tradicionais na milícia, denomina fantasiosos os fardamentos propostos em 1841, por um oficial da tropa, o tenente José Maria Araújo, para os guardas do município do Rio de Janeiro. Critica também os planos elaborados durante a República por romperem com os modelos já tradicionais naquele período, chegando a afirmar que à milícia se davam, então, fardas e capacetes abolidos do Exército.

Alguns importantes pesquisadores que estudaram a Guarda Nacional têm referências aos seus uniformes. Uricoechea é o autor de uma das poucas monografias a respeito da milícia. No final do quarto capítulo do seu trabalho, após discutir a estrutura e as funções da milícia no Império - o fato de constituir-se como organização armada de caráter privado, o contingente de homens livres, a função inicial de instrumento de institucionalização da ordem legal, os serviços executados segundo as liturgias, os critérios para alistamento, as armas que a compunham, a necessidade de constituir o comando como ocupação amadorística dos notáveis locais, o sistema eletivo para oficialato (e sua rápida extinção) - afirma que, visto tratar-se de uma associação arregimentada, naturalmente possuía seus uniformes. Uma breve passagem do autor pela indumentária militar da tropa mas muito significativa para uma questão fundamental nos estudos neste campo. A propósito dos uniformes e de questões como controle da movimentação dos guardas nacionais - limitando as mudanças de residência de uma província para outra e mesmo de uma comarca para outra - ele observa que “estes e outros aspectos que ainda não foram discutidos neste capítulo, uma vez que não faziam parte da codificação formal, receberão um tratamento mais apropriado quando estivermos em posição de enquadrá-los num

contexto interpretativo mais compreensivo” (Uricoechea, 1978: 141). Contudo, não voltará aos uniformes senão para listá-los entre os itens dos recursos materiais da tropa cujo provimento era parte dos compromissos dos seus comandantes em relação ao Governo Imperial. Embora tenha uma preocupação em todo o trabalho, na perspectiva weberiana que o orienta, não só com os aspectos formais da associação mas também com as práticas efetivamente desenvolvidas pelos guardas nacionais nos serviços quotidianamente prestados, seria necessário trabalhar também no campo da cultura material para que dispusesse de instrumentos apropriados a um estudo mais aprofundado sobre a organização material da milícia.

Jeanne Berrance de Castro, outra importante estudiosa da Guarda Nacional, também analisou os uniformes da milícia. Fornece os dados básicos sobre ele, definidos no primeiro decreto de uniformes, publicado em 23/12/1831. Enfatiza como sua aquisição e conservação constituíam deveres dos componentes da tropa. Discute, também, as consequências para aqueles que não providenciavam seus próprios uniformes, embora deixe de ressaltar que o citado artigo 57 da lei de criação da milícia, promulgada em 18/8/1831, se referia apenas aos oficiais (Castro, 1979: 26). No quarto capítulo de seu trabalho, no qual se dedica a analisar o prestígio social dos guardas nacionais, examina as diferenças entre o recrutamento de praças para o Exército e o alistamento de guardas para a milícia. Quanto ao uniforme, destaca o fato de que era responsabilidade do guarda nacional providenciá-lo à sua própria custa, enquanto o soldado de linha o recebia do governo. Por um lado, exigia-se do guarda nacional renda suficiente para cumprir a obrigação, o que constituía seu fardamento como mais um “aspecto de superioridade econômica e social do guarda nacional sobre o praça de pré” (Castro, 1979: 84). Por outro, os problemas efetivos encontrados para obtenção do uniforme, observando-se sobretudo a existência da categoria “desfardados” (verificada, ao menos, para a província de São Paulo), demonstrariam como a criação da Guarda Nacional significou o surgimento de dificuldades para a organização da vida da “população humilde e trabalhadora” a qual, além de fornecer os contingentes para a tropa, fato que desviava pessoas do trabalho produtivo, via prejudicados seus rendimentos com mais este dispêndio financeiro. Contribuiria para encarecer o produto a necessidade de encomendá-lo aos estabelecimentos comerciais que possuíam o figurino do

uniforme, geralmente localizados na Corte. A propósito destes figurinos a autora considera-os “muito interessantes do ponto de vista iconográfico”.

Antonio Rodrigues, Francisco Falcon e Margarida Neves também comentam rapidamente o uniforme da Guarda Nacional. A propósito da articulação entre a estrutura da milícia e diferenças sociais afirmam que “ao reunir numa corporação hierarquizada os cidadãos assim definidos - como proprietários - a Guarda Nacional *consolida* esta cidadania. Possuir farda é o traço que distingue o cidadão ativo. As paradas, revistas e exercícios demonstram a posição destes cidadãos para os demais componentes da sociedade ao mesmo tempo que materializam a própria estrutura da sociedade, na medida em que evidenciam, por um lado, a exclusão dos que são considerados ‘não cidadãos’ e ‘cidadãos não ativos’ e, por outro, as diferenças existentes no interior da própria categoria dos cidadãos ativos” (Rodrigues et alii, 1981: 16).

O uniforme é, portanto, traço visual que permite a visibilidade de uma posição social superiormente elevada e traço material que permite evidenciar fisicamente diferenças excludentes e hierarquizadoras. Pouco depois, discutem a proposta de que não era a atuação militar da Guarda Nacional o objetivo principal de sua organização, mas a sua hierarquia interna como meio institucional de reprodução das hierarquias sociais. Os autores julgam que esta hierarquia interna pode desempenhar tal função pois era reconhecida e legitimada pelo Governo Imperial. O uniforme seria, então, um dos elementos materiais que assegurariam este reconhecimento: “é o *Estado* que confirma a autoridade local conferindo-lhe um caráter nacional assegurado pela patente, pelo uniforme, pelas armas...” (Rodrigues et alii, 1981: 18).

O estado imperial só legitima se conferir um caráter nacional à ação do poder local e o uniforme era um elemento material usado para consecução deste objetivo. Pressupõe-se um uniforme de validade nacional, mas conforme veremos nos capítulos seguintes, muitos elementos da indumentária militar efetivamente utilizada pela tropa eram concebidos pelos poderes locais.

Após esta exposição sobre os estudos sobre uniformes podemos perceber que em nosso trabalho nos concentramos, também, naqueles uniformes tradicionalmente mais estudados: os militares. Este encaminhamento significa, ainda, deixar de lado a análise de

outros tipos de uniformes. Contudo, temos a oportunidade de elaborar os esboços de um tratamento mais sistemático dos problemas já formulados nesta área.

Em relação aos uniformes militares brasileiros, contamos já com pesquisas que salientam a importância dos uniformes para análise de associações armadas. Os trabalhos de Gustavo Barroso e Wasth Rodrigues já colocaram à disposição levantamentos que cobrem várias tropas, em diversos períodos, e fornecem informações básicas sobre composição e origem dos fardamentos. As análises de pesquisadores que estudaram a Guarda Nacional, chamam a atenção para algumas das principais questões sobre os uniformes da milícia. Jeanne Berrance de Castro aponta os problemas econômicos e de prestígio social implicados na aquisição e no uso dos uniformes. Uricoechea enfatiza a importância do fornecimento dos uniformes como meio para estabelecimento de relações de dependência. Antonio Rodrigues, Francisco Falcon e Margarida Neves mostram como os uniformes eram traços materiais e visuais que evidenciavam e reforçavam diferenças sociais. Todos nos alertaram para questões com as quais deveríamos nos preocupar de forma fundamental nesta pesquisa.

CAPÍTULO 3 - HISTORIOGRAFIA DA GUARDA NACIONAL

A Guarda Nacional, especialmente pela importância e repercussão de sua criação nos anos iniciais da Regência, se tornou um dos problemas tratados na historiografia sobre o Brasil, à medida que esta foi se consolidando como disciplina acadêmica no país.

Ela aparece inicialmente em breves referências nas narrativas sobre a vida política e os confrontos armados ocorridos durante a Regência. Este posicionamento está já assentado no trabalho de divulgação de Rocha Pombo em sua **História do Brasil** de 1905. Ela é vista como força armada sob domínio dos moderados para combate à oposição e de forma mais geral como força armada do poder civil para combater tropas do Exército, que se sublevavam contra o Governo Imperial conduzido pelos liberais.

Já na década de 1920 ela entra, ainda que de forma marginal, no trabalho de um autor dedicado à história militar do Brasil, Gustavo Barroso (1922; 1935), que se preocupa quase que exclusivamente com o Exército. No entanto, ele não deixa de ressaltar a participação da Guarda Nacional na Guerra do Paraguai e no combate à Revolta da Armada em 1897, certamente um dos primeiros a enfatizar a atuação militar desta tropa auxiliar. Mais tarde, na década de 1940, serão Pedro Calmon (1947) e Hélio Vianna (1945) que comentarão estes mesmos problemas, mas já ampliando o quadro da participação de guardas nacionais em movimentos armados anti-governistas, citando a Sabinada, a Balaiada e a Revolta Liberal de 1842.

Estamos aqui no âmbito do que se convencionou denominar história narrativa e em algumas das principais obras de divulgação que trazem referências e comentários sobre a Guarda Nacional. Mas é preciso já considerarmos autores que atribuem uma importância fundamental à milícia na história do Império brasileiro e que lhe dedicaram estudos mais aprofundados. É o caso de Oliveira Vianna (1949), que já na década de 1920 estudava a Guarda Nacional como um meio institucional de organizar, no Brasil, o poder político local (municipal) e provincial. A milícia proporcionava a lideranças privadas o comando oficial de uma força armada e, ao mesmo tempo, subordinava-as a lideranças provinciais. Assim, ela organizava um *clã eleitoral*, a forma de exercício do poder pelos notáveis locais.

O poder privado oficialmente legitimado se exerceria através do controle da ocupação dos postos militares da milícia, ou seja, da formação do seu contingente e da hierarquia de comando. Especificamente, o poder privado controlava os procedimentos oficiais estabelecidos - eleições e nomeações - para ocupação dos postos militares. O líder local ocupava o posto de coronel comandante; seus subordinados ocupavam os postos da oficialidade até capitão; e os homens de baixa renda eram submetidos a ele, pois controlava o recrutamento para o Exército e os ameaçava com o engajamento.

Em Oliveira Viana, portanto, é a composição dos quadros da Guarda Nacional e não sua atuação militar repressiva, o principal problema para entendê-la como instrumento de dominação política. É em função desta abordagem que podemos compreender a importância que toma em seu trabalho a discussão sobre o caráter estamental desta tropa auxiliar. A ocupação dos postos de comando constituiria prerrogativa de determinados estratos sociais. O autor estabelece o seguinte esquema: alta e média “nobreza rural”, ocupariam os postos mais importantes; pequena “nobreza”, postos intermediários e também a posição de guarda de cavalaria. A atenção dada a este último posto, o mais baixo na hierarquia, só se explica em relação à cavalaria pois esta era considerada uma arma militar nobre.

Em 1958 temos uma nova tentativa de interpretar a fundação e o desenvolvimento da milícia na organização social do Império brasileiro. Trata-se do trabalho de Raymundo Faoro sobre a origem do patronato político brasileiro. Procurando analisar as estruturas políticas de poder desde o período colonial, o autor retoma e examina mais rigorosamente a idéia de que a Guarda Nacional constituiu uma tropa militar sempre posta a serviço das elites políticas do país.

No início da década de 1960 a Guarda Nacional é contemplada na coleção organizada por Sérgio Buarque de Hollanda, que pretendia oferecer um panorama dos estudos sobre história do Brasil, a **História Geral da Civilização Brasileira** (1962). A milícia é abordada aí de forma sintética, como é o espírito geral da obra, por três importantes autores. Eurípedes Simões de Paula a comenta rapidamente no seu capítulo sobre a organização do Exército brasileiro, considerando-a o maior ato militar da Regência. Opina que sua fundação organizou melhor o serviço militar dos corpos territoriais - das tropas auxiliares do Exército - e salienta sua atuação militar na Guerra do Paraguai e no

combate à Revolta da Armada. Paulo Pereira de Castro a examina no seu estudo sobre o período regencial, enfatizando-a como força militar utilizada no combate a sedições militares, revoltas armadas, sobretudo nas províncias e, inclusive em tentativas de golpes de estado como aquele do governo moderado de Feijó em julho/1832 contra a Câmara dos Deputados.

É nesta obra geral que encontramos o primeiro estudo histórico centrado exclusivamente sobre a Guarda Nacional. Trata-se do trabalho de Jeanne Berrance de Castro. Na coleção, ficou sob sua responsabilidade o capítulo sobre esta tropa na parte referente à organização das forças armadas do Império. Mais tarde, em 1968, a autora seria a primeira pesquisadora a elaborar uma tese acadêmica sobre a milícia, tratando da análise do sistema eletivo para oficialato que, publicada posteriormente (Castro, 1979), já assumia a condição de referência básica sobre o assunto. Suas proposições sobre o caráter popular e, portanto, dos aspectos democráticos da Guarda Nacional levaram-na a análises mais demoradas e minuciosas que marcam a compreensão dos problemas sobre a organização da milícia e sua inserção na sociedade imperial.

Jeanne Berrance de Castro é a primeira pesquisadora a chamar a atenção para a composição popular da tropa na sua primeira fase de existência. A milícia teria servido como uma instituição armada que promoveu a ascensão social de indivíduos de baixa renda.

A autora examina de maneira fundamental o problema da ocupação dos postos militares da Guarda Nacional para a obtenção de prestígio social. Sua argumentação sobre o caráter popular do contingente alistado, nas duas primeiras décadas de atuação da milícia, ressalta, principalmente, o problema do prestígio adquirido por homens de baixa renda e não o poder militar que poderiam mobilizar. Trata-se de matizar as afirmações sobre o caráter estamental da tropa demonstrando a importância do sistema eletivo para oficialato, que teria elevado aqueles homens a posições de comando (postos de oficiais).

Ela observa que os postos de comando da Guarda Nacional foram ocupados por indivíduos do estrato senhorial e atendeu grandemente os interesses políticos e sociais deste estrato. Isto significa, em última instância, que a milícia serviu, principalmente, aos interesses da classe dos grandes proprietários, pois ela se caracterizaria, no desempenho de

sua tarefa institucional de manutenção da ordem interna, em “instrumento das classes conservadoras”.

O sistema eletivo, por um lado, teve uma existência legal apenas nos vinte primeiros anos da milícia e, mesmo neste período, foi muito enfraquecido e irregularmente aplicado com a descentralização político-administrativa que perdurou entre 1834 e 1841. Disposição regulamentar da organização da tropa, sua efetividade na prática foi freqüentemente obstada pelo estrato senhorial, que tornou sua prerrogativa a ocupação dos postos de oficiais.

À medida que se fortalecia o seu controle da ocupação dos postos, a exclusividade nesta ocupação tomava um caráter estamental/aristocrático mais acentuado. A milícia foi assumindo a condição de mais um meio institucional de formação de uma elite nobre. A partir de 1848, apenas dois anos antes da extinção oficial dos sistema eletivo para oficialato, a nomeação para oficial poderia se constituir em condição para a concessão de um título nobiliárquico, prática que continuou num crescendo até o final do Segundo Reinado. Outra disposição ainda se acrescentaria a respeito - a partir de 1854 os filhos dos oficiais da Guarda Nacional poderiam assentar praça como cadetes do Exército, tal como se praticava nesta tropa, uma condição de enobrecimento.

A autora também chama a atenção para um problema pouco discutido na historiografia, a organização da Guarda Nacional como um instrumento não só de domínio político de classe mas de exploração econômica, através do estado, das classes populares pelas classes de proprietários.

Esta é uma dimensão importante do problema da política, freqüentemente aplicada pelo Estado Imperial, de reduzir despesas financeiras com serviços militares e policiais. O pagamento dos contingentes responsáveis e o fornecimento de meios materiais eram obrigações do estado mas, ao mesmo tempo, os guardas nacionais eram empregados em tais serviços que realizavam sem remuneração - apenas em algumas poucas ocasiões reguladas por lei eles poderiam receber algum tipo de soldo. Esta política significava exploração dos milicianos. Eles não recebiam compensação financeira pelos serviços que eram obrigados a realizar, fato que tinha como consequência prejuízos para as atividades econômicas do indivíduo alistado.

Contudo, a autora argumenta que se pode constatar o fato de que homens de baixa renda e de estratos sociais desprestigiados não só ingressaram na milícia, como chegaram a postos do oficialato. Jeanne Berrance de Castro afirma a composição popular do seu contingente e assevera que o alistamento e a qualificação de indivíduos de baixa renda foi comum até o Segundo Reinado (Castro, 1962: 281).

Observa, de início, que, nas tropas auxiliares, os critérios raciais para composição e organização dos contingentes militares foram abandonados com a criação da Guarda Nacional. Nela não se estabeleceu a formação de unidades militares integradas apenas por negros ou mulatos ou brancos. Aponta como principal razão para esta mudança na organização das tropas, após a Independência e ainda mais intensamente após a instauração da Regência, a exigência de ocupação de cargos, funções e postos das instituições do país por todos os seus cidadãos reconhecidos como tal (Castro, 1962: 283).

O principal ponto de discussão está, no entanto, nos novos critérios para ingresso na tropa e ocupação dos postos de oficialato. A renda mínima de 100 mil réis anuais, exigida para ingresso na tropa era uma disposição legal que poderia ser atendida por homens de baixa renda. Estes não estavam, assim, oficialmente excluídos da Guarda Nacional. Então, pequenos proprietários e comerciantes, além de trabalhadores poderiam integrá-la e, até a Guerra do Paraguai, última grande mobilização militar da tropa, constituíam a maior parte do efetivo alistado.

É certo que jornais da Guarda Nacional e da imprensa mulata tiveram que defender a nova situação, o que demonstra que os indivíduos interessados na organização estabelecida foram obrigados a lutar pelas prerrogativas oficialmente adquiridas. Eles, então, ocuparam, efetivamente, postos na milícia, uma prática naqueles anos iniciais. Outros sinais destas mudanças são as reclamações sobre eleição para oficiais, sobretudo pela imprensa, de indivíduos que ocupavam uma posição subalterna nas relações sociais de trabalho.

Jeanne Berrance de Castro passa, também, pela questão da Guarda Nacional como instrumento de luta entre as frações de classe dos proprietários na resolução de seus conflitos. Aqui o problema é visto no combate à oposição política, principalmente ao Exército. Institucionalmente, a Guarda Nacional era tropa auxiliar do Exército e nos

períodos de guerra externa ficavam os efetivos da milícia subordinados aos comandantes da primeira linha.

A subordinação da milícia ao governo civil, no entanto, significou uma tentativa de constituir uma força armada com a qual pudesse fazer frente aos corpos amotinados do Exército. A autora discute as razões mais gerais para entendermos o lugar secundário que o Exército ocupava no aparato estatal. Em primeiro lugar, era economicamente vantajoso para o governo manter uma tropa de primeira linha de reduzido efetivo pois não teria despesas com soldos e aquisição e fabricação de equipamentos, sobretudo, com relação ao armamento cujo desenvolvimento tecnológico já começava a se acentuar em meados do século passado. Em segundo lugar, as relações políticas do Brasil com outros países americanos favorecia estruturalmente a existência de um Exército fraco pois não havia, naquele período, objetivos expansionistas marcantes.

Jeanne Berrance de Castro mostra o especial interesse que tem o problema da atuação militar da Guarda Nacional. A milícia não se reduziria a um instrumento de “manipulação eleitoral” e de obtenção de honrarias sem realizar serviços militares, fim precípua de uma associação armada. Trata-se de uma resposta às críticas formuladas ao longo do tempo à tropa com “milícia eleiçoeira”, em boa parte encampadas pelos estudos posteriores que não salientam e mesmo desvalorizam esta atuação militar.

A autora não deixa de apontar que nos confrontos militares a convocação da milícia era um último recurso, devendo ser mobilizadas, primeiramente, a tropa de primeira linha e em seguida as Guardas Municipais Permanentes. Ressalta, no entanto, que apesar destas regulamentações, a Guarda Nacional foi intensamente mobilizada nos conflitos armados do período regencial e início do Segundo Reinado. Destaca, em especial, o combate à Revolta Farroupilha e a participação nas guerras do Prata e do Paraguai.

A desmobilização militar da Guarda Nacional ocorreria a partir de sua segunda reforma, em 1873. A milícia só seria mobilizada, daí por diante, em situações definidas como de comoção social. Nos períodos de paz se reuniria apenas uma vez por ano para revista e exercícios, enquanto a qualificação, antes anual, seria realizada a cada dois anos e passaria, automaticamente para a reserva, indivíduos com idade superior a 40 anos.

No entanto, Jeanne Berrance não centra sua análise no poder repressivo da Guarda Nacional. É na sua própria organização interna que temos o principal meio de

controle exercido pela milícia. A autora examinou o problema da ocupação dos postos militares como meio de exercício de poder da classe dos grandes proprietários. Destaca a descentralização político-administrativa promovida pelo Ato Adicional de 1834, que fortaleceu o poder de decisão do presidente provincial e das lideranças locais. Estes passaram a definir as eleições e fazer ou indicar as nomeações para os postos mais altos da hierarquia.

A reforma de 1850 afirmaria, definitivamente, o “caráter aristocrático” dos quadros da Guarda Nacional, através de dois importantes conjuntos de medidas. o primeiro referente aos critérios de composição da oficialidade, o outro a disposições que regulavam a baixa do serviço como sanção punitiva.

O sistema eletivo para o oficialato foi extinto e a composição da hierarquia passa a ser realizada unicamente por indicações e nomeações para ocupação dos postos, feitas pela própria oficialidade da tropa para os postos até capitão e pelos governos provinciais e central para os postos mais altos.

O controle mais estreito da ocupação dos postos é ainda garantido por novas disposições sobre medidas punitivas, muito embora se tenham mantido a obrigatoriedade do alistamento e a vitaliciedade dos postos de oficiais que garantiam, para além das decisões das instâncias acima, o ingresso na tropa e a condição de oficial adquirida. As disposições regulamentares aumentaram o número de faltas em serviço que poderiam levar à baixa do guarda nacional, o que colocava nas mãos dos governos e da oficialidade maiores recursos para pressionar ou punir indivíduos alistados.

Jeanne Berrance concede, ainda, fundamental importância à divisão interna de serviços como um forma de discriminação de classe. Segundo a autora “foi pela divisão entre serviço ordinário e reserva que a instituição, originariamente democrática, foi viciada por aquela sociedade de classes”. (1962: 281). Ela se centra nas disposições legislativas que excluía do serviço ordinário os ocupantes de cargos de alto escalão do governo, alguns profissionais e, por fim, pessoas de condição não identificada ao trabalho manual e de baixo rendimento. Trabalhadores manuais com renda suficiente, eram dispensados apenas se vinculados a alguma propriedade de importância econômica. Na verdade, se atendia, aos interesses do proprietário. As isenções para o serviço ordinário contribuíram, então,

definitivamente, para que a divisão de serviços significasse um meio de favorecimento a determinados estratos sociais.

Neste mesmo ano da apresentação da pesquisa de Jeanne Berrance de Castro, Nelson Werneck Sodré voltava a enfocar a Guarda Nacional sob o prisma da história militar do Brasil. Ele já havia estudado a milícia em seu livro **Formação histórica do Brasil** (1962), utilizando a noção de classe social numa perspectiva marxista, ou seja, dando ênfase às relações sociais de produção. Os conflitos políticos e sociais da Regência, incluindo aqueles que envolviam a Guarda Nacional, são tratados primeiramente como uma luta entre a classe dominante metropolitana e a classe dominante no Império brasileiro.

O Ato Adicional de 1834 e a fundação da Guarda Nacional três anos antes, são analisados como partes de uma estratégia para estabelecer um domínio de classe. Em 1831, com a instauração da Regência, a fração hegemônica da classe dominante, ligada à lavoura tradicional (de cana-de-açúcar), os teria como eixos institucionais de sua política de domínio. Como os senhores de terras tinham uma base local ou provincial de seu poder, a descentralização promovida pelo Ato Adicional correspondia a aumentar seu controle político. A criação da Guarda Nacional os investia do poder militar, pois eram eles os chefes desta tropa militar (Sodré, 1962: 224). Assim, argumenta, que a milícia era força armada que servia aos interesses políticos e econômicos dos senhores de terras e escravos.

Na sua **História militar do Brasil** (1968), desenvolveu ainda mais sua concepção de que a milícia constituía um meio de domínio de classe. Agora a enfocava como instrumento militar dos senhores, “braço armado” de uma fração de classe específica, na disputa pelo controle do estado central (Sodré, 1968: 117). O autor faz referência, então, aos interesses divergentes entre os senhores ligados à cafeicultura e os senhores ligados às lavouras mais tradicionais. O exemplo analisado é a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul, que se estendeu de 1835 a 1845. Os grandes proprietários desta província se sentiram economicamente explorados pelos senhores que dominavam o governo central e determinavam a política monárquica para a região.

A participação da Guarda Nacional neste movimento oposicionista armado traz à tona o problema de que ela não seria um meio eficaz, do ponto de vista governamental, no controle das frações da classe dominante de base provincial. Por isso, veríamos o progressivo fortalecimento da organização do Exército sob o comando de Luís Alves de

Lima - política do governo central para fortalecer seu poder militar ante os senhores de terras e escravos.

Esta análise atribui importância fundamental à oposição entre Exército e Guarda Nacional. A criação da milícia constituiu uma necessidade para a classe dos proprietários, pois as forças armadas, então, existentes ou estavam desorganizadas e eram ineficientes - caso das Milícias, Ordenanças, Guardas Municipais e tropas mercenárias - ou estavam dominadas pelo poder metropolitano - o que seria o caso do Exército.

A subordinação da Guarda Nacional às diferentes instâncias de poder civil e cargos políticos - câmaras municipais, juizes de paz e de direito, presidentes de província e ministro da Justiça - foi a estratégia desenvolvida para torná-la força militar daquela classe, pois todos estavam dominados pelos senhores.

O autor se demora em mostrar o lugar secundário conferido ao Exército, mostrando a constante falta de meios materiais e recursos financeiros com os quais eram obrigados a lidar seus comandantes. Este é o principal problema discutido, a posição privilegiada da Guarda Nacional na sua relação com o Exército por se constituir a primeira numa força armada da elite senhorial na luta para estabelecer seu domínio de classe.

A composição social das tropas do Exército também o diferenciava desfavoravelmente da Guarda Nacional: nele se recrutavam à força homens de baixa renda e libertos. Apenas no oficialato ingressavam espontaneamente homens que provinham de famílias com tradição militar, em geral, oriundos de entre os senhores. A composição da Guarda Nacional, com seus critérios censitários, a transformava em força de elite, ou seja, associação armada integrada por uma determinada classe social e posta a serviço de seu domínio.

Ainda na década de 1960, Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969) voltaria ao problema do poder político local numa abordagem sociológica. Mas, então, passou a enfatizar o domínio da classe social dos grandes proprietários de terras e escravos e analisou mais detalhadamente os procedimentos que garantiam este domínio. Ela examinou aqueles vigentes no interior da milícia, através dos quais se exercia o poder privado dos senhores.

O primeiro seria a distribuição de vantagens. A qualificação dos ingressos na milícia, em serviço de reserva ou ordinário, tinha suas normas definidas na lei de criação

mas se transformou num instrumento de cooptação de solidariedade e de combate a adversários. A qualificação no serviço de reserva era um ganho para o indivíduo alistado, pois este poderia ocupar posto de prestígio sem o desempenho das correspondentes obrigações militares que lhe tomariam tempo e energia. O coronel controlava a eleição para o conselho de qualificação, a instância responsável pelo alistamento em serviço ordinário ou de reserva. Este conselho era composto por eleitores de segundo grau, homens da população local dependentes do coronel.

Igualmente importante era a exclusão de benefícios. O recrutamento no Exército podia ser definido pelo coronel da milícia. A autora não faz, como Oliveira Viana, referências à sua aplicação aos homens de baixa renda.

O terceiro e último, seria o controle de outras autoridades locais. O fornecimento de força armada para as autoridades policiais sob o comando de delegados era uma das atribuições do coronel. Assim, os delegados, formalmente não subordinados ao comandante da milícia, ficavam na sua dependência para compor seu efetivos.

Em 1973, é publicada a pesquisa de Heloisa Fernandes sobre a organização militar de São Paulo desde o período colonial. Um enfoque sociológico sobre a tropa auxiliar, também numa abordagem marxista. A Guarda Nacional é considerada como mais uma das forças militares repressivas, que desde a colônia, eram organizadas pelos grandes proprietários de terras e escravos para manutenção das relações sociais de produção. Salienta no caso da milícia, não a sua atuação militar, apontada como particularmente muito fraca na província, mas sim os critérios para ingresso na tropa.

A Guarda Nacional poderia, assim, ser interpretada como instrumento de domínio de classe, a partir da definição de seu objetivo institucional de manutenção da ordem interna. É preciso observar, no entanto, os comentários da autora sobre a segunda reforma da milícia implementada em 1873. Entende que a disposição que determinava a convocação da milícia apenas nos casos de guerra externa, rebelião, sedição e insurreição, constituiu um acréscimo em suas responsabilidades militares, pois somente, então, passou a incluir a manutenção de ordem interna. Devemos apontar que a função de combates a movimentos armados internos, sobretudo de caráter anti-governista, fora estabelecida desde sua criação em 1831 e a discriminação das ocasiões de atuação, em 1873, representou, na verdade, um enfraquecimento institucional e militar pois deixava de exigir os serviços

ordinários diariamente executados até então. A partir desta reforma o domínio da classe de proprietários se fazia através, não da atuação militar mas, sobretudo, de obtenção de prestígio social. Proposição que, aliás, ela procura demonstrar.

Heloisa Fernandes, de fato, atribui grande importância a este problema. Afirma que a subordinação a autoridades civis significava uma forma de exercício da dominação da classe dos proprietários rurais. A subordinação aos juizes de paz, na vigência do Código do Processo de 1832, representou um momento desta forma de dominação. A autonomia político-administrativa municipal concedida pela reforma do código forneceu aos grandes proprietários instrumentos jurídicos, policiais e de força armada para exercício de seu poder local. O juiz de paz era eleito pelos eleitores de paróquia, portanto, o coronel podia controlar sua escolha. Era um cargo que acumulava funções judiciárias e policiais importantes. A Câmara Municipal, dominada pelos grandes proprietários rurais, elegia inspetores de quarteirão, indicava nomes para juiz municipal e promotores e tinha autonomia financeira. Assim, o juiz de paz controlava a convocação da Guarda Nacional e as câmaras municipais controlavam o ingresso de cidadãos na milícia.

Este poder derivava da organização das relações sociais de produção, estabelecidas desde a Colônia e mantidas no país recentemente independente: a produção econômica era organizada nas grandes unidades produtivas de exportação. Isto é, se mantiveram os “domínios-empresa” nos quais os proprietários exerciam seu poder de forma direta, sem mediações legais.

Outros procedimentos são analisados. O critério censitário - alistamento de cidadãos que pudessem ser eleitores - revela seu cunho elitista e conservador. Também a formação do conselho de qualificação na tropa: por seu objetivo - verificar a idoneidade dos cidadãos - e por sua composição - os eleitores mais votados para constitui-lo presididos pelo juiz de paz.

Ela enfatiza, ainda, as restrições de acesso aos postos de oficialato na tropa auxiliar, a tônica na composição dos seus comandos nas reformas de 1850 e 1873. O reforço nas exigências para nomeação de oficiais e sua promoção - prerrogativas dos comandantes da milícia e de autoridades provinciais e imperiais, critérios censitários como renda mínima e possibilidade financeira para pagamento de patentes - são salientados pela autora em consonância com sua argumentação geral sobre o domínio das forças repressivas

do estado - policiais e militares - pelos grandes proprietários para manutenção das relações sociais.

Em vista desta organização, considera pasmoso o estabelecimento de um sistema eletivo para postos de oficialato na milícia e procura apontar seus limites. Os postos de comando mais importantes, majores e chefes de legião, eram nomeados pelo governo. Ocorreu a substituição das eleições de oficiais por nomeações realizadas por autoridades municipais e depois provinciais, após o Ato Adicional de 1834.

Segundo a autora, é na realização de um domínio de classe que se enquadra a Guarda Nacional como uma força armada para enfraquecer e combater o Exército. Na verdade, eram os soldados e oficiais inferiores, os postos mais baixos na hierarquia militar, aqueles que se amotinavam contra o governo central e se reuniam às classes populares, excluídas das instâncias de decisão política. A oficialidade do Exército, ligada ao Governo Imperial, apoiava as medidas deste enfraquecimento da tropa de primeira linha e mesmo colaborava no combate a levantes. Formou, por exemplo, o batalhão de oficiais voluntários da Pátria no início da Regência. Eles estavam reunidos na Sociedade Defensora, de cunho conservador e que apoiou, e não forjou, a idéia da criação da Guarda Nacional. Heloisa Fernandes destaca, ainda, medidas restritivas ao Exército. Feijó baixou, por exemplo, uma lei em 30/8/1831 que suspendia o recrutamento no Exército, concedia dispensas e licenças e suspendia promoções.

A criação de forças repressivas não subordinadas ao Exército faz parte, portanto, de procedimentos da classe dos proprietários de terra e escravos para estabelecer seu controle sobre o estado para manutenção da ordem interna.

Quanto à atuação militar da Guarda Nacional em São Paulo, comenta trechos de relatórios de presidentes da província ao longo do Segundo Reinado mostrando as permanentes dificuldades para organização efetiva da milícia. Em termos gerais ela adota as colocações de Jeanne Berrance sobre as três fases da existência da Guarda Nacional: atuação militar em conflitos internos (1831-1850), transformação em instrumento dos partidos políticos (1850-1889) e enfraquecimento institucional pela absorção ao Exército (1889-1922). Ela se constituiria durante a maior parte de sua vida numa milícia honorária, sem atuação militar, meio institucionalizado de obtenção de prestígio social por aqueles que pertenciam às classes dominantes. Uma característica que teria se acentuado ainda mais,

conforme se organizavam as forças repressivas provinciais - Guarda Municipal Permanente, Guarda Urbana, Polícia Local e outras.

Em 1976 surge uma segunda pesquisa acadêmica sobre a Guarda Nacional, realizada por Fernando Uricoechea. Trata-se de um trabalho sociológico sobre a milícia, agora numa abordagem weberiana, na qual predomina uma preocupação conceitual e teórica, posta de maneira bastante rigorosa, sobre a organização da tropa e seu significado nas relações entre estado e sociedade no Brasil imperial. Neste enfoque, a associação é compreendida como um instrumento do governo monárquico para constituir o estado imperial como aparelho burocrático, isto é, de racionalização do exercício do poder político com o objetivo de colocar sob seu controle o poder de tipo patrimonial exercido pelos senhores.

O autor não coloca o problema da inserção social da Guarda Nacional no Império brasileiro em termos de classe social. Ele trabalha com um outro problema posto pela organização da milícia: a sua criação e desenvolvimento como resultantes de uma tensão entre, por um lado, a existência de uma administração burocrática desenvolvida pelo governo central e, por outro, de uma administração patrimonial controlada pelos estratos dominantes locais (Uricoechea, 1978: 14-5).

Não se trataria de dois pólos opostos, procurando cada qual excluir o outro da condução do estado. A relação seria complexa, no sentido de que o próprio governo havia surgido e permanecia envolvido na tradição patrimonial estabelecida na Colônia, enquanto os senhores locais, dominando os corpos de tropas auxiliares, poderiam mobilizá-los em favor do governo.

Esta situação cria uma dinâmica nas relações estabelecidas, consideradas no estudo de Uricoechea ao enfatizar uma noção “híbrida”, na terminologia weberiana dos tipos ideais, como *burocracia patrimonial*. Não seria possível compreender as mudanças que a estrutura e as funções da Guarda Nacional sofreram ao longo da existência da milícia, sem considerarmos as relações sociais historicamente estabelecidas, ou seja, variáveis no tempo, que impulsionaram sua criação e seu desenvolvimento.

Uricoechea considerando, então, a história da Guarda Nacional, vê nela durante seus primeiros quarenta anos de existência, uma atuação do estado para mobilizar em seu favor a população de homens livres: “Na verdade, foi nessa ocasião que o Príncipe e seu

estado passaram a empregar corporativamente a população de homens livres e notáveis do campo através da Guarda Nacional, organização especialmente designada para esse propósito”. Acentuando-se, assim, a partir da década de 1830, a implantação efetiva de uma estrutura burocrática patrimonial criada na sociedade colonial (Uricoechea, 1978: 15/6).

Nestes termos, o autor não trabalha com a noção de classe social mas de estrato social, procurando investigar as relações entre administração burocrática do governo central e o estrato de senhores.

Maria Auxiliadora Faria foi outra autora que se preocupou com a análise da Guarda Nacional, também realizando uma pesquisa acadêmica,. Ela enfatiza, inicialmente, a origem francesa da estrutura da milícia e a necessidade, que sentiram seus componentes e autoridades políticas da época, de adaptá-la à organização social do Brasil. Este seria o principal problema para compreendermos o significado da criação desta tropa e que suscita os diferentes enfoques que encontramos nos estudos sobre ela. A autora os reúne em três posições básicas. Na primeira, a Guarda Nacional seria um instrumento político-militar das classes dominantes, portanto, concebido para manutenção do latifúndio e da escravidão. Na segunda, importa estudar sua transformação de tropa militar em milícia “eleiçoeira”, um meio de manipulação governamental das eleições políticas. Na terceira, a tropa seria um “elemento reforçador” do poder das lideranças locais, que enfraqueceria a centralização estatal.

Maria Auxiliadora procura sistematizar o encaminhamento dos problemas levantados por estas abordagens, a partir da seguinte questão: os meios militares e políticos que a Guarda Nacional reunia eram controlados pelo estado ou pelos senhores de terras e escravos? Propõe, então, como um novo enfoque: havia uma contradição básica entre os princípios que fundamentavam a organização da milícia - sustentação do governo central - e sua implantação efetiva, que a colocaria sob o domínio dos senhores locais (Faria, 1979: 154). Analisando a atuação da tropa em Minas Gerais, a autora conclui que a Guarda Nacional pode ser entendida como força das elites políticas, característica definida no Império e reforçada com a instauração da política coronelista.

A Guarda Nacional foi ainda objeto de estudo num trabalho conjunto de Antonio Edmilson Rodrigues, Francisco Calazans Falcon e Margarida Maria de Souza Neves (1981). Os autores analisaram pormenorizadamente a estrutura e a atuação das

unidades de Guarda Nacional na Corte e na Província do Rio de Janeiro no período 1831/1837, marcado pela hegemonia dos moderados no controle do Governo Imperial. Aqui uma vez mais e procurando avançar a compreensão do significado da milícia na organização social do império, a Guarda Nacional é entendida como um “momento expressivo” do projeto de dominação da classe senhorial que recobriria o processo de construção do estado imperial. Os autores retomam um dos problemas de fundo sobre a Guarda Nacional, a sua utilização como instrumento de dominação de classe. Abordam, sobretudo, a composição da tropa por critérios censitários e não sua atuação militar. Procurando avançar a compreensão sobre a milícia, os autores começaram a examinar a produção sociológica e histórica realizada até então, estabelecendo um diálogo com os principais pesquisadores que trataram desta tropa auxiliar.

O problema das relações entre burocracia imperial e estrato de senhores foi retomado por eles. A Guarda Nacional seria uma “instituição que possibilita atender às necessidades da constituição de uma burocracia incipiente através do que poderíamos denominar de ‘lógica da ambigüidade aparente’”. Há uma lógica de complementaridade - é o que procuram afirmar os autores - não imediatamente apreensível, na aparente incongruência do governo central transferir atribuições militares às autoridades locais e aceitação destas dos ônus que representava esta transferência. Por um lado, o estado imperial não dispunha de “recursos humanos e financeiros suficientes para a expansão do seu aparelho burocrático”; por outro, os proprietários locais aceitavam arcar com despesas das atribuições militares pois isto era “garantia da ordem escravista”. Por isso sua organização efetiva era no município e aí ela servia para consolidar o poder político dos proprietários, objetivo principal mesmo em relação à sua atuação militar.

Estes autores, contudo, retomam a noção de classe social para compreensão da Guarda Nacional. O objetivo estabelecido na pesquisa é questionar a concepção de que a Monarquia brasileira realizou a unidade nacional, constituindo a Regência um período importante nesta realização: integridade territorial garantida por uma unidade político-administrativa. Propõem entender esta unidade de ordem enquanto efetivação de uma dada ordem social que representa um domínio de classe. Decorrente deste problema principal encaminham três outras questões: a) a Guarda Nacional foi uma instituição que delimitou a cidadania naquela sociedade. É o problema da exclusão social; b) ela era expressão de um

compromisso entre o poder local e o estado centralizado; c) a Guarda Nacional era um dos suportes políticos da facção dos moderados na manutenção de sua hegemonia durante a Regência (até 1837).

Além deste problema do domínio de classe a milícia é também analisada como instrumento da disputa pelo controle das instâncias de poder entre as diferentes frações da classe de grandes proprietários. Aqui entram as questões relativas: a) ao uso desta força armada pelo governo central contra a oposição política na Corte, sobretudo na Regência, e no combate a movimentos armados anti-governistas nas províncias; b) ao seu emprego nestes movimentos pelos senhores e; c) à sua utilização nas disputas locais entre senhores.

Seria possível distinguir para a organização da Guarda Nacional na Corte e na Província do Rio de Janeiro uma fase bem delimitada que compreende os anos de 1831 a 1837 e é caracterizada pelo controle da milícia pelos liberais moderados como meio institucional de estabelecer sua hegemonia política. Seu projeto político mais amplo é o fortalecimento do eixo centro-sul na política nacional, o que significava o predomínio político dos grandes proprietários de lavouras tradicionais (que não a do café) e do setor ligado ao comércio de abastecimento da Corte. Estas são as colocações básicas de Alcir Lenharo seguidas aqui pelos autores como um enquadramento geral para o estudo da Guarda Nacional da Província do Rio de Janeiro.

A milícia seria uma instituição importante, juntamente com as Sociedades Defensoras fundadas na capital e nas províncias, para a implantação deste projeto político. A primeira indicação deste fato é a tentativa de manter um efetivo controle do governo central sobre a tropa, embora os moderados tenham estabelecido uma descentralização política com a reforma do código do processo em 1832 e a promulgação do Ato Adicional em 1834. O fortalecimento do controle do poder local sobre a Guarda Nacional só se dará com a conquista do governo central pelos conservadores em 1837, quando esta instância maior de decisão política deixa de organizar a milícia (Rodrigues et alii, 1981: 21).

Segundo os autores, a atuação militar não era, de fato, o principal objetivo da Guarda Nacional. Os presidentes de província em seus relatórios citavam como problemas da milícia a falta de condições para sua atuação militar eficaz: déficit de armamentos, deficiência de instrução e disciplina ou, num segundo momento, a desmobilização que ocorria em virtude da prioridade dada pelos alistados aos cuidados com suas lavouras.

Sua existência, no entanto, não constituía problema na medida em que ela organizava os estratos sociais em função dos interesses dos proprietários, consolidando a hierarquia social uma vez que sua hierarquia militar era legitimada pelo estado imperial.

Examinados todos esses autores, podemos verificar agora que o que vem acontecendo nos últimos anos, na faixa das obras de divulgação e didáticas, é a incorporação dos problemas formulados e das análises desenvolvidas nestas pesquisas. Sejam bons exemplos, os livros elaborados por dois historiadores que se preocuparam em promover uma ligação entre conhecimento acadêmico e trabalhos didáticos. Carlos Guilherme Mota, juntamente com Adriana Lopez, escreveu **História e civilização** (1995) para alunos de 1º e 2º graus e Boris Fausto publicou sua **História do Brasil** (1995) voltada para universitários e público em geral.

Em ambas as obras, é abordado o problema da Guarda Nacional como instrumento de controle dos grandes proprietários sobre outros estratos sociais. Na primeira, ela é afirmada como “braço armado” do estrato de senhores utilizado para garantia da ordem interna no Império e na segunda, a tropa auxiliar se constitui enquanto força armada voltada contra as ameaças das “classes perigosas” e os excessos do governo centralizado. A atuação militar da Guarda Nacional é destacada pelos autores como maneira de atingir estes objetivos. Mota concebendo que a milícia era uma força antiinsurrecional e Fausto comentando que ela fornecia como resultado prático a manutenção da ordem na base municipal na qual estava organizada. Os critérios e procedimentos para composição dos efetivos e da formação da oficialidade são enfatizados também como estratégias de dominação de classe. Mota destaca que a descentralização político-administrativa promovida pela Regência colocava a milícia institucionalmente sob condução das elites regionais de grandes proprietários rurais: a ocupação dos postos de mais alta patente era realizada por indicação dos presidentes ou das assembleias provinciais, instâncias dominadas por aquelas elites. É Fausto, que a este respeito, chama a atenção para a existência legal do sistema eletivo para oficialato que, ao mesmo tempo, foi suplantada pelo que denomina “realidade nacional” e necessidade de estabelecer uma hierarquia.

Finalmente, ambos comentam as relações de oposição entre Guarda Nacional e Exército. Mota faz rápidas referências ao fortalecimento das tropas de primeira linha após a

Guerra do Paraguai e Fausto se estende um pouco sobre o problema informando que, até então, o seu corpo de oficiais era muito reduzido, não obtinha recursos para ampliar seus efetivos e não havia obrigatoriedade do serviço militar. Além do que os guardas nacionais estavam isentos do recrutamento. A propósito da convocação geral para a guerra externa, Boris Fausto acrescenta uma observação sobre o que seria um limite à atuação militar da Guarda Nacional, afirmando que embora as tropas de Guarda Nacional gaúchas fossem empregadas constantemente nas lutas contra os países platinos e com sucesso, na Guerra do Paraguai as autoridades imperiais teriam percebido que ela era incapaz de enfrentar um exército moderno tal como se constituiria, então, o paraguaio.

CAPÍTULO 4 - FONTES

Comentamos na introdução que nosso objetivo no estudo dos uniformes da Guarda Nacional consiste em analisar a utilização social de um objeto material. Em se tratando, portanto, de uniformes militares e, especificamente, desta tropa miliciana, as fontes que utilizamos foram: legislativas e administrativas, referidas à definição e regulação do uso dos uniformes; iconográficas, particularmente, imagens ligadas à determinação dos modelos governamentais; literárias, em especial, textos teatrais; imprensa, principalmente, fontes publicitárias, os anúncios comerciais de venda de uniformes ou de suas peças componentes; e peças de indumentária, as fontes materiais das quais nos valem neste trabalho.

Duas observações gerais a respeito do tratamento que demos a estas fontes. Não foi nossa principal preocupação examinar, seja o modo como a legislação tratou os uniformes, seja a caracterização dos mesmos nas fontes iconográficas, literárias e publicitárias. Embora, quando necessário, tenham sido tarefas que realizamos, nosso trabalho se centrou, prioritariamente, em explorar cada fonte no seu potencial para responder a problemas específicos sobre os uniformes da Guarda Nacional, enquanto dimensão material de práticas e representações.

Há, nesta pesquisa, uma hierarquia entre estas fontes. A legislação, incluindo a iconografia oficial, já no momento de sua elaboração, consiste num conjunto documental organizado sistematicamente. Em razão disto, permitiu uma exploração mais aprofundada de informações sobre os uniformes. Os anúncios comerciais, embora não tenham uma organização previamente constituída, nos possibilitaram formar conjuntos documentais sistemáticos.

Textos literários e, no nosso caso, peças materiais subsistentes, não se apresentam da mesma maneira. Os primeiros trazem pouquíssimas referências aos uniformes da Guarda Nacional, no período que trabalhamos. As peças materiais subsistentes que compuseram uniformes da milícia, muitas vezes, têm proveniências diversas e mesmo não definidas. Os períodos de manufatura e uso quase sempre são indicados de forma muito genérica (por exemplo, “período imperial”) ou são indeterminados em alguns casos. Deste modo, apenas constituímos um pequeno núcleo,

cuja identificação está melhor estabelecida e que permitiu a formação de um conjunto mais homogêneo de peças. Examinaremos agora, mais detalhadamente, estes diferentes tipos de fontes.

Legislação e administração

A legislação elaborada sobre a Guarda Nacional é uma fonte privilegiada para a análise da formulação das necessidades do estado não só com relação às funções e à estrutura interna da milícia, mas também com referência à sua organização material, em particular, no nosso caso, aos uniformes. Através da atividade legislativa se procurou o controle da definição, implantação e alteração dos padrões concebidos para uso do contingente alistado. No estudo destes padrões seria recomendável uma análise das normas de elaboração dos documentos legislativos para apreensão dos procedimentos básicos, neste nível da ordenação jurídica, de seleção e arranjo dos elementos constitutivos do uniforme. Devemos ressaltar, no entanto, que não se trata prioritariamente de um estudo sobre a legislação dos uniformes da milícia mas sim, de forma mais precisa, de um exame da documentação legislativa em função de alguns problemas formulados a propósito da atuação do estado no que se refere à indumentária militar da tropa.

Devemos considerar também na legislação as práticas desenvolvidas pelos milicianos pois, secundariamente, a documentação produzida fornece indícios sobre os procedimentos, as atitudes, os comportamentos dos integrantes desta associação armada relativos aos seus uniformes. Devemos observar ainda que os textos legislativos sobre a Guarda Nacional fornecem, na maioria das vezes, uma descrição bastante sucinta do uniforme que deveria ser utilizado pelos milicianos, quando não remetiam, laconicamente, a indicação da indumentária militar oficial aos figurinos que acompanhavam as regulamentações baixadas pelo governo. Estes figurinos eram litogravuras coloridas que constituíam documentação mencionada na legislação (art. 3º do decreto de 23/12/1831 e art. 2º do decreto 957 de 18/4/1852), de conhecimento obrigatório pela tropa para providenciá-lo. Através deles se estabelecia sua imagem oficial e se fixavam as características físicas das peças que o compunham. Eles são fundamentais, então, para analisarmos as preocupações do Governo central com o controle do padrão do uniforme e

voltaremos a comentá-los quando tratarmos das fontes iconográficas e das questões referentes à representação visual.

A legislação referente aos uniformes da Guarda Nacional foi produzida desde a fundação da milícia até o início de sua incorporação ao Exército (1831-1918) e constitui, já por si, um *corpus* documental orgânico. Ela está fortemente associada à atuação do estado, o que permite realizarmos recortes tomando como critério as transformações da organização política. Neste trabalho optamos por estudar as disposições legislativas sobre o uniforme elaboradas pelo Império Brasileiro. Assim, todas as nossas análises sobre a indumentária da Guarda Nacional dirão respeito aos interesses e à ação da Monarquia no controle desta tropa auxiliar.

Da documentação legislativa elaborada no período distinguimos duas categorias de textos para efeito das análises deste elemento material da organização física da tropa. A primeira é formada por leis e decretos que contêm as determinações básicas sobre os uniformes que deveriam ser utilizados pelos milicianos. É neste âmbito que temos a elaboração das normas mais gerais de uso dos uniformes e do principal instrumento legislativo de definição das características físicas de suas peças componentes, os planos de uniformes, que constituíam uma forma de regular a indumentária militar das associações armadas de uma maneira geral e sempre eram baixados por decreto. A Guarda Nacional conheceu, durante o Império, três destes planos: o primeiro estabelecido pelo decreto de 23/12/1831, conforme determinava a lei de criação da milícia publicada em 18/8/1831; o segundo pelo decreto 957 de 18/4/1852, em consonância com a nova lei da Guarda Nacional de 19/9/1850; finalmente, o terceiro pelo decreto 5573 de 21/3/1874, obedecendo-se a reforma da corporação definida na lei 2395 de 10/9/1873.

A segunda categoria de textos legislativos é composta por decisões imperiais, avisos, portarias, circulares. Podemos denominá-la uma legislação complementar, pois foi produzida a partir das disposições fixadas em leis e decretos sem poder, em princípio, alterá-las substancialmente, apenas corrigir, esclarecer ou aprimorar as determinações baixadas. Estão muito ligadas, portanto, às circunstâncias de implantação da Guarda Nacional. Por um lado, atendiam, muitas vezes, às dúvidas levantadas por seus componentes e autoridades municipais e provinciais e, por outro, indicavam pontualmente as modificações e inovações que os componentes da tropa promoviam na composição do

uniforme, às quais o governo procurava controlar. Através desta legislação temos os primeiros indícios das distâncias entre princípios normativos e práticas e usos efetivos dos guardas nacionais, em especial com relação à indumentária militar estabelecida para a milícia.

Além desta documentação principal, consideramos pontualmente, para controle de hipóteses formuladas sobre o seu uniforme, relatórios ministeriais e de presidentes de província e disposições legislativas referentes ao Exército. No primeiro caso, não se tratando, neste trabalho, de explorar sistematicamente este tipo de documento, nos preocupamos apenas com referências adicionais às características de implantação dos uniformes. No segundo caso, procuramos considerar diferenças e semelhanças entre os uniformes, nos seus mais diversos aspectos, para uma formulação mais precisa de problemas sobre a indumentária da milícia.

Iconografia

As imagens visuais relativas aos uniformes da Guarda Nacional constituem outra documentação com a qual trabalhamos. Tomadas como fontes iconográficas podem atender a objetivos os mais variados, desde fornecer informações sobre a constituição física dos uniformes militares até encaminhar, num plano mais amplo, problemas referentes à sua representação visual. Elas se apresentam em diferentes suportes - litogravuras, desenhos aquarelados, pintura em tela - e foram produzidas com intenções diversas - controle governamental, aprovação oficial de um plano de concepção individual, fixação de uma imagem prestigiosa para posteridade. Nosso propósito neste trabalho não é analisá-las em todos esses suportes, num estudo mais extenso sobre representações do uniforme, mas vinculá-las aos problemas tópicos que procuramos encaminhar em nossa pesquisa. Neste sentido, não trabalhamos com pinturas históricas que trazem imagens de uniformes da Guarda Nacional ou podem ser identificados como peças utilizadas na milícia. Em sua grande maioria, estas pinturas foram produzidas durante e após a Guerra do Paraguai, período não abrangido em nossa pesquisa.

As primeiras imagens que são de interesse para o uniforme da milícia são os figurinos que acompanhavam os planos baixados pelo Governo Imperial. Enquanto imagens oficiais devemos considerá-las antes no seu valor prescritivo do que descritivo, ou

seja, tratamos na verdade com a apresentação de um padrão que deveria ser fielmente seguido pela tropa. A partir delas podemos compor um quadro inicial de referências que servirá de base para as análises posteriores sobre os usos dos uniformes.

Os figurinos permitem também o estudo de funções simbólicas dos uniformes. Este problema pode começar a ser formulado já quanto às questões da preservação institucional do material utilizado pela tropa. Encontramos coleções destes figurinos no Museu Histórico Nacional, na Biblioteca Nacional, no Arquivo Nacional e exemplares no Museu Paulista/USP. Dado importante, todo o material localizado se refere ao segundo plano de uniformes decretado em 1852. Nada conseguimos em nossos levantamentos sobre o terceiro plano de 1874. Quanto ao primeiro, há uma indicação em *Uniformes do Exército Brasileiro* (Barroso; Rodrigues, 1922: II, estampa 212) de que existiria original no Arquivo do Estado de São Paulo, mas nas consultas que fizemos na instituição não logramos localizar qualquer exemplar. Embora buscas futuras possam alterar este quadro, a preservação apenas de imagens do segundo plano em acervos importantes do eixo Rio - São Paulo é um indício do prestígio deste conjunto de uniformes na Guarda Nacional, problema que procuramos explorar na parte do trabalho referente às funções simbólicas.

Assim, os figurinos, apesar do objetivo imediato em apenas fornecer aos guardas nacionais os dados necessários sobre a indumentária que deveriam utilizar, podem ser explorados no encaminhamento de problemas relativos à representação dos uniformes. Eles são sempre apresentados juntamente com outros elementos que embora pareçam discretos - apenas ornamentos que justamente por isso não teriam maior significação - um exame mais detalhado pode mostrar que tendem a associar ao uniforme valores, princípios, qualidades. Seria necessário considerar detidamente as figuras humanas elaboradas nos figurinos, expressões, poses, às vezes gestos e também um entorno concebido para eles, construído através da figuração de equipamentos diversos e elementos que sinalizavam um local geográfico, uma paisagem.

Além destes figurinos analisamos mais dois documentos iconográficos. O primeiro é o retrato do barão de Sabará. Um retrato deste oficial está reproduzido em **Uniformes do Exército Brasileiro** (Barroso; Rodrigues, 1922: estampa 213). A elaboração da pintura é situada entre 1840 e 1850 e, certamente, Wasth Rodrigues, responsável pelas imagens na citada publicação, teve acesso à obra pois se indica no livro sua localização à

época da edição, em residência da mesma cidade. O segundo é a proposta de um plano de uniformes elaborada, em 1841, por um oficial da tropa, o tenente José Maria da Costa Araújo, apresentada num álbum de desenhos feitos a bico de pena, com o título **Collecção de figurinos para a Guarda Nacional da Corte e seu município** e oferecida ao Imperador. Tanto o retrato quanto a proposta estão referidos, de forma mais imediata, a preocupações com a hierarquia dos postos militares e diferenciações internas da milícia. Daí os analisamos, principalmente, em relação às funções diacríticas e simbólicas.

Literatura

No Brasil os textos literários começam a ser utilizados como fontes de pesquisa nos estudos sobre história da moda e do vestuário, principalmente, para a segunda metade do século 19, quando as roupas começam a aparecer com frequência em romances, contos e novelas, cujos personagens viviam num ambiente urbano. Na leitura detalhada destas obras encontramos dados sobre aspectos físicos dos trajes, por vezes demoradas descrições. É possível também nos depararmos com referências a exemplares efetivamente usados por pessoas de projeção social à época, mas o que podemos verificar de forma mais constante são as características básicas das roupas de moda predominantes em cada momento.

Além disso, os estudiosos dedicam atenção às maneiras pelas quais as peças de roupas eram utilizadas, pois as referências ao comportamento das pessoas com relação ao vestuário, sobretudo em ocasiões especiais tais como os jantares e os bailes, eram objeto de escrutínio no romance oitocentista. A apresentação num traje impecável, civil ou militar, o manuseio de leques e xales, a exposição do colo através de decotes, a agilidade e a leveza em ajeitar os vestidos ao se sentarem ou levantarem, esses usos desenvolvidos, respectivamente, por homens e mulheres foram, inúmeras vezes, transformados em temas de análise pelos autores literários da época.

Nesta literatura muitos autores descreviam a indumentária de seus personagens militares. Não é de estranhar que os guardas nacionais tenham constituído, ainda que algumas poucas vezes, os personagens principais em obras ficcionais. São importantes dois

textos para peças teatrais, *O juiz de paz da roça* (1837) e *Judas em sábado de aleluia* (1844), ambos de Martins Pena³.

Pertencentes ao gênero teatro de costumes, a abordagem de temas em evidência no momento de sua elaboração e o desenvolvimento da trama baseado nas ações dos personagens, elementos que caracterizam este gênero, definem uma preocupação com o reconhecimento imediato, pelo espectador, de tudo aquilo que deveria ser apresentado na encenação. Este é o valor destas peças, não porque permitiriam a reconstituição empírica dos uniformes, mas sim porque nelas atenção é dada aos usos dos uniformes concebidos para os personagens. Assim, o estado de conservação dos uniformes, as peças de indumentária que os compunham e suas características físicas entram para as representações sobre o traje militar.

Imprensa

O primeiro fato a destacar, para efeito de melhor definirmos as fontes trabalhadas, é a existência de jornais editados por componentes da Guarda Nacional. Jeanne Berrance de Castro (Castro, 1979: 257) relaciona aqueles que consultou. São fontes muito ricas para estudo dos uniformes da milícia. Em função disto, exigem uma análise mais completa e aprofundada do que poderíamos realizar no momento. Contudo, utilizamos algumas referências que trazem sobre os uniformes, as quais julgamos imprescindíveis para complementar os exames feitos a partir de outras fontes. O noticiário jornalístico em geral, é outra fonte de importância para os problemas que levantamos. Recorremos às notícias com frequência, embora sem proceder a um levantamento sistemático. Na verdade, foram as fontes publicitárias aquelas que constituíram, de fato, o principal foco de nosso interesse. Delas passamos a tratar agora.

Um aspecto do uniforme da Guarda Nacional deve ser considerado com especial atenção: sua aquisição constituía responsabilidade do componente da tropa, uma decorrência da disposição legal estabelecida no artigo 57 da lei de criação da milícia que definia os prazos para os próprios oficiais providenciarem seu fardamento. Nesta situação, este logo se transformou numa mercadoria e, como muitos outros produtos oferecidos no

³ Além deles, há a peça teatral de Gualberto Peçanha, *O guarda nacional aquartelado* (1866) e o conto de Machado de Assis, *O espelho* (1884). Estas duas obras, no entanto, foram elaboradas em período posterior ao abrangido em nossa pesquisa.

mercado, foi comercializado através de anúncios em publicações periódicas, sobretudo, jornais.

Escolhemos trabalhar com o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro. Este periódico surgiu em 1827 e, segundo Nelson Werneck Sodré (Sodré, 1966: 126-7), já como um dos principais da capital do Império, juntamente com outro grande e mais antigo jornal do período, o *Diário do Rio de Janeiro*. Seus proprietários não inovaram ao prestar serviços comerciais como a publicação de anúncios de venda de mercadorias mas despertaram o interesse, pois o alcance deste serviço junto ao público já estava, então, bem estabelecido. Considerando, ainda, o fato de que se propunha a tratar não só do movimento comercial da cidade mas também de sua vida política, constituía um diário procurado pelos leitores da época.

Afim de desenvolvermos nossa análise, realizamos um levantamento da quantidade de citações que cada peça ou elemento do uniforme da Guarda Nacional - englobando indumentária, armamento e equipamento, neste último caso considerando inclusive os animais para montaria, tratados de forma semelhante - recebeu nos anúncios comerciais veiculados, no período de 1832 a 1835, os quatro primeiros anos de implantação da milícia na capital do império, totalizando 73 anúncios. Complementarmente, para controle dos dados, fizemos um levantamento de anúncios de 1852, ano de implantação do segundo plano de uniformes, totalizando 22 anúncios.

Estes anúncios comerciais dos uniformes da milícia contêm uma diversidade de informações sobre as peças de indumentária cuja aquisição era de interesse dos guardas nacionais. Exatamente como outras fontes utilizadas neste trabalho, também trazem dados sobre a constituição física dos uniformes, permitindo o conhecimento de suas características materiais. Neles, valores são associados à indumentária militar, possibilitando a análise de representações sobre ela. Vinculados, ainda, à dimensão econômica dos uniformes, nos fornecem informações sobre as atividades econômicas: de produção dos uniformes, por exemplo, as matérias-primas utilizadas; de sua comercialização, os valores de compra e venda no mercado e itens relacionados; de seu consumo, as peças mais procuradas, as exigências do acabamento de boa qualidade e outras.

No entanto, tais informações não são sistemáticas. Há, contudo, um problema que nos interessa fundamentalmente para estudo das formas de utilização dos uniformes, sobre o qual o exame dos anúncios comerciais possibilita um encaminhamento inicial bastante eficaz. Trata-se da seleção de suas peças componentes e de determinados aspectos físicos que, realizada segundo demandas existentes no mercado, revela quais elementos de indumentária eram objeto de atenção dos milicianos. Não nos propomos realizar um estudo sobre tais demandas, procuramos sim considerar que na referida seleção está implicada a operação de escolha dos guardas nacionais e, portanto, questões relativas a gosto individual, qualidades estéticas etc., cuja análise é necessária para compreendermos a composição efetiva dos uniformes na tropa.

Na base desta abordagem está, portanto, o uniforme enquanto objeto de compra e venda no mercado. Seria desejável, no aprofundamento de uma pesquisa sobre as diferentes formas de utilização do uniforme da Guarda Nacional, um estudo mais completo sobre o comércio desta indumentária militar, analisando aspectos da história econômica do vestuário no Império (o surgimento e desenvolvimento de estabelecimentos comerciais deste ramo de negócios, o movimento de importação etc.). No nosso caso, como trabalharemos com um recorte mais específico, convém, em primeiro lugar, situarmos qual exatamente a faixa de comércio que os anúncios alcançavam.

Não entramos nas questões relativas à confecção doméstica e ao comércio informal. O guarda nacional poderia obter seu uniforme através da confecção doméstica pois verificamos que havia muitos leilões nos quais o principal tipo de mercadoria oferecido eram tecidos variados (cassas, merinós, brins, veludos, madapolões etc.), indicação de que poderia ser significativa a aquisição destes tecidos para a produção de roupas e outros objetos têxteis no âmbito doméstico. Esta maneira de obter o vestuário do seu uniforme poderia lhe garantir liberdade para elaborá-lo quanto à escolha dos materiais, formatos, cores e peças que o compunham. Estudar de forma mais precisa e completa as práticas dos praças relativas aos seus uniformes implica em avaliar a importância da manufatura doméstica na produção de roupas. Numa outra oportunidade será preciso proceder a uma pesquisa específica para encaminhamento dos problemas nesta área.

Outro recorte foi necessário. Tratando-se, no momento, de analisarmos as ofertas de compra e venda do uniforme da Guarda Nacional no comércio de vestuário e

equipamentos para uniformes militares do Rio de Janeiro, veiculadas por anúncios em jornal, examinamos apenas uma parte das mercadorias comercializadas, pois é de supor que o comércio na cidade abarcasse objetos não anunciados. Devemos considerar a existência de um comércio informal baseado, por exemplo, nas relações de vizinhança que dispensava a veiculação mais ampla através dos periódicos então existentes, um problema sobre o qual não nos debruçamos neste trabalho e que exigirá novos estudos.

Não será possível, portanto, nesta pesquisa, analisar determinados aspectos do comércio de uniformes da Guarda Nacional (montante geral, uso de segunda mão etc.), cabendo, agora, explorar adequadamente a faixa de transações contemplada pelos anúncios. Será o oferecimento nos anúncios comerciais o centro de nossa atenção. Neste momento de sua veiculação, ele se constituía num objeto que deveria atrair a atenção dos seus possíveis compradores na medida em que fosse apresentado com características que correspondessem às expectativas e necessidades deste público potencial. Na aquisição do uniforme estava implicado, portanto, de maneira decisiva, o interesse do guarda nacional e serão as características físicas enfatizadas na sua veiculação comercial, afim de satisfazer tal interesse, o nosso problema.

Peças de indumentária

Os objetos físicos quando utilizados como documentos materiais para a pesquisa histórica, como tentamos realizar nesta monografia, podem fornecer uma variada gama de informações sobre os indivíduos e as coletividades que os utilizaram. É possível examinar desde marcas pessoais em objetos de uso individual até a modificação de paisagens no assentamento de populações, passando pela consideração das formas de apropriação das coisas materiais, inclusive de elementos físicos, mesmo orgânicos como os animais e o corpo humano, o que suscita uma série de problemas teórico-metodológicos (Meneses, 1983; 1994).

Entretanto, a escassíssima presença, nesta pesquisa, de uniformes subsistentes, se explica por duas razões: em primeiro lugar, existem poucos exemplares preservados, pois são peças compostas, principalmente, de material orgânico, de difícil conservação; em segundo lugar, foi mínimo o interesse que despertaram em colecionadores particulares e museus.

É preciso, então, para estabelecer o alcance da abordagem que desenvolvemos, caracterizar, primeiramente, o conjunto documental sobre o qual nos centramos. Um primeiro levantamento apenas em instituições do Rio de Janeiro e São Paulo, revelou que é neste último estado, no Museu Paulista/USP, que temos um acervo significativo, com peças de interesse para nossa pesquisa. Além dele, apenas no Museu Histórico Nacional existe um exemplar que, provavelmente, pertence ao segundo plano de uniformes da Guarda Nacional. O levantamento em outros estados, até o momento, não alterou este quadro.

A coleção é formada por 80 unidades de peças de indumentária e insígnias, desde um simples brasão imperial descolado de alguma cobertura de cabeça, passando por casacas, barretinas, dragonas, até conjuntos de calça e casaca. Deste total selecionamos 5 peças (Anexo 1), cujo período é melhor comprovado, o que possibilitou definir a qual plano de uniformes pertenceram.

Dispondo destes objetos, pudemos examinar dados sobre os aspectos físicos das peças (partes constitutivas, matéria-prima, cores, formatos, dimensões), fornecidos por exemplares de indumentária militar da milícia e contrastá-los com os dados das outras fontes.

A partir deste procedimento foi possível verificar que em relação aos modelos oficiais dos uniformes, os milicianos realizavam modificações na composição, acrescentando ou suprimindo peças e introduziam alterações em suas características físicas. Nos deparamos, portanto, com soluções locais sobre o uniforme encaminhadas pelos componentes da tropa exclusivamente em nível material. Conforme também se verá, a análise das funções pragmáticas foi enriquecida pelo estudo, a partir destes exemplares, dos panos empregados na manufatura das peças. Estes são alguns resultados iniciais e, ainda, parciais que obtivemos com nossa abordagem de fontes materiais, mas que procuram pavimentar um caminho para desenvolvimentos posteriores.

CAPÍTULO 5 - OS UNIFORMES

Trabalharemos, agora, com os modelos oficiais dos uniformes da Guarda Nacional. Nos preocupamos não só em verificar a sua composição física prevista pelo Governo Imperial, mas em apontar, também, os seus principais elementos caracterizadores. Tratando, pois, dos modelos oficiais, é preciso discutir as condições de implantação efetiva dos mesmos. Em razão disso, na segunda parte do capítulo, examinaremos o fornecimento de uniformes e um problema que estava a ele associado, a existência de guardas nacionais desuniformizados.

Quadro geral: a norma e os modelos

Foi na condição de um item da organização institucional da associação que as primeiras iniciativas para definição de características físicas e prescrições de uso do uniforme foram tomadas. Na lei de criação foram definidas duas instâncias responsáveis por seu controle. A competência para designá-lo e promover alterações era exclusiva do Governo Imperial⁴; já a incumbência de providenciá-lo era dos próprios guardas nacionais que deveriam fazê-lo às suas próprias custas, respeitando o padrão oficialmente estabelecido e, no caso dos oficiais, observando os prazos estipulados para terem confirmada a nomeação para seus postos⁵.

Há, portanto, que atentarmos para a importância e a eficácia dos interesses do estado no estabelecimento desta maneira de conceber o uniforme e regular sua utilização. Devemos considerar que o Império, enquanto um estado moderno, arregimentava contingentes retirados da população masculina e procurava estabelecer controle sobre eles com o objetivo de constituir forças armadas para defesa de sua soberania e repressão a movimentos armados anti-governistas, interesses contemplados, no caso da Guarda Nacional, no primeiro artigo da lei de sua criação. Será necessário analisarmos em que medida e de que maneiras o uniforme da milícia foi concebido para atender a um tal objetivo.

É no plano institucional, portanto, que o uniforme da Guarda Nacional, proposto como indumentária militar válida para todo o território do país, deve ser

⁴ Lei de criação da Guarda Nacional publicada em 18/8/1831, art. 65.

analisado. Isto porque é aquele interesse do estado em organizar uma milícia nacional que está na origem desta nova tropa, implicando a subordinação da mesma ao governo na Corte. Propõe-se um uniforme nacional concebido como elemento material para construção da identidade nacional da associação, uma condição para seu controle interno.

Assim, a criação de meios materiais para subordinação da milícia ao estado foi o objetivo da disposição legislativa que definia um uniforme de validade nacional para a tropa auxiliar e, neste sentido, a simplicidade da indumentária e dos equipamentos dos guardas constituiu uma forma eficiente para encaminhar o problema de um único uniforme a ser utilizado em todo o país. Os legisladores determinaram ao governo que estabelecesse uniformes e distintivos da seguinte maneira: “com atenção a que sejam o mais simples, e o menos dispendiosos que fôr possível”⁶. É clara a preocupação em não onerar os guardas nacionais com a aquisição do uniforme, mas o que ressaltamos no momento é que, em primeiro lugar, justamente porque providenciá-lo constituía uma obrigação dos integrantes da tropa, não haveria controle centralizado para sua fabricação e seria conveniente, nesta situação, um modelo que não oferecesse dificuldades em sua composição. Em segundo lugar, ao se evitar desta forma a multiplicação de seus elementos constituintes, seria mais eficaz o controle por parte do governo de tudo aquilo que pudesse ser considerado desvio em relação ao padrão que viesse a ser oficialmente definido.

Essa configuração foi proposta desde o primeiro uniforme concebido para a tropa. Devemos passar agora às regulamentações básicas do governo para atender a este objetivo, examinando os dois primeiros planos de uniformes, decretados no período abarcado em nossa pesquisa.

Primeiro plano de uniformes

Pouco depois da fundação da Guarda Nacional em 18/8/1831 se definiu, por decreto publicado em 23/12/1831, seu primeiro plano de uniformes - o mais importante instrumento legislativo para seu controle. Este decreto e o decreto de 2/1/1833 assim definiram o uniforme

Decreto de 23/12/1831

⁵ Lei de criação da Guarda Nacional publicada em 18/8/1831, art. 57.

A Regencia, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, em execução do art. 65 da Carta de Lei de 18 de Agosto do corrente anno, Decreta:

Art. 1.º O uniforme das Guardas Nacionaes, tanto a cavallo como a pé, constará de fardeta azul com muito pequena aba, gola verde, e canhões amarelos com vivos pretos, deixando livre a extremidade da gola, e canhões, para que apareça a cor dos mesmos, e botões pretos, com trancelim grosso e preto sobre os ombros; calça branca no verão, e azul no inverno; barretina formada de chapéu só com aba na frente, com cercadura de couro preto no lugar da fita, e logo acima uma chapa lisa, e tortuosa com o letreiro - Guarda Nacional - e com o numero do batalhão aberto no meio; em cima destes estará o tope nacional cercado de raios, e em cima deste uma pequena coroa, tudo em metal amarelo. A cavalaria terá na barretina uma virola do mesmo metal, e a pluma verde em frente, mas redonda, e alguma coisa mais grossa na extremidade superior, e a da infantaria será grossa na extremidade inferior e aguda na superior. Usarão todos de botins por baixo das calças.

Art. 2.º O distintivo dos officiaes será: uma estrela amarela em cada lado da gola o Alferes; duas o Tenente; uma esfera o Capitão; uma estrela, e uma esfera o Sargento-mor; duas esferas o tenente-coronel; três estrelas o Coronel chefe de legião; duas estrelas, e uma esfera no meio o Comandante Superior. O Ajudante terá o distintivo de tenente, e o Porta-estandarte, o de Alferes. Os Ajudantes de ordens do Comandante Superior terão distintivo de Sargento-mor. O cabo terá uma estrela no braço direito logo abaixo do ombro; o forriell duas; o 1.º Sargento e Quartel-mestre uma estrela e uma esfera; o 2.º Sargento uma esfera.

Só os Officiaes, de Alferes para cima, usarão de banda, e os de cavalaria trarão carteira pendurada.

Art. 3.o O figurino junto esclarece os artigos precedentes.

Decreto de 2/1/1833

A Regencia, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, em additamento ao Decreto de vinte e tres de Dezembro de mil oitocentos trinta e um, Decreta o seguinte:

Os Majores de legião usarão do distintivo estabelecido no citado Decreto para os outros Majores da Guarda Nacional.

O Secretario Geral, o de Capitão da mesma Guarda.

Os Quarteis-mestres, e Cirurgiões-móres, tanto dos corpos de cavallaria, como de legião terão os distintivos de Tenentes, tendo além disto os Cirurgiões-móres no braço esquerdo um angulo de galão amarello, com o vertice para baixo.

Os Cirurgiões-Ajudantes usarão do distintivo de Alferes, e do dito angulo no braço esquerdo.

Os Sargentos ajudantes, e Tambores-móres terão o distintivo de primeiros Sargentos.

⁶ Lei de criação, art. 65.

Estes dois decretos estabeleciam claramente duas categorias de peças: o “uniforme” (art. 1º) e os “distintivos” (art. 2º). O primeiro termo englobava as peças de indumentária e as insígnias e elementos da barretina; o segundo designava aquelas insígnias que demarcavam no interior da milícia as diferentes graduações, funções, especializações e a hierarquia entre elas. Uma leitura mais detalhada destes documentos permite distinguirmos, na verdade, dois objetivos que esta composição do uniforme procurava atender: a identificação da tropa em nível nacional e a diferenciação de suas categorias internas (armas militares, postos da hierarquia e unidades locais).

A primeira característica deste uniforme que se pode notar é sua abrangência nacional. Seu uso era obrigatório em todo o território do país. Não se previam, portanto, variações regionais ou locais. Implantar um uniforme deste tipo numa milícia significava uma inovação e o governo central parece ter-se preocupado com um procedimento que poderia acarretar problemas para seu controle. Apontamos no início como na lei de criação da Guarda Nacional se recomendava ao executivo definir um uniforme que fosse “simples” e pouco dispendioso. Um uniforme considerado simples seria o meio encontrado para estabelecer um uniforme nacional. De fato, os responsáveis por sua concepção parecem ter levado em conta a recomendação, estabelecendo elementos da indumentária que poderiam ser caracterizados, à época, por sua simplicidade, isto é, se comparados a outros uniformes já existentes, que representassem um padrão a ser evitado.

Em 1831, ano de fundação da milícia, ainda vigorava o uniforme dos oficiais do estado-maior do Exército estabelecido em 1823⁷ (figura 7). A indumentária prescrita para este alto comando militar continha uma maior quantidade de elementos componentes do que aquela prevista para os oficiais em comando na tropa auxiliar (figura 8). Na tropa de primeira linha as casacas com abas longas eram reservadas aos oficiais enquanto os seus soldados possuíam casacos mais curtos, sem abas. Já na Guarda Nacional tanto oficiais quanto não-oficiais utilizavam todos uma mesma fardeta, um casaco com abas de pequenas dimensões. No Exército, diferentes bordados dourados preenchiam toda a extensão da gola e dos canhões das mangas conforme o posto ocupado pelo oficial, afim de identificar sua posição na hierarquia militar, enquanto na milícia as diferenças entre os postos eram contempladas apenas por combinações de estrelas e esferas colocadas no alto da manga

⁷ Decreto publicado em 7/10/1823.

para os postos até oficiais inferiores e em cada lado da gola para os oficiais subalternos e outros postos superiores.

É de se notar também, embora numa situação mais distante, que em 18/7/1832⁸, D. Pedro decretava em Portugal o uniforme dos batalhões nacionais, tropas que substituíram suas milícias. E tal como na Guarda Nacional brasileira, arcar com as despesas de sua própria farda era responsabilidade do componente da tropa. Estes batalhões tinham os mesmos objetivos expressos para a associação brasileira, organização semelhante e funcionavam, portanto, como tropa auxiliar composta não por soldados profissionais mas sim por civis arregimentados. Houve, no entanto, uma preocupação maior entre os portugueses em distinguir materialmente algumas unidades internas, os batalhões, através da composição das cores de golas e canhões: “o primeiro Batalhão activo, gola azul, e canhão côr da farda. - o segundo, gola côr da farda e canhão azul claro. - o terceiro, gola e canhão azul claro. - o quarto, como o primeiro, sendo branca em lugar de azul. - o quinto e o sexto, do mesmo modo que o segundo e terceiro, substituindo o branco ao azul. - o setimo gola azul e canhão branco”. Nada podemos afirmar sobre os sentidos e as funções destas distinções, mas é possível indicar que, de saída, se contemplou para uma tropa formalmente semelhante à brasileira, uma distinção material mais detalhada de categorias internas através de um sistema parecido (as cores de golas e canhões), enquanto para a Guarda Nacional se concebia um uniforme, quanto a estes itens, de validade nacional, portanto, comparativamente mais simples no que diz respeito à quantidade de elementos que apresentavam variações nas suas características (as cores neste caso).

É preciso verificar agora os elementos que neste primeiro uniforme permitiam a identificação nacional da milícia, já assinalando quais de suas características físicas eram utilizadas neste sentido. Quatro peças de indumentária o compunham oficialmente: fardeta, calça, barretina e botins. Elas apresentavam elementos válidos para todos os postos⁹ e

⁸ **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 65, 17/10/1832, 1ª p.

⁹ Os postos na Guarda Nacional eram os seguintes:

- Oficiais superiores
 - coronel
 - tenente-coronel
 - major
- capitão
- Oficiais subalternos
 - tenente
 - alféres

armas¹⁰ da tropa e também elementos cuja função era distinguir categorias internas na organização da Guarda Nacional, incluindo-se entre estes últimos os distintivos e os armamentos. O figurino (Barroso; Rodrigues, 1922: prancha 212) que acompanhava este primeiro decreto, referido no terceiro e último artigo, tratava de fixar definitivamente cores, formatos e dimensões não especificados no texto.

A fardeta se constituía numa casaca com uma particularidade bem demarcada pela aba de pequenas dimensões e era descrita em função da sua cor (azul), das cores de suas partes constitutivas e de seus acessórios. Temos, então, a gola verde, os canhões amarelos com vivos pretos, os botões pretos e o trancelim “grosso” e preto. A calça comportava, quanto à cor, duas possibilidades para atender as modificações sazonais de clima: deveria ser branca no verão e azul no inverno. Seus elementos constitutivos e acessórios (como bolsos e botões) não têm referências, mesmo considerando o figurino e apenas nesta imagem seu comprimento é especificado (esta dimensão é indicada, indiretamente, no texto do decreto pois deveria ser longa o suficiente para cobrir o cano dos botins).

Podemos observar desde já que, com relação a estas duas peças, ocorrem referências a seus aspectos físicos como dimensões e formatos e ao modo de utilizá-las mas, no texto do decreto, a cor é o principal elemento da descrição. Na fardeta definem-se dois elementos, a dimensão das abas e a cor; nela apenas o trancelim é definido também quanto à forma e o lugar de uso (encima do ombro); quanto às suas partes constitutivas a cor é o único aspecto referido acrescentando-se uma observação de reforço à importância deste item: “deixando livre a extremidade da gola, e canhões, para que apareça a cor dos mesmos”. A calça, com exceção daquela referência indireta, é descrita apenas em função de suas cores. Reforça ainda a importância desta característica a exclusão de quaisquer referências a materiais (a não ser, pouco depois, de maneira muito localizada: alguns

- Oficiais inferiores

1º sargento

2º sargento

forriel

- cabo

- guarda ou praça

¹⁰ As três armas da Guarda Nacional conforme o capítulo III do Título III da lei de Criação eram: infantaria, cavalaria e artilharia.

elementos da barretina e suas insígnias). Os tecidos para manufatura das peças, por exemplo, não são prescritos. Ambas são elementos oficialmente invariantes do uniforme.

A barretina era um tipo de cobertura de cabeça de copa cilíndrica, às vezes com uma pala na parte frontal. Na Guarda Nacional brasileira era definida como chapéu com “aba na frente”. Sua cor e dimensões, observáveis apenas no figurino, eram elementos comuns a todos os membros da milícia. Assim como suas insígnias, presas à parte frontal da copa, que formavam um conjunto de três peças de “metal amarelo” - chapa com inscrição “Guarda Nacional”, tope nacional e “pequena coroa” - cuja disposição espacial (na vertical) e sentido de leitura (no decreto, de baixo para cima) sinalizava os vínculos de subordinação da Guarda Nacional no interior do Estado: associação armada/ estado nacional/ monarquia.

O uso dos botins era obrigatório a todos os guardas nacionais - “usarão todos de botins por baixo das calças” - e sua cor nos figurinos é sempre o preto. Com relação ao material, é possível pensarmos na utilização do couro, possivelmente de uso comum tanto em outras tropas militares quanto em certas camadas da população civil. Podemos supor, então, que nesta peça não estava implicada uma distinção entre civil e militar mas sim entre condição servil, escravo ou homem livre dependente (descalço) e condição não-servil (calçado) pois era a obrigatoriedade do seu uso o que se enfatiza na legislação.

Quanto aos distintivos definidos no artigo 2º, se cada um deles era um elemento diacrítico, tomados em conjunto constituiriam um sistema de distinções hierárquicas próprio desta milícia, que a identificaria em âmbito nacional. É o que indica o comentário de Barroso a respeito da semelhança dos mesmos com insígnias austríacas e alemãs. Ele insinua que, na Guarda Nacional, não foram baseados em peças deste tipo já utilizadas ou em uso, em alguma outra tropa militar do Império naquele período. Portanto, sua adoção constituiria uma exclusividade da milícia no Brasil (Barroso, 1935: 95).

Além de sua validade em todo o território do país, outra característica do uniforme era a importância das diferenciações internas. A certos aspectos e elementos da barretina cabia a função de assinalar as distinções entre as duas principais armas da milícia, a infantaria e a cavalaria e aqui temos os primeiros elementos oficialmente variantes do uniforme. Após a indicação das insígnias, a peça era diferenciada em dois tipos. Inicialmente por referência a mais dois elementos, uma cercadura de couro preto na base

para a infantaria e uma virola de metal dourado na borda superior (conforme o figurino) para a cavalaria; esta possuiria ainda uma pluma verde arredondada colocada na parte superior frontal da copa. O próprio formato da peça constituía um elemento distintivo. Na cavalaria deveria ser mais larga na extremidade superior e na infantaria na extremidade oposta. A barretina, portanto, assumia uma forma levemente cônica, invertida para cada arma. Não havia preocupação quanto às dimensões (na diferenciação indica-se genericamente “alguma coisa mais grossa”) e ao material, não especificado. A cavalaria traria pendurada, ainda, uma carteira. Por fim, apenas no figurino, sem nenhuma referência no texto, temos o armamento. Podemos, então, observar que as armas de fogo com baionetas são próprias dos guardas de infantaria e as espadas dos guardas e oficiais da cavalaria, mais dois elementos da organização da milícia que serviam para distinguir esses tipos de unidades militares. Aliás, uma prática dos exércitos desde o início do século 18, período no qual começou a se difundir o uso militar da baioneta.

O artigo 2º do decreto é inteiramente consagrado a relacionar todos os distintivos, ou seja, aquelas insígnias que demarcavam no interior da tropa as diferentes graduações, funções, especializações e a hierarquia entre elas. Definiam-se dois tipos, nesta ordem: a) um conjunto de estrelas e esferas na cor amarela, sem especificação do material e das dimensões, estas apenas representadas no figurino; b) a banda, faixa de tecido cingida à cintura e distintivo das graduações acima de oficiais inferiores. A cada posição na hierarquia correspondia um conjunto específico de estrelas e esferas colocado em cada lado da gola para os oficiais (superiores, subalternos e capitão) e no braço direito logo abaixo do ombro para os oficiais inferiores e cabo. O cirurgiões possuíam ainda no braço esquerdo um ângulo de galão amarelo com o vértice para baixo. Os praças, a posição mais baixa na hierarquia, não possuíam distintivo.

Podemos observar que, no caso das duas principais armas, as diferenciações se faziam num sentido específico, distinguir a cavalaria da infantaria, posto que era ao equipamento da primeira que se acrescentavam elementos - na barretina (com variação do formato) e banda, além do armamento especificado para cada uma. Quanto aos postos militares e sua hierarquia, os distintivos foram definidos num artigo próprio (ainda mais detalhado posteriormente). O uniforme possuía, portanto, elementos de identificação de uma associação armada nacional e elementos diacríticos para discriminar suas categorias

internas. Este exame do decreto do primeiro uniforme da Guarda Nacional demonstra que na configuração física deste se procurava contemplar igualmente os dois aspectos referidos. O padrão prescrito, por um lado, estabelecia a vigência de um único uniforme em todo o território do país e, por outro, cuidava da discriminação clara e precisa de categorias internas da milícia.

Em síntese, quanto ao primeiro plano de uniformes da Guarda Nacional, nele se tentava impor, por um lado, um uniforme válido para todo o território do país, sinalizando a criação de uma associação armada nacional não vinculada a unidades políticas provinciais ou regionais e, portanto, subordinada ao governo central. Por outro, garantir materialmente através da indumentária e equipamentos, enquanto elementos de diferenciações internas, distinções entre os componentes da tropa.

Logo depois da criação da indumentária militar do guarda nacional, o governo geral expediu uma série de regulamentações através de portarias, circulares e decisões imperiais, cuja análise nos remete a problemas sobre práticas dos milicianos, modificações introduzidas pelas instâncias oficiais etc. Nos interessa ressaltar, no momento, que em relação a este primeiro plano do uniforme, a última decisão foi publicada em 1837, o uniforme só voltaria a ser objeto da legislação imperial a partir de 1851, quando novos distintivos foram estabelecidos para um segundo plano. Neste intervalo o uniforme da Guarda Nacional deixou de ser assunto do governo central. A situação é compreensível se considerarmos que contemplando progressivamente, como vimos, a discriminação de categorias internas da milícia, fosse por iniciativa própria ou acompanhando as práticas dos guardas nacionais, o governo atendia a demandas formuladas por contingentes localizados da tropa - municipais e provinciais - deixando de ter por horizonte todos os membros de uma associação nacional. Instituída a autonomia provincial, produto da descentralização política promovida através do Ato Adicional de 1834, a gestão do uniforme parece ter saído completamente do comando imperial para esta outra instância de governo.

O uniforme provavelmente transformou-se em assunto das províncias, mas, ao que tudo indica, não como objeto de legislação. Examinando, por exemplo, a legislação provincial de São Paulo entre 1835 e 1850 não há uma única disposição sobre os uniformes da Guarda Nacional, embora outros aspectos da organização da milícia tenham recebido aí alguma atenção. Vestuários de uma maneira geral não foram completamente ignorados na

legislação da província mas raramente foram regulamentados. Havia, por exemplo, preocupação quanto às fardas de prefeitos e sub-prefeitos¹¹. Previa-se, mas isto já em 1848¹², o fornecimento de vestuário aos “morpheticos pobres” da vila de Itapetininga.

Ainda nos anos de 1840 a Guarda Nacional voltou a ser objeto de debates no Parlamento em razão da centralização política que se processava em todo o país e chegava à organização das associações armadas. Projetos de reforma da milícia foram apresentados neste período e após várias tentativas, se logrou uma mudança na organização da tropa através de lei publicada em 1850. No bojo das transformações encetadas, novo plano de uniformes foi instaurado entre 1851 e 1852.

Segundo plano de uniformes

O segundo plano de uniformes foi instituído pelo decreto 957 de 18/4/1852. Estava ligado à reforma da Guarda Nacional definida na lei 602 de 20/9/1850. Diferentemente do primeiro, que contava com dois figurinos - um para infantaria e outro para cavalaria -, este possuía um total de quatorze figurinos, assim distribuídos:

- 3 para infantaria, sendo 1 para fuzileiros e 2 para caçadores (guardas para tropas ligeiras);
- 4 para serviço de reserva;
- 2 para cavalaria;
- 2 para artilharia;
- 1 para oficiais de comando superior;
- 1 segundo uniforme para toda a tropa; e
- 1 figurino para os distintivos.

O novo plano de uniformes continuava tendo uma validade nacional, assim as novidades que apresentava estavam nas diferenciações internas. A primeira que chama a atenção é a introdução de um uniforme para o serviço de reserva. Toda unidade da reserva pertencia à infantaria e, no primeiro plano, recebia o uniforme estabelecido para esta arma militar. Agora, ao contrário, foram designados para estas unidades 4 uniformes diferenciados entre si pela cor dos vivos das casacas (figuras 9 e 10).

¹¹ Foram definidas, em lei provincial de 11/4/1835, como semelhantes à utilizada pelo secretário de governo.

¹² Através da lei provincial 356 de 18/9/1848.

Ainda na infantaria se passou a distinguir fuzileiros (figura 11) e caçadores (figura 12). Estes se incumbiam de missões de exploração e tinham, portanto, uma função específica nos combates, agora contemplados com um uniforme próprio.

A artilharia (figura 15) foi também contemplada neste plano com uniformes exclusivos da arma. Na verdade, seus uniformes já haviam sido estabelecidos por decreto publicado em 22/7/1832. A novidade consistia em que passavam a constar já do plano de uniformes e mais diferenciados dos uniformes da infantaria (comparar figuras 11 e 15), ao contrário da situação anterior.

Além das armas militares, as unidades locais ganharam mais elementos de distinção. Nas disposições regulamentares de 1831 estas unidades apenas eram indicadas pelo número do batalhão ou de outro corpo militar colocado entre as insígnias da barretina. A partir de 1852 esta era a função das diferentes cores dos vivos da reserva referidos acima. Inscrições manuscritas nos figurinos de unidades da província do Rio de Janeiro informam, por exemplo, que o uniforme com vivos brancos foi definido para o município de Valença e o uniforme com vivos vermelhos para o município de Paraíba do Sul¹³.

É esta mesma função que nos explica porque se concebeu dois uniformes de cores diferentes para cada arma, à exceção, na infantaria, dos fuzileiros. As evidências neste caso são menores, apenas num figurino para cavalaria se informa que fora destinado ao município de Valença¹⁴. No entanto, não se tratava da distinção de um uniforme para verão e outro para inverno. A calça branca ou azul era a peça que operava a diferenciação mas os uniformes de reserva, caçadores e artilharia só possuíam a calça branca, enquanto a cavalaria não a possuía, ou seja, ela não variava sazonalmente para estas armas.

Os postos da hierarquia receberam um novo e mais detalhado sistema de distintivos. Anteriormente eram os conjuntos de esferas e estrelas na gola ou no braço que distinguiam os postos e, principalmente, oficiais e não-oficiais. Na gola se manteve no novo plano esferas, mas foram introduzidos dragonas, galões e coroas que variavam em dimensão, quantidade e localização.

¹³ Figurino “BATALHÃO DE REZERVA Nº DA GUARDA NACIONAL DA PROVINCIA DE”. Arquivo Nacional, Seção Arquivo, Figurinos da Guarda Nacional. (Figuras 9 e 10)

¹⁴ Figurino “CORPO DE CAVALLARIA Nº DA GUARDA NACIONAL DA PROVINCIA DE ”. Arquivo Nacional, Seção Arquivo, Figurinos da Guarda Nacional. (Figura 13)

Os oficiais eram sempre representados com espadas; sobrecasacas em segundo uniforme.

Além disso se concebeu uniformes próprios para os componentes da instância mais alta de decisão na milícia, os comandos superiores. Neste caso, não só as citadas insígnias mas coberturas de cabeça próprias, novas dimensões das abas das casacas e bordados foram acrescentados ao uniforme (figura 14).

Outra inovação importante na milícia foi a introdução de um segundo uniforme. Há um figurino específico para ele¹⁵, o que tornava, logicamente, os outros uniformes os primeiros uniformes da tropa. O segundo uniforme era comparativamente simples em relação ao primeiro uniforme, pois era composto de uma menor quantidade de peças componentes. Também apresentava um menor número de variações nas cores, formatos e dimensões de suas peças para as diferenciações internas da milícia. Previa, por exemplo, uma barretina exclusiva para a cavalaria mas uma mesma barretina para fuzileiros, caçadores e artilharia. Ao mesmo tempo que no primeiro uniforme cada arma possuía seu tipo próprio de barretina.

A função de cada qual não é explicitamente definida no plano. Barroso (Barroso; Rodrigues, 1922: II, 107-8) fala em uniforme de gala ao se referir ao primeiro uniforme, afirmando, então, que se tratava de indumentária militar para ocasiões cerimoniais. De fato, este primeiro uniforme parece voltado para uma apresentação pessoal esmerada do guarda nacional em eventos especiais. Já o segundo uniforme, bem mais simples, poderia constituir um uniforme de serviço, portanto para tarefas de serviço ordinário.

No uniforme de reserva parece que se previa ainda uma terceira função, pois no figurino se representa um boné de copa baixa.

Multiplicaram-se os elementos do uniforme que contemplavam estas diferenciações. Vejamos primeiro a composição das peças de indumentária e em seguida o largo uso que se previu para as cores destas peças.

Casaca

¹⁵ Figurino “SEGUNDO UNIFORME DOS CORPOS, DE CAVALLARIA, ARTILHARIA, FUZILEIROS, & CAÇADORES DA G.N. DAS PROVINCIAS.”. Arquivo Nacional, Seção Arquivo, Figurinos da Guarda Nacional.

A casaca no primeiro uniforme é a mesma para todas as armas e para oficiais e não-oficiais. Seus elementos componentes básicos eram os que se seguem: corpo da peça, mangas, golas, canhões, abas e botões.

As mangas eram compridas e se estendiam até os punhos, nos quais se formavam os canhões; a gola cobria todo o pescoço. Não há representação de bolsos nos figurinos, do que podemos concluir que não havia necessidade de sinalizar sua obrigatoriedade no modelo oficial.

Havia duas abas que cobriam a parte posterior das pernas acima dos joelhos, à exceção do uniforme da cavalaria no qual eram menores, apenas cobrindo as nádegas.

Cada casaca possuía 22 botões, com exceção daquelas para oficiais dos comandos superiores que possuíam um total de 16. Na parte frontal para fechamento possuíam 8 botões; em cada carcela, 3 botões de menor dimensão do que os anteriores, à exceção dos oficiais dos comandos superiores que não os possuíam; 8 botões ornamentais na aba sendo que 6 deles, dispostos em 2 fileiras verticais paralelas de 3 botões, formavam cada qual o ponto de encontro de 2 listas oblíquas simétricas e 2 botões na junção da aba com o corpo da casaca.

A disposição dos 6 botões acima referidos era diferenciada para a cavalaria e oficiais dos comandos superiores: em ambos não havia listas oblíquas; na cavalaria estavam distribuídos em 2 fileiras oblíquas, cada qual sobre uma imitação das carcelas; nos comandos superiores as 2 fileiras apresentavam uma leve curvatura em direção à borda externa.

O formato destes botões seria circular segundo a representação nos figurinos. Contudo, havia a possibilidade de estar indicado nestas imagens oficiais um outro formato. No texto do decreto definindo as insígnias da milícia, aquelas que se localizavam nas extremidades da gola eram denominadas esferas, mas nos figurinos estão representadas, bidimensionalmente, como círculos. No caso dos botões, embora não existam informações textuais sobre eles, vê-se que a representação circular e não esférica poderia ser apenas uma convenção do desenho. Contudo, os exemplares de casacas do acervo do Museu Paulista têm botões esféricos, forte indicação de que era esse o formato difundido na prática.

O segundo uniforme previa uma sobrecasaca até metade das coxas para todos os oficiais e uma farda sem abas para os não-oficiais. Ambas de mangas compridas com

canhões e palas retangulares de extremidade triangular e, para os oficiais de comando superior, galões na manga próximos aos punhos; e gola cobrindo todo o pescoço. Não há representação de bolsos. Possuíam 8 botões frontais para fechamento, 3 botões de menores dimensões em cada canhão e para os não-oficiais 1 botão em cada pala; a sobrecasaca possuía ainda 2 fileiras verticais paralelas de 3 botões na aba.

Calça

A calça comprida, tanto no primeiro como no segundo uniforme, cobria as partes superior e posterior do calçado e possuía braguilha; sem representação de bolsos e botões na parte anterior e na parte posterior, esta representada apenas no segundo uniforme.

Coberturas de cabeça

Compunha o primeiro uniforme dos oficiais dos comandos superiores um chapéu bicórnio, com penacho no topo da copa mais volumoso do que aqueles previstos para todos os outros componentes da milícia e voltado para trás; no segundo uniforme não possuía o penacho.

Os elementos componentes básicos da barretina eram a copa, a pala dianteira, a jugular e o penacho. No primeiro uniforme, os elementos comuns para as barretinas de todos os uniformes era a pala e, com exceção dos caçadores, a jugular escamada que poderia ser presa logo acima da pala, conforme a representação nos figurinos.

A copa apresentava formatos e alturas diferenciados. No uniforme da reserva havia uma barretina de copa reta com o penacho curvado para frente; para os fuzileiros o diâmetro do topo era maior do que o da base, a altura maior na parte frontal, o formato do penacho trapezoidal para os não-oficiais e, para oficiais, um pouco maior e cônico ou ainda maior no tipo coqueiro; nos caçadores possuía um formato aproximadamente cônico, com o diâmetro da copa diminuindo da base em direção ao topo e o penacho era cilíndrico para os não-oficiais e maior e curvado para a frente, se apresentando em dois diferentes diâmetros, para os oficiais; na cavalaria as laterais da copa eram côncavas, o topo maior do que a base, a parte frontal mais alta e o penacho tinha o formato de um cone invertido e com laterais arredondadas para os guardas e era maior e do tipo coqueiro para os oficiais; na artilharia as laterais eram côncavas, o topo maior do que a base, a parte frontal mais alta e o penacho

tinha a forma de uma elipse para os não-oficiais e maior e curvado para a frente para os oficiais.

Além destes elementos havia para os oficiais fuzileiros um cordão preso na lateral direita da copa cuja extremidade possuía duas borlas e descia até a altura do ombro; nos caçadores estava preso na lateral esquerda, descia até a altura do ombro e para os oficiais seguia até o ombro direito; havia ainda para os caçadores um encordoamento de 3 voltas em torno da copa; na cavalaria havia uma virola de metal na borda superior da copa; na cavalaria os penachos eram presos à açucena por meio de uma esfera.

No segundo uniforme se definia, através de seu figurino próprio, dois tipos de barretinas. Um deles era destinado à infantaria (fuzileiros e caçadores) e à artilharia. Possuía a copa na mesma altura daquela prevista em primeiro uniforme, as laterais da copa côncavas, uma pala frontal na base e outra menor no topo; número da unidade na parte central. O outro era exclusivo da cavalaria, possuía pala, copa mais baixa do que no primeiro uniforme e, como esta apresentava uma curvatura na parte posterior, era inclinada para frente. Estas barretinas não possuíam penacho e eram utilizadas por oficiais e não-oficiais.

Nos figurinos para reserva se define uma barretina para o segundo uniforme dos oficiais deste serviço, não contemplado no figurino acima. Era a mesma prevista para o primeiro uniforme mas com um penacho de menor altura e vertical. Nestes figurinos exclusivamente está também representado, isoladamente, um boné de copa baixa com uma pala frontal. Seria destinado aos não-oficiais da reserva? Não encontramos até o momento nenhuma indicação segura a respeito, mas está claramente indicado que se previa, neste serviço, uma terceira situação complementar aos primeiro e segundo uniformes.

Calçado

No calçado podemos entrever apenas aquilo que não era coberto pela calça: a parte superior que cobria o peito do pé, a extremidade anterior fina e a ponta do salto. Polainas estavam previstas para os não-oficiais dos fuzileiros, dos caçadores e dos artilheiros. Não as utilizavam os componentes da cavalaria e todos os oficiais, inclusive quando em segundo uniforme, conforme os figurinos para reserva e oficiais dos comandos superiores.

Cinto

O primeiro uniforme possuía cinto com fivela. Não eram utilizados no segundo uniforme, apenas o serviço de reserva também o possuía.

Luas

As luvas estavam previstas para o primeiro uniforme. Não está indicado nos figurinos o seu uso no segundo uniforme, apenas na reserva e nos comandos superiores se deveria também utilizá-las.

Insígnias

As insígnias eram as seguintes para o primeiro uniforme: cobrindo toda a parte frontal da barretina ou a lateral dos bicórnios o brasão imperial encimado pela coroa imperial, com exceção dos caçadores cujas insígnias eram de menor dimensão e se constituíam numa corneta encimada pela coroa imperial e no número da unidade no círculo formado pelo braço da corneta; em cada extremidade da gola uma lista horizontal, 2 listas paralelas para os guardas fuzileiros; nos ombros as insígnias de posto; 1 estrela de cinco pontas na extremidade de cada aba; na faixa transversal, os fuzileiros possuíam o brasão imperial e a cavalaria o brasão encimado pela coroa imperial; a banda com borla; nas pastas a inscrição PII encimada pela coroa imperial, para fuzileiros e a artilharia ao longo das bordas havia as folhas de café e fumo do brasão imperial.

No figurino do segundo uniforme não estavam previstas insígnias, contudo, para aquele da reserva foram estabelecidas as seguintes: as mesmas insígnias para a barretina; insígnia de posto nos ombros; nas extremidades da gola uma esfera; naquele dos oficiais dos comandos superiores também havia uma banda e galões nos punhos das mangas.

Correame

Apenas no primeiro uniforme os milicianos deveriam utilizar uma correia transversal, do ombro esquerdo para a lateral direita do corpo. No uniforme dos oficiais fuzileiros e de oficiais e não-oficiais da artilharia era colocada ao inverso, do ombro direito

para a lateral esquerda e não existia para os postos mais altos da hierarquia destes corpos militares. Nos uniformes de oficiais da reserva e de caçadores havia dois cordões cujas extremidades estavam presas nos mesmos pontos da faixa.

Na parte traseira, havia em diferentes formatos 3 argolas para os oficiais da reserva, 5 argolas para caçadores e 4 argolas para cavalaria; havia também um prendedor para oficiais da reserva, fuzileiros e cavalaria, nesta se assemelhando a uma pequena bolsa.

Ao cinto eram presas a pasta por três correias e a espada por uma correia.

Pasta

Uma pasta estava prevista para carregar papéis. Era arredondada na base, com as laterais côncavas e abertura superior reta; possuía bordas de metal e 3 cordões que a prendiam ao cinto. Nos uniformes dos fuzileiros e dos artilheiros não possuía o aro de metal.

Xairel

Capa retangular com extremidades arredondadas utilizada sobre a sela para a cavalaria.

Cores

As cores das peças dos uniformes da Guarda Nacional assumiram uma função diacrítica. No primeiro e segundo uniformes da reserva, casaca, sobrecasaca, suas golas e os canhões se apresentavam em 2 tons de azul que se combinavam com 4 cores de vivos: casaca azul-ferrete com vivos brancos ou vermelhos e casaca azul-claro com vivos brancos ou de um tom ainda mais claro de azul; as listas dos botões nas abas eram amarelas. No uniforme dos fuzileiros a casaca era azul, canhões da mesma cor e golas e carcelas vermelhas; nas abas os vivos eram vermelhos e as listas dos botões brancas. No uniforme dos caçadores a casaca poderia ser azul ou verde com golas, canhões, vivos e listas nas abas pretos. O uniforme da cavalaria poderia ser composto de casaca azul-ferrete com canhões da mesma cor, gola, carcela e vivos vermelhos nas abas e da cor das insígnias na borda da banda e calça azul-ferrete com vivos vermelhos nas laterais das pernas; ou casaca vermelha com canhões da mesma cor, carcelas verdes, gola e vivos amarelos e calça verde com vivo

vermelho nas laterais das pernas. No uniforme da artilharia¹⁶ a casaca era azul com carcelas, vivos e listas nas abas vermelhos, estas últimas da cor das insígnias para os oficiais, a gola e os canhões poderiam ser verdes ou pretos e a calça era branca. No uniforme dos oficiais de comando superior a casaca e a calça eram azuis-ferrete, a casaca possuía gola e canhões verdes com bordados da cor das insígnias e vivos e forro amarelos

A calça da reserva, dos fuzileiros e dos caçadores era branca para o primeiro e segundo uniformes.

A barretina era preta. Penachos brancos no primeiro e segundo uniforme da reserva; brancos com olhos¹⁷ vermelhos para fuzileiros; verdes para caçadores; vermelhos para cavalaria e artilharia; e verdes no bicórnio dos oficiais de comando superior. Jugular e cordão preso à copa brancos para os guardas fuzileiros; uma esfera preta presa à açucena para a artilharia.

Os cintos pretos nos primeiro e segundo uniformes da reserva e de caçadores; brancos para fuzileiros, cavalaria e artilharia.

Luvras brancas no primeiro e segundo uniformes da reserva e para fuzileiros, caçadores, cavalaria e oficiais de comando superior; pretas para artilharia.

Os calçados pretos. Na reserva polainas brancas.

As palas das insígnias de posto eram azuis no segundo uniforme da reserva e para não-oficiais, vermelhas com franjas brancas nos fuzileiros, pretas nos caçadores, azuis com borda e franjas vermelhas na artilharia.

Banda vermelha; com duas borlas para fuzileiros e cavalaria; com borlas vermelhas para os caçadores.

Na gola dos fuzileiros, uma lista branca em cada extremidade.

Correia preta na reserva e para os caçadores; branco para fuzileiros, cavalaria e artilharia.

Pasta preta.

¹⁶ A artilharia é a única arma militar da Guarda Nacional para a qual encontramos um figurino elaborado pela *Litographia de Brito & Braga* e não pela *Litographia Imperial de Heaton & Rensburg* que produziu todos os outros, inclusive para a artilharia. Ele traz pequenas modificações no uniforme: as dragonas para os não-oficiais são roxas e não vermelhas, os canhões também são roxos e não verdes ou azuis, os penachos não são vermelhos, mas sim numa cor de tom escuro das dragonas mas bem mais forte. Trata-se de um exemplar isolado que não consideramos no conjunto dos figurinos que constituíram o padrão oficial definido para a milícia.

¹⁷ A extremidade superior dos penachos.

Xairel azul com a superfície central amarela e vivos amarelos para o uniforme com calça azul e vermelhos para o uniforme com calça verde.

Poderíamos definir a cor das insígnias e de outros elementos dos uniformes representados como um marrom de tonalidade clara. Contudo, até aquele momento, oficialmente se designava a cor das insígnias, especialmente quando eram de metal, como amarela. No entanto, no figurino quando se quis representar o amarelo, ele está bem distinto da cor das insígnias e Wasth Rodrigues preferiu desenhá-las nesta cor e em dourado (Barroso; Rodrigues: 1922, estampas 215-7). Não podemos descartar a hipótese de que apesar da cor representada nos figurinos, a cor amarela seria utilizada na milícia e a cor dourada fosse a indicada nos figurinos.

As insígnias e elementos nesta cor eram: nas barretinas, as insígnias, a açucena do penacho, a jugular escamada e o cordão preso ao alto da copa para oficiais fuzileiros e caçadores; a virola no topo da copa da cavalaria; nos ombros, as insígnias de postos, sendo nas palas sem franjas apenas as bordas; na gola do primeiro uniforme, a lista e os bordados para os oficiais de comando superior; nas abas, as estrelas; na banda, as borlas; na pasta, as suas bordas, a coroa imperial e a inscrição PII; na junção traseira do correame dos fuzileiros a inscrição PII; todos os botões; a fivela do cinto; na bainha da espada, os cordões que a prendiam ao cinto e à pasta, a extremidade que cobria a ponta da lâmina e a borla presa à empunhadura; na bainha do espadim do segundo uniforme, a empunhadura e a extremidade que cobria a lâmina; no xairel a inscrição PII e a coroa imperial numa extremidade.

No segundo uniforme, o casaco para os não-oficiais e a sobrecasaca para os oficiais eram azuis, com canhões da mesma cor. No casaco dos não-oficiais gola e carcelas eram azuis na reserva; para fuzileiros a gola era vermelha e azul, a carcela vermelha e a pala azul com vivos brancos; para caçadores gola e carcela eram verdes e a pala azul sem vivo; para artilharia azuis no tom da casaca e com vivo vermelho; para cavalaria azuis-claro e azul com vivo vermelho.

Todas as calças eram brancas; os dois modelos de barretina e o bicórnio para os oficiais de comando superior eram pretos; se estabeleceu luvas brancas para estes oficiais e para a reserva.

Os novos uniformes da Guarda Nacional continuaram a possuir validade nacional, mantendo-se a prerrogativa do governo central em defini-los. A tropa auxiliar,

nestas disposições regulamentares, era pensada como uma milícia nacional, ou seja, associação armada subordinada ao estado imperial cujos uniformes deveriam ser os mesmos em todo o território do país. Contudo, já no artigo que a eles se referia na lei 602 de 19/9/1850 que reformava a Guarda Nacional, há uma modificação sutil mas significativa na forma de se referir ao uniforme. Na lei de criação promulgada em 1831, se recomendava ao governo que concebesse um uniforme o mais simples possível. Já nesta nova lei reformadora se autorizava o governo a designar o uniforme “como mais convier”¹⁸. Já não se definia de antemão nenhuma característica geral do uniforme, deixava-se ao governo definir conveniências às quais o uniforme deveria atender. Poderíamos perguntar se eram conveniências do governo ou com quais conveniências ele deveria se preocupar em atender. O dado importante, porém, é que não se definiam as características, se deixava em aberto toda a concepção do uniforme.

Contudo, estes novos uniformes não só proveram as diferenciações antes existentes, mas não delimitadas materialmente, como passaram a realizar as distinções por meio de uma maior quantidade de elementos componentes e de suas variações.

Os procedimentos desenvolvidos para modificar os uniformes da milícia foram os seguintes: a) introdução de novas peças: os bicórnios, as sobrecasacas, as luvas e as insígnias; b) alterações nas dimensões de alguns elementos, especialmente, das abas das casacas; c) variabilidade de formatos para as barretinas e penachos; d) variabilidade de cores para calças e casacas. Eram estes os eixos que promoviam as diferenciações internas.

As modificações que assinalamos mostram que não se tratava mais de um único uniforme com variações em seus elementos componentes para contemplar as diferenciações internas na organização da Guarda Nacional, mas sim de um determinado conjunto de uniformes que agora realizava esta função.

O fornecimento. Os sem-uniforme

Na Guarda Nacional havia três maneiras básicas de provimento dos uniformes. Os próprios milicianos eram responsáveis por providenciar seus uniformes quando estivessem no desempenho de serviços ordinários ou de destacamento dentro ou fora do município. O governo só se obrigava ao fornecimento quando os convocava para

¹⁸ Lei 602 de 19/9/1850, artigo 72.

comporem destacamentos de guerra, um terceiro tipo de serviço imposto aos guardas nacionais¹⁹. Até aqui temos dois procedimentos regulados pela legislação, mas havia ainda uma prática desenvolvida na tropa, o fornecimento desta indumentária militar realizado pelos comandantes aos seus subordinados.

Por um lado, cada uma delas coloca um problema sobre a utilização do uniforme na associação, respectivamente: a possibilidade financeira do guarda nacional de obter seu uniforme; a importância conferida ao uniforme pelo Governo Imperial nas questões de conflito com outros países; o fornecimento privado do uniforme como estratégia para desenvolvimento das relações de dependência que predominavam entre os homens livres. Por outro, todas estavam implicadas na existência de guardas nacionais desuniformizados, uma ocorrência persistente na milícia cujo exame permitirá avaliarmos preliminarmente os limites do emprego de indumentária militar nas tropas de Guarda Nacional.

Devemos observar, primeiramente, que a aquisição do uniforme, uma questão econômica, assumia ao mesmo tempo uma dimensão política e ética, na medida em que dispor de rendimentos suficientes para providenciá-lo significava que o indivíduo chamado ao alistamento possuía capacidade política e probidade moral para se tornar um guarda nacional. Este é um problema que abordaremos de forma mais completa quando examinarmos as funções simbólicas do uniforme. Trataremos agora das exigências propriamente econômicas e de suas decorrências para a composição dos efetivos da tropa e utilização da indumentária militar prevista para ela.

A incumbência do guarda nacional em providenciar o próprio uniforme implicava uma seleção econômica para ingresso na milícia e acesso aos seus postos de oficialato. O uniforme significava a exigência concreta de dispêndio financeiro para o cidadão integrar a tropa. Aqui o rendimento mínimo exigido para alistamento na Guarda Nacional representava a capacidade de arcar com os custos para se tornar seu componente, o que incluía o animal de montaria no caso da cavalaria. Esta dimensão econômica do uniforme não era desconsiderada pelo governo e nas regulamentações baixadas se procurava contemplar as diferenças de acesso dos integrantes da associação a centros comerciais. No caso dos oficiais, o artigo 57 da lei de criação da milícia, promulgada em

¹⁹ Lei de criação da Guarda Nacional, de 18/8/1831, art. 134.

1831, estabelecia prazos diferenciados para a apresentação fardado em serviço, conforme a proximidade a mercados. Assim, oficiais residentes nas cidades tinham quatro meses para se apresentarem uniformizados, enquanto aqueles residentes “nos outros lugares”, no interior, dispunham do dobro deste tempo para providenciar seu uniforme. Esta diferenciação procurava atender os indivíduos que estavam distantes das regiões de fluxo comercial mais intenso.

Esta disposição regulamentar não faz qualquer referência ao prazo de fardamento dos postos da hierarquia abaixo dos oficiais - oficiais inferiores, cabos e guardas - deixando tacitamente em aberto o assunto. Provavelmente permitia encontrar soluções caso a caso para o problema e deixava uma margem de manobra para toda esta parte do contingente alistado. Aqui devemos considerar os recursos dos quais esta faixa de guardas nacionais se valeria para providenciar o uniforme. Eles poderiam adquirir uniformes de segunda mão num comércio informal, de vizinhança, um tipo de produto que também era oferecido através de jornais, em anúncios comerciais que ressaltavam, muitas vezes, que se tratava de uma farda “quase nova” ou de uma peça que “quase não serviu”.

A outra maneira de obtenção do uniforme era o fornecimento oficial, como vimos, numa dada circunstância, quando da convocação para serviços de guerra. Trata-se do emprego dos uniformes em conflitos militares e o estado parece tomar suas precauções ao estabelecer, então, que os forneceria para os praças que em serviço de destacamento de guerra não tivessem condição de custeá-los. Entenderemos esta disposição legislativa se considerarmos o interesse do estado em dispor dos meios necessários para colocar homens rapidamente em condição de combate numa situação de confronto com outros estados. Portanto, no texto oficial e no que diz respeito ao uniforme, ameaças externas ao país tinham prioridade nas preocupações do governo relativas à sua segurança. Não seria conveniente, do ponto de vista oficial, deixar o fardamento da tropa a uma previsível irregularidade no tempo de obtenção do uniforme pelos guardas nacionais dadas as diferentes possibilidades de acesso de cada um deles a este item, o que prejudicaria a rápida e eficiente mobilização dos efetivos para a luta.

Este fornecimento já implicava em problemas financeiros para o governo geral, dado o contingente populacional abrangido pela lei de criação da milícia cuja mobilização poderia ser requerida em caso de guerra externa. Era necessário prever economia das

despesas com a indumentária dos guardas nacionais, o que nos explica, em parte, a disposição do artigo 65 da mesma lei que definia um uniforme simples para a tropa, característica que poderia baratear sua manufatura.

A contenção de gastos na organização da Guarda Nacional era uma das preocupações constantes do governo, o que se verificava até mesmo em relação ao fornecimento de armas para o qual, embora constituísse uma obrigação do estado²⁰, se estabeleceu uma precaução na própria lei²¹, que determinava transitoriamente a utilização do armamento recolhido das tropas anteriores, as Milícias. O comércio de armas certamente atenderia aos problemas financeiros do governo, pois constituíam mercadorias constantemente oferecidas pelos estabelecimentos comerciais e objetos de negociação entre particulares, mesmo na capital do Império, lugar no qual poderíamos supor, a burocracia estatal estivesse em condições de fornecê-las. Apesar desta situação e dos cuidados na regulamentação da milícia era um fato recorrente, sempre apontado em documentos oficiais e debatido na imprensa, as freqüentes falhas do governo em atender aos fornecimentos dos quais estava encarregado.

É possível constatar, ao menos nos anos iniciais de existência da milícia, que o governo central chegou a tomar algumas iniciativas para garantir uma tropa uniformizada mesmo nos casos nos quais oficialmente o fornecimento de uniformes não constituísse sua obrigação. Em ordem dirigida ao comandante superior na Corte²², o ministro da Justiça apoiando-se naquele dispositivo do artigo 134 da lei de criação sobre os destacamentos de guerra, mandou realizar na capital um levantamento completo dos guardas em dificuldades quanto ao uniforme. Uma solução *ad-hoc*, procedimento muito comum na administração da milícia (Uricoechea, 1978: 155), uma vez que no documento expedido não há referências a serviços que estariam realizando em qualquer tipo de destacamento. No entanto, este fornecimento também era, de um modo geral, bastante irregular e voltaremos a ele quando comentarmos o problema dos guardas nacionais desuniformizados.

Mas além destas maneiras oficialmente estabelecidas para provimento dos uniformes, existia também um fornecimento privado da indumentária militar, garantido

²⁰ Lei de criação da Guarda Nacional, art. 66.

²¹ Combinados os arts. 67 e 142.

²² Publicada no **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 135, 12/6/1833, p.2.

pelos comandantes da milícia às suas tropas. Este fornecimento constituía outra fonte de obtenção do uniforme para o guarda nacional, uma modalidade que nos permite analisar o estabelecimento de vínculos de subordinação na hierarquia dos postos militares da milícia através do desenvolvimento das relações privadas de dependência, fato que tornava a tropa auxiliar um meio institucionalizado de reprodução das relações sociais mais amplas.

Os comandantes da milícia, sobretudo nos postos superiores, eram, em geral, os notáveis locais que tinham ascendência sobre uma clientela de dependentes. A obtenção do uniforme constituiria uma prática para o estabelecimento ou reforço de laços de dependência entre um cidadão guarda nacional e um senhor oficial da milícia que providenciava o uniforme para os homens sob seu domínio privado e comando militar. A obtenção do uniforme através destas relações provavelmente constituiu umas das principais maneiras, expressamente vinculada a uma forma de relação social então predominante, de guardas nacionais o providenciarem.

A obrigação de custear as despesas administrativas da Guarda Nacional era parte do *compromisso litúrgico* dos seus membros, sobretudo da sua oficialidade. Entre estas despesas estava o provimento dos recursos materiais necessários para o funcionamento rotineiro da milícia e apenas uma pequena parte dele era responsabilidade do Governo Imperial, cabendo aos integrantes da tropa realizá-lo e executar os serviços. É esta situação que é analisada no trabalho de Uricoechea (1978: 153-60). O autor demonstra como a administração da Guarda Nacional representava um item de pouca importância nas contas públicas e aponta como ao mesmo tempo tínhamos, então, um estado em situação de indigência financeira e existia uma ideologia estatal difusa que tornava os custos administrativos da associação uma obrigação dos cidadãos alistados. Em suma, o Governo Imperial não podia administrar a Guarda Nacional com seus recursos próprios e teve que recorrer à administração *diletante* dos *honoratiores* locais. Salários eram pagos somente aos oficiais do Exército nomeados comandantes, chefes de estado-maior ou instrutores da milícia. Também os recebiam, eventualmente, os músicos que não pudessem prestar este serviço gratuitamente. Diárias eram fornecidas aos guardas nacionais quando realizavam tarefas como o transporte de presos. Segundo Uricoechea (1978: 149-153) estes itens absorviam os recursos financeiros destinados à Guarda Nacional. Oficialmente, os recursos materiais fornecidos pelo governo seriam os seguintes: armamento e munição, equipamento

para a cavalaria, instrumentos musicais para as bandas, e material para serviço de expediente, papel e livros para registros oficiais (esta documentação era também oferecida no mercado).

Uricoechea mostra como os guardas nacionais forneciam duas classes gerais de cooperação privada: a primeira consistia na assistência material e financeira; a segunda no tempo dedicado à administração dos corpos da Guarda Nacional. Quanto aos recursos financeiros a oficialidade fornecia à tropa presentes em dinheiro e remissões de salário. Em situações críticas, tais como rebeliões e guerras, até mesmo destacamentos dos guardas nacionais para missões foram custeados pelos comandantes. Também foram assumidas pelos integrantes da milícia despesas extras, provisões para os praças, por exemplo, embora nestes casos solicitassem o ressarcimento pelo estado, sempre obtido após muita insistência (isto porque não se preocupavam, em geral, com documentação comprobatória, julgando suficiente a palavra empenhada).

Quanto aos recursos materiais, além de fornecer aqueles itens que consistiam em obrigação do governo, a oficialidade da Guarda Nacional ainda providenciava para a tropa cavalos, gado, locais para instrução, paradas e operação de comando (quartéis, em geral, a residência do comandante). E fornecia também uniformes. É bem registrada e enfatizada por Uricoechea a prática muito difundida do custeio dos uniformes e instrumentos das bandas musicais. Inicialmente havia uma disposição legal que concedia aos guardas nacionais dispensa dos serviços mediante contribuição a estas despesas, medida incentivadora necessária pois os oficiais deixavam de contribuir regularmente uma vez que, com o sistema eletivo para o oficialato, se elevavam a esta categoria homens de profissões de baixa renda. Suprimido o sistema, uma oficialidade selecionada a partir de critérios mais restritivos voltou a assumir seu papel de fornecedora desses objetos, mas ainda foi mantida a insenção de serviço para os milicianos mediante a contribuição. Martins Pena, em suas peças, já denunciava como esta prática se tornara um estratagema de guardas nacionais para escapar às obrigações de serviço.

É interessante a afirmação de Uricoechea de que “a forma mais comum - principalmente por parte dos comandantes das companhias - era o fornecimento de uniformes e, ocasionalmente, de algum equipamento militar tal como espadas para os milicianos que não tivessem meios suficientes” (Uricoechea, 1978: 156). É provável,

portanto, que esta forma de obtenção do uniforme fosse muito difundida pois este tipo de fornecimento consistia numa prática que mantinha as obrigações recíprocas (mas não simétricas) entre senhores e dependentes. De fato, no próprio município da Corte, o tenente-coronel Antonio Marcoliano da Rocha Freitas, comandante do 5º batalhão, ameaçava processar, sem fazer distinção entre oficiais e praças, os guardas nacionais que ainda não estivessem fardados ou armados, mas na própria ordem do dia observava que aqueles que necessitassem de sua coadjuvação deveriam procurá-lo em sua residência, quartel da unidade militar²³.

Ao providenciar todos os objetos pessoais necessários ao guarda nacional para desempenho dos seus serviços e também outros recursos materiais como habitação para quartel, espaços para instrução da tropa etc., garantia-se uma relação que supunha o cumprimento de obrigações de ambas as partes mas também a dependência de quem recebia os bens àquele que os fornecia. A organização material da Guarda Nacional baseou-se fortemente na relação entre um senhor e seus dependentes. Esta situação, incluindo os uniformes, coloca o fornecimento de recursos materiais como uma prática para criar e manter vínculos de dependência numa formação social patrimonialista.

Apesar de existirem estas diferentes possibilidades de provimento dos uniformes a ocorrência de guardas nacionais desuniformizados era um fato recorrente na organização da milícia. Havia combatentes nesta situação em confrontos armados - seja na repressão às revoltas e rebeliões como aquelas do período regencial seja nas batalhas durante as guerras do Prata e do Paraguai ou, ainda, no período de desmobilização militar da milícia a partir de 1873 - o que é atestado em relatos do período e mesmo em documentos oficiais.

A este respeito é preciso observar que nas práticas das tropas, mesmo em atividades que não o combate militar, no desempenho dos serviços ordinários e nas ocasiões cerimoniais, também encontramos guardas desuniformizados. Os problemas com os uniformes ocorriam, de fato: exemplo disso é aquela mesma ordem do comandante do 5º batalhão, citada logo acima, ameaçando com as punições regulamentares os guardas já qualificados mas ainda sem uniforme. Este não foi um caso isolado, outros foram apontados como na decisão 378 de 7/7/1836 na qual se ordenava aos oficiais providências

²³ **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 182, 18/8/1834, p.2.

quanto ao comparecimento de guardas nacionais sem uniforme ao serviço. Havia, então, milicianos que, impelidos por uma obrigação legal mas sem condições financeiras para providenciar o próprio uniforme ou despreocupados com relação ao seu uso na realização das atividades da tropa, atendiam às convocações sem se apresentarem uniformizados. De qualquer forma, podemos constatar que embora o uso do uniforme pelos guardas nacionais fosse fundamental para o governo ele não ocorria regularmente na tropa.

É possível recolhermos algumas indicações sobre a proporção de guardas nacionais desuniformizados nos primeiros anos de atividade da milícia. Em 12/2/1832 ocorreu a primeira apresentação pública da Guarda Nacional na cidade do Rio de Janeiro²⁴. Um repórter comentou, então, que 2/3 dos guardas nacionais alistados não compareceu à parada pois não estaria ainda completamente uniformizado, embora tenha enfatizado muito mais o garbo da apresentação e a afluência do público. Trata-se aí de mera estimativa, mas ela já nos dá uma idéia das dificuldades dos milicianos em providenciar, ao menos nos prazos oficialmente estipulados, seus uniformes. Já no relatório de 1833 do ministro da Justiça constava que somente os componentes da milícia na capital do Rio de Janeiro estariam bem fardados, portanto, que todo o interior da província não o estaria. Não devemos nos prender à exatidão desta informação, ela tem um valor comparativo. Vimos como no ano anterior a maioria dos milicianos não compareceu à cerimônia de apresentação e tal como o repórter naquela ocasião, que minimizou este aspecto do evento, também o ministro parece se preocupar em enfatizar o que seria favorável na organização da tropa. Nos relatórios dos presidentes de província, entre 1833 e 1835, apenas o de São Paulo em 1834 fez referências ao uniforme dos guardas nacionais, afirmando que entre outras dificuldades não dispunha de meios para obrigá-los a se fardarem. Os problemas apontados para este período inicial indicam que uma parte significativa do efetivo não estava uniformizada.

Nesta situação, o que podemos perceber, observando principalmente o baixo comparecimento naquela celebração pública é, por um lado, a preocupação oficial com o controle do uniforme para empregá-lo na legitimação do estado imperial e, por outro, os limites impostos a esta atuação pois boa parte do contingente de guardas nacionais da cidade do Rio de Janeiro não envergava um objeto que fora concebido para funcionar como

²⁴ **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 131, 14/2/1832, 1ª p.

recurso material para subordinação da tropa ao governo. O que este caso específico demonstra, embora ocorrido no centro político do país, lugar no qual poderíamos supor, a atuação das instituições governamentais fosse mais eficaz em comparação com o interior, é uma dinâmica de enfrentamento, com resultados variáveis, entre as tentativas de implantação de controles governamentais sobre a população, neste caso via uniformização dos alistados na tropa auxiliar, e as resistências oferecidas a elas pelos diferentes estratos sociais.

Realizar tarefas de natureza militar sem o uso de um uniforme seria, portanto, uma prática muito difundida. De um modo geral, durante o regime monárquico encontramos freqüentemente observações e comentários de autoridades oficiais, viajantes estrangeiros, cronistas e memorialistas sobre o mal estado de conservação ou mesmo a ausência de uniformes em tropas militares e contingentes policiais. Há, de fato, a necessidade de avaliarmos o emprego do uniforme como meio material para organização de associações armadas do Império. Este seria o problema mais amplo que está a reclamar uma série de estudos e sobre o qual procuramos trabalhar inicialmente, nesta pesquisa, examinando-o em relação à Guarda Nacional.

O problema, considerando especificamente esta tropa auxiliar, não era a completa ausência ou ineficácia de uniformes nas atividades militares mas sim, primeiramente, o fornecimento oficial sempre irregular, ainda que ela estivesse mobilizada num confronto externo como, por exemplo, a Guerra do Prata. O marquês de Caxias, no comando tanto de tropas de primeira linha quanto de Guarda Nacional, em vista dos atrasos governamentais em suprir os contingentes arregimentados, fez encomenda de uniformes e equipamentos a um fornecedor particular. Posteriormente, este foi acusado de procedimentos irregulares e o problema chegou à imprensa no que ficou conhecido como a “questão das barracas”²⁵.

O fornecedor de Caxias informa, em sua defesa, que o general encontrou a Guarda Nacional destacada tão desorganizada que em relação aos uniformes ordenou a distribuição de parte daqueles do Exército para os milicianos. Observe-se que, em primeiro lugar, os guardas nacionais estavam desfardados mas ainda assim foram enviados ao campo de batalha e, em segundo lugar, não utilizaram os seus próprios uniformes. Vemos que

²⁵ **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 232, 22/8/1852, p.2.

Caxias não vacilou em improvisar, mas ele também não deixou de tomar providências ulteriores para corrigir a situação pois o mesmo Francisco Borges, o fornecedor contratado, esclarece que no pedido feito pelo comandante e atendido por ele - a contestação na câmara dos deputados se referia apenas aos preços cobrados - constavam fardas (casacos), calças e bonés de pano, todos “próprios para a guarda nacional”.

Qual era, afinal, exatamente a situação dos uniformes da milícia na região dos combates? Apesar do fornecimento realizado e da participação efetiva das unidades gaúchas e de outras províncias na luta, é certo que em determinados períodos os guardas nacionais não estavam uniformizados ou utilizavam uniformes do Exército e que nem todo o contingente mobilizado foi atendido com o suprimento de uniformes. Verificamos uma vez mais que o uniforme da Guarda Nacional não era um recurso material da milícia a todo momento e em todas as regiões empregado pelos seus componentes, embora não se possa falar em sua ausência ou mesmo ineficácia nas ocasiões e lugares nos quais era efetivamente utilizado. O importante aqui seria, talvez, compreender a concepção e prática de estratégias e táticas de combate que poderiam dispensar o uso de uniformes, um problema para ulteriores pesquisas em história militar.

A este respeito é preciso, de fato, atentarmos para a condição do uniforme como um meio material dispensável, localizada e temporalmente, em situações críticas durante confrontos armados, quando se organizavam unidades militares compostas por paisanos. Comentários e relatos jornalísticos sobre a Revolta dos cabanos indicam como era possível mobilizar paisanos na luta armada, ou seja, organizar corpos militares compostos por civis desuniformizados. É o que nos mostra um observador da eclosão do movimento no Pará²⁶, que justificou, à falta de soldados para a defesa da capital, a arregimentação de paisanos agrupados num batalhão denominado Voluntários de Pedro Segundo. Em Alagoas existia uma companhia de batedores paisanos, parte das forças provinciais contra os cabanos, às quais o comandante de armas de Pernambuco recusou reforço com os corpos militares a ele subordinados, fazendo também referência entre estes a paisanos arregimentados. Estas referências ao engajamento de civis desuniformizados em tropas governamentais nos indica que, senão para a maioria do efetivo, ao menos para alguns contingentes se admitia esta

²⁶ **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 209, 24/9/1835, 1ª p.

prática. O uniforme não seria, portanto, um recurso utilizado ou disponível em todas as ocasiões ou para todos os homens em ação.

Assim, em vista dos problemas analisados acima, a compreensão do uso do uniforme da Guarda Nacional em confrontos armados exige que consideremos, por um lado, o fornecimento oficial irregular dos uniformes (no caso da milícia quando estava destacada para intervenções militares) e, por outro, sua condição de recurso material dispensável, de forma localizada e provisória, implicada na arregimentação de paisanos. Nas ocasiões agudas de confronto armado as dificuldades com uniformes eram sanadas dispensando-se o uso de indumentária militar ou, ao menos, de um uniforme completo e em boas condições.

A análise dos obstáculos encontrados pelos comandantes para manter a tropa uniformizada durante campanhas militares internas e externas e a organização de unidades militares com paisanos podem indicar que, no que diz respeito à indumentária e equipamentos de proteção individual, o uniforme não seria o único recurso material empregado nos confrontos armados. Não estou considerando, ainda, o fato muito provável de que os grupos de oposição ao governo também não possuíam uniforme, ausência que não seria exclusivamente um problema do estado. De qualquer forma, existia a possibilidade de atuação do guarda nacional sem o uniforme e devemos considerar as consequências para a forma como ela se realizava. A ação do miliciano uniformizado, ainda que não segundo o padrão oficialmente estabelecido, era apenas uma das situações que encontramos no desenvolvimento das atividades da tropa auxiliar.

CAPÍTULO 6 – FUNÇÕES PRAGMÁTICAS

A partir deste capítulo passaremos a estudar as funções dos uniformes da Guarda Nacional, começando por suas funções pragmáticas. No entanto, é preciso observar que o exame em separado das funções de uniformes militares é apenas um encaminhamento que julgamos mais seguro para uma primeira formulação dos problemas. Na verdade, funções pragmáticas, diacríticas e simbólicas estão fortemente relacionadas na indumentária militar.

Portanto, nesta pesquisa estamos longe de pretender uma formalização conceitual destas funções. Trata-se, no momento, apenas de procurar um melhor desenvolvimento da análise.

Os uniformes militares, enquanto conjuntos compostos de peças de indumentária, armamento e equipamentos, devem realizar as funções de ordem pragmática que desempenham em menor ou maior grau os objetos de uso pessoal. Da forma mais ampla possível estas funções seriam proteger o corpo, auxiliar sua movimentação e atender suas necessidades de repouso. Desta maneira devemos considerar, por exemplo, que uma casaca de soldado ou uma casaca de ministro de Estado protegiam seus usuários simplesmente pelo fato de que cobriam a parte superior de seus corpos.

No caso da indumentária militar da Guarda Nacional as funções pragmáticas que analisamos serão proteção contra choques e intempérie, regulação da temperatura, favorecimento à mobilidade e higiene. Consideramos estas funções pois elas seriam necessárias na composição da indumentária de um indivíduo que, requisitado para desempenhar ações militares, deveria realizar atividades que exigiam considerável esforço físico, além de destreza e rapidez nos movimentos. Antes de examinarmos cada uma delas, indicaremos os procedimentos que adotamos em nossa análise.

Realizamos nosso estudo, principalmente, a partir de um determinado conjunto de peças de indumentária. Elas pertencem aos uniformes do segundo plano estabelecido para a tropa em 1852. Vimos no capítulo anterior como o governo definia, neste plano, um uniforme e um segundo uniforme para cada componente, divisão que poderia corresponder a uniformes cerimoniais e uniformes de serviço. Compunha um segundo uniforme a

sobrecasaca de tenente (figura 1). Compunham primeiros uniformes a casaca e a calça de guarda de infantaria (figura 2), a casaca de guarda de cavalaria (figura 3), a barretina de oficial de cavalaria (figura 4) e a barretina de caçador (figura 5). A análise que realizamos levou em conta esta situação inicial, procurando averiguar se, de fato, os primeiros uniformes não foram concebidos para resistir a esforço físico intenso. Assim, pudemos fornecer novos encaminhamentos para a questão formulada no capítulo anterior, ao mesmo tempo que aprofundamos as considerações sobre as funções pragmáticas dos uniformes. Não abordaremos neste estudo os calçados uma vez que estamos interessados em utilizar na análise peças subsistentes do uniforme e não encontramos, até o momento, exemplares deste tipo que pertenceram à indumentária militar de componentes da tropa.

Examinamos na produção dos uniformes, principalmente, o emprego de determinados materiais, em especial, os panos²⁷ e técnicas de manufatura. Além disso, constituiu um item da maior importância o estado de conservação de exemplares preservados, um aspecto que pode nos fornecer dados sobre o desgaste dos uniformes e permitir que avancemos algumas hipóteses sobre usos efetivos a que foram submetidos.

Proteção contra choques e intempéries

Que proteção ao corpo poderiam oferecer as peças dos uniformes da Guarda Nacional contra choques de pequena intensidade, chuva, raios de sol e vento? Os fatores implicados nesta função são as unidades de indumentária utilizadas na composição dos uniformes, a resistência e a impermeabilidade das mesmas obtidas pelo material empregado e as técnicas de manufatura.

As casacas e sobrecasacas eram peças concebidas para uso sobre outras que iam diretamente em contato com a pele. No que tange a funções pragmáticas estas peças envolvem de maneira mais completa o corpo, especialmente, a sobrecasaca, dado seu maior comprimento que lhe permitia cobrir também parte das pernas. As barretinas possuíam elementos componentes próprios para proteção do usuário. Era o caso das palas dianteiras através das quais se obtinha uma proteção da face contra chuva e raios de sol. A altura da

²⁷ Optamos por usar o termo *pano* e não *tecido* como designação genérica dos materiais empregados na manufatura de peças de indumentária. A camurça, por exemplo, é uma pele curtida, já o feltro é um empastamento de lã, algodão ou outra matéria-prima. Tecido designa, propriamente, uma das técnicas de manufatura de panos. O termo *fazenda* também não se mostrou adequado pois tem quase sempre uma conotação de mercadoria que, especialmente neste capítulo, não é utilizada.

copa era uma característica que poderia prover um anteparo eficaz contra possíveis choques.

Os panos empregados na manufatura destas peças foram feltro para a sobrecasaca de tenente, camurça para a casaca e a calça de guarda de infantaria e a casaca de guarda de cavalaria e pelúcia para as barretinas de caçadores e de oficial de cavalaria.

O feltro é obtido por empastamento de lã, o que o torna impermeável e, portanto, apropriado para proteção contra chuva. No século 19 era inclusive definido por esta função (Moraes, 1877: II, 23). Esta é a característica mais evidente do feltro. No entanto, sua resistência deve ser considerada pois, embora pudesse se romper com certa facilidade quando submetido a tracionamento (por exemplo, um puxão mais forte), seria eficiente na proteção contra choques de pequena intensidade, aos quais um miliciano estaria freqüentemente exposto.

Quanto à camurça, seu emprego indica uma atenção dada à função de proteção. Este pano era utilizado também na fabricação de arreios (Moraes, 1877: I, 322), portanto, sua resistência permitia que fosse submetido a condições mais duras de uso e, da mesma forma, empregado num uniforme para atividades militares. No entanto, a camurça é feita de uma pele (da cabra de mesmo nome). Ao contrário do feltro, era felpuda e a exposição às intempéries faria certamente com que perdesse essa característica. Ela se deterioraria mais rapidamente se exposta às mesmas condições.

A resistência das casacas e sobrecasacas deve ser considerada também por elementos de sua estrutura. No momento, nos referimos particularmente às costuras empregadas para união de suas partes componentes. Este é um item no qual pesquisas sobre os produtos da indústria têxtil no Império são necessárias. No entanto, algumas observações iniciais podem ser muito esclarecedoras. No caso, é possível compará-las com uniformes oficiais civis também pertencentes ao acervo de indumentária do Museu Paulista/USP. De fato, existem exemplares das casacas oficiais de senadores e ministros do Império, sobretudo do Segundo Reinado e uma comparação com as costuras empregadas nestas peças revela uma semelhança bastante significativa com os uniformes da Guarda Nacional. A cor, a espessura e o espaçamento dos pontos de costura das linhas revelam, senão um mesmo padrão tecnológico, padrões muito semelhantes empregados nestes diferentes tipos de uniformes. Aqueles das altas autoridades do centro político do país eram previstos para

peças de indumentária a serem utilizadas em reuniões parlamentares, trabalho de gabinete, cerimônias diversas e não em atividades físicas intensas. Não há, portanto, para as costuras dos uniformes da milícia, nesta observação preliminar, elementos previstos exclusivamente para o desempenho de tais atividades, pois elas seguiam um padrão utilizado também no vestuário civil oficial.

A pelúcia aplicada no revestimento externo das barretinas não é adequada para proteção contra choques e intempéries. Tecido felpudo, até mesmo associado à maciez, se deterioraria rapidamente na exposição ao tempo. É provável que estas barretinas não tenham sido, de fato, manufaturadas para resistirem a condições mais duras de clima, pois existia uma peça que seria mais apropriada e que foi efetivamente utilizada durante o Império - o barretão de oleado. Um comandante na cidade do Rio Janeiro admitia seu uso por subordinados²⁸ e há referências a ela na obra teatral *Judas em sábado de aleluia* de Martins Pena (1956: 269)²⁹, como parte do uniforme do personagem cabo da Guarda Nacional. O oleado consistia num tecido embebido em óleo, que o tornava impermeável e, portanto, adequado para uso na chuva.

Quanto à estrutura construtiva da barretina foi possível observá-la, pois no exemplar analisado a borda inferior apresenta trechos com rompimento do seu revestimento. Seu interior é revestido com um tecido bastante fino, a seda, mas na borda há uma tira de couro que a circunda, um reforço para este ponto de contato da peça com a cabeça do usuário. Após este revestimento, sua copa é composta por uma primeira camada de papelão inteiramente envolvida por uma segunda camada do mesmo material; esta é revestida de palhinha entrelaçada; finalmente, uma folha de papel circunda toda a palhinha, folha sobre a qual é fixada a pelúcia. Todo o conjunto é preso por três presilhas de metal maleável (latão provavelmente) e por um encordoamento com pontos bem espaçados. Estes materiais não são impermeáveis e não ofereceriam proteção eficiente contra chuva. Quanto à sua resistência a choques, não é possível avaliar com maior precisão esta estrutura sem exames de especialistas. Contudo, podemos constatar, no estado atual de nossa análise, que ela foi suficiente, até o presente, para impedir o desabamento da copa sobre seu próprio

²⁸ Ordem do dia do comandante interino do 1º Batalhão das Guardas Nacionais publicada no **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 116, 26/5/1835, p.2.

²⁹ Vide página 142 para informações mais detalhadas sobre a peça.

peso, problema que pode sobrevir a uma cobertura de cabeça cuja copa se caracteriza, em geral, pela altura elevada.

Regulação da temperatura

Devemos examinar as peças de indumentária que compunham os uniformes da Guarda Nacional também na sua eficácia na função de aquecimento e resfriamento do corpo - conforme as condições às quais estivesse submetido o guarda nacional - para evitar seu enregelamento, controlar a transpiração e absorver o suor.

Os panos das casacas, da sobrecasaca e da calça são mais apropriados para aquecimento. O feltro por se constituir num empastamento e a camurça numa pele curtida, não apresentam os mesmos espaços vazios que encontramos nas tramas dos tecidos. Eles formam uma camada de material que retém o calor liberado pelo corpo e têm eficiência para proteção contra o frio. As barretinas têm o mesmo efeito de manutenção do aquecimento e, ainda mais, evitam que este aumente em demasia ao impedirem a exposição direta da cabeça aos raios de sol.

A forração das peças também concorria com sucesso para aquecer o corpo do guarda nacional. É feita de tecido de algodão, na cintura da calça do guarda de infantaria e nas costas e mangas da casaca do mesmo guarda e da sobrecasaca de tenente. Na casaca de guarda de cavalaria, nas abas da sobrecasaca é feita de um tecido mais fino. Nesta última peça a forração funcionaria para aquecimento do corpo, uma vez a peça inteiramente fechada, pois ela possuía também abas frontais.

Mas, ao mesmo tempo, esta constituição física não forneceria uma proteção adequada contra o calor. Este problema mostra que era necessário garantir boa vedação para aquecimento e abertura completa quando se exigia ventilação. É na abertura e fechamento das casacas e sobrecasacas que se poderia obter a regulação da temperatura corporal. O abotoamento através da fileira de 7 botões na parte frontal das peças (8 botões para a casaca de guarda de cavalaria) permitia atingir este objetivo.

Quanto as barretinas, era a maneira de utilizá-las que possibilitava controlar a temperatura corporal. Os materiais empregados na manufatura, pelúcia para revestimento externo, couro para revestimento interno da borda inferior e papelão para a estrutura

principal, poderiam concorrer para um aquecimento excessivo da cabeça do usuário em uso contínuo prolongado.

Em todos estes casos as peças poderiam ser apropriadas para dias de frio, mas não recomendáveis nos dias de calor ou em atividades que exigissem grande esforço físico e que, portanto, favoreceriam no corpo evaporação de água e liberação de calor.

É preciso apontar que, de fato, era nas práticas da tropa que havia preocupação em atender as necessidades de abertura e fechamento das casacas e sobrecasacas. No modelo governamental as referências indicam que esta preocupação era mínima. Na representação iconográfica oficial do uniforme estas peças estão sempre fechadas. Obviamente se obtinha, desta maneira, uma visão mais completa do vestuário definido para os milicianos. No entanto, funcionando como padrão para o contingente alistado, se não definia uma forma de uso, ao menos se a incentivava com esta representação.

Na verdade, era muito pequena a atenção dada à função de regulação da temperatura do corpo na legislação da milícia. Apenas no primeiro plano de uniformes se previra uma variação sazonal para a cor da calça - seria azul no inverno e branca no verão - único ponto referente a esta função pragmática sobre o qual se elaborara uma disposição regulamentar.

Favorecimento à mobilidade

Em princípio, o guarda nacional deveria estar sempre pronto para desenvolver serviços militares e policiais, isto é, realizar tarefas que implicavam emprego da força física e, portanto, movimentação corporal. Nesta situação, era necessário manufaturar seus uniformes de modo a atender com eficiência às necessidades de um corpo assim mobilizado. É o que devemos considerar em relação às peças de indumentária que o compunham.

Os panos e o corte dos casacos são os principais elementos que devemos examinar. O primeiro ponto a ser observado é a maleabilidade do feltro e da camurça. São materiais flexíveis em razão, primeiramente, das matérias-primas das quais são obtidos apresentarem pequena rigidez e, em segundo lugar, das técnicas de manufatura empregadas pouco alterarem este estado inicial: na camurça a curtição enrijece a pele animal mas a

mantém em condições de ser facilmente dobrada e, em menor grau, esticada e comprimida; no feltro apenas se processa a uma compactação da matéria-prima através de pressão.

Estas peças e as coberturas de cabeça não representavam um peso excessivo a ser suportado pelo corpo do guarda nacional. As suas dimensões, os panos nos quais foram manufaturadas e o material das barretinas eram aceitos comumente para vestir os indivíduos. A sobrecasaca, obviamente, possuía uma maior quantidade de pano justamente para poder cobrir outras peças, quando fosse o caso, mas não constituía um acréscimo que diferenciasse substancialmente seu peso. Ainda mais, quanto aos panos das peças de vestuário, feltro e camurça, são panos maleáveis e propícios para a movimentação física.

O corte dos casacos foi objeto de atenção na tropa. O governo parece ter-se preocupado com a questão. No primeiro plano não foram concebidas casacas propriamente ditas mas fardetas caracterizadas por suas abas de pequenas dimensões, as quais, de fato, não chegavam à altura das coxas (figura 8). Este é um elemento das casacas que, por possuir uma extremidade solta, poderia prejudicar com seu balanço uma movimentação mais intensa do corpo (correr, saltar etc.) e diminuir as abas seria providente. O segundo plano de uniformes manteve o padrão já estabelecido anteriormente e, embora as abas fossem agora um pouco maiores, não chegavam ao comprimento das abas estabelecidas, por exemplo, para os oficiais gerais do Exército (figura 7). Esta comparação é importante pois estes últimos constituíam postos militares cujos ocupantes eram responsáveis pela organização e administração da tropa regular e não eram obrigados ao desempenho de tarefas que exigissem esforço físico acentuado.

As abas, portanto, favoreciam os movimentos dos integrantes da milícia. O corte do corpo da casaca de guarda de infantaria e da sobrecasaca de tenente apontam para outra direção. O seu formato, um triângulo com a base para cima, em conjunto com os enchimentos peitorais destas peças e a altura das barretinas, mostra que se induzia o guarda nacional a manter seu corpo numa posição ereta. Este problema examinaremos no capítulo sobre as funções simbólicas do uniforme, mas observamos no momento que se dificultava ou, ao menos, não se incentivava o miliciano a flexionar seu tronco. A preferência por esta posição certamente representou uma limitação aos movimentos que os integrantes da tropa poderiam realizar.

Já o corpo da casaca do guarda de cavalaria não apresenta o mesmo formato das outras duas peças. Ele tem um corte reto, as mesmas medidas à altura do tórax e da cintura, além do que não possui enchimentos. Esta casaca poderia favorecer uma maior amplitude de movimentos do tronco. Não havia, portanto, com relação a este aspecto, um único padrão utilizado na tropa. O corte da calça de guarda de infantaria é ajustado na cintura mas o é pouco menos nas pernas sem, contudo, ser muito largo e folgado. Quanto a esta peça os movimentos parecem bem favorecidos.

O acabamento das peças é um item do uniforme que pode levantar mais algumas questões sobre a mobilidade do corpo na Guarda Nacional. Em geral, na casaca, o recorte das bordas e da gola são bons, as dimensões das duas bandas e das mangas não apresentam variação significativa, a distância entre a junção das mangas à costura da gola é a mesma para ambos os lados. Apenas a sobrecasaca de tenente precisa ser examinada com maior detalhe neste aspecto. As costuras que fazem a junção das mangas com a parte posterior do corpo da peça não são simétricas, pois no lado esquerdo ela avança mais em direção às costas. Não estamos aqui lidando com peças já fabricadas em série e não se pode afirmar taxativamente que esta configuração não poderia corresponder a necessidades do usuário. Contudo, poderíamos também levantar a possibilidade de que este acabamento causasse algum desconforto para o miliciano em razão do um desajuste da parte em questão.

Da eficiente movimentação do corpo dependia a rapidez de execução dos serviços militares que eram exigidos do guarda nacional. Uma questão associada à mobilidade do miliciano era, assim, a facilidade de vestir e tirar as peças de indumentária que compunham os uniformes. Poderíamos analisá-la para todas as peças do uniforme. A barretina do oficial de cavalaria, por exemplo, possuía jugular e dispunha de uma pequeno fecho para prendê-la acima da pala quando não em uso, o que mostra maiores cuidados na sua concepção quanto ao manuseio. Já a respeito dos botins as informações são muito escassas e todo um levantamento ainda está por ser realizado. No entanto, esta questão se apresenta em toda sua importância, primeiramente, para as casacas e calças, sobretudo, para as primeiras.

A respeito dela há um depoimento dos mais valiosos feito por um praça da Guarda Nacional de Recife:

Não sei quando apparecerei; porque hoje o meu Batalhão carrega grande pêzo de serviço, e o diacho da tal farda comprida, de peitos encarnados, e canhão verde, com barretina comprida, correames brancos, adragonas de lã, e mil enfeites, que me recorda os antigos Regimentos do Sr. D. João 6º... me atrapalha tanto no vestir, que ás vezes o tambor rufa, rufa, tornar a rufar, e ainda eu me não tenho desembaraçado com tal fardamento, e por isso chego tarde, e o calhabouce, já se sabe, é meu destino³⁰.

O autor do texto ocupava, de fato, a posição de guarda pois, a propósito do serviço de plantão que prestava por aqueles dias, já havia se referido ao sargento ao qual estava subordinado. Devemos observar de saída, que não se tratava daquele uniforme estabelecido no primeiro plano de 1831 e ainda válido na década de 1840. Não eram elementos do uniforme daquela posição hierárquica, o peito encarnado, o canhão verde e as dragonas de lã, insígnias não previstas inicialmente para a milícia, ainda menos para um guarda que não deveria possuir nenhum distintivo.

Mas o que ele enfatizava na discriminação das peças componentes de sua indumentária militar eram as dificuldades que elas impunham para vestir completamente o uniforme. Chama a atenção que, além da barretina, dragonas, correames e a própria farda, ele tinha que se haver ainda com “mil enfeites”, ou seja, uma quantidade que seria para ele significativa, talvez até excessiva, de elementos que considerava ornamentais. Seriam elementos que não possuíam uma função pragmática e, ainda mais, atrapalhavam o ato de se vestir no tempo certo de atender a chamada ao serviço. Este uniforme não seria apropriado, no que diz respeito a vesti-lo e tirá-lo com facilidade, para a realização de atividades que exigiam rapidez na atuação do miliciano.

Este mesmo uniforme mostra como a simplicidade do modelo, prevista pelo governo, não correspondia às práticas efetivamente implantadas na milícia. Neste caso específico, a complexidade da indumentária era tal, que ela se tornava um elemento dificultador para a realização dos serviços aos quais o miliciano estava obrigado.

É preciso observar que a reclamação deste guarda de Recife era, em certa medida, irônica pois este mesmo uniforme seria bastante valorizado ante o uniforme do soldado artilheiro do Exército que redigia um jornal opositor. A “farda comprida” se diferenciaria superiormente da “farda de baêta ordinária” do soldado, inclusive pelo alto preço que custou ao guarda nacional. Entre os enfeites que tanto o atrapalhavam estavam

³⁰ **O Guarda Nacional**, Recife, nº 1, 9/12/1842, p.2.

os caros colchetes que a cobriam³¹. Na verdade, embora ao discriminar as peças do seu uniforme o miliciano estivesse se gabando de uma indumentária militar que considerava muito mais rica do que aquela da tropa de primeira linha, resta que ele devia dedicar um tempo considerável exclusivamente para vestir seu fardamento de guarda nacional, sem, contudo, conseguir se preparar rapidamente para execução das tarefas para as quais era solicitado.

Poderíamos afirmar, pelo que foi exposto, que os materiais e a estrutura dos uniformes da Guarda Nacional eram adequados para a realização das funções pragmáticas que eram exigidas de uma indumentária militar no Brasil do século 19? Até o momento não temos elementos suficientes para uma avaliação mais completa. Observemos, antes de mais nada, que necessitamos de pesquisas mais sistemáticas sobre os padrões tecnológicos de manufatura de vestuário naquele período para conhecermos, entre outros elementos importantes, as costuras então utilizadas. Neste caso, para nosso trabalho, lançamos mão de um recurso inicial, a comparação com o padrão dos uniformes civis oficiais do Império brasileiro.

Pudemos, assim, desenvolver alguns encaminhamentos iniciais a respeito do problema. Os panos utilizados no uniforme eram flexíveis, além do que não representavam peso excessivo para o usuário, favorecendo, assim, a mobilidade dos guardas nacionais. Protegiam contra o frio e eram também resistentes a choques de pequena intensidade, com exceção da pelúcia que revestia as barretinas. Apenas o feltro era suficientemente impermeável para uma proteção eficaz contra chuva. Quanto à estrutura e o manuseio, vimos que as abas das casacas favoreciam o movimento, mas o corte da casaca de infantaria e da sobrecasaca e os cuidados para vestir e tirar o uniforme ofereciam dificuldades neste sentido. O abotoamento das casacas permitia regular a temperatura, função que os panos não atendiam eficientemente. As costuras asseguravam a resistência das peças a choques.

Estas considerações feitas até o momento indicam que as funções pragmáticas realizadas pelos uniformes da Guarda Nacional não atendiam prioritariamente às necessidades de um corpo que pudesse ser mobilizado para desempenhar atividades bélicas e, portanto, realizar um esforço físico intenso. Estes uniformes atenderiam, por sua

³¹ **O Guarda Nacional**, Recife, nº 3, 11/12/1842, 1ª p.

estrutura e pelas técnicas empregadas em sua manufatura, a funções pragmáticas gerais também realizadas pelo vestuário civil.

De fato, já observamos como as costuras destes uniformes são semelhantes, nos aspectos que consideramos, àquelas das casacas de senadores, ministros e conselheiros de estado. Além disso, a camurça era empregada nestes dois tipos de uniformes. Quanto às peças de indumentária, casacas, sobrecasacas e calças compridas eram utilizadas comumente no vestuário civil masculino e a barretina, na forma apresentada, era a única peça exclusivamente militar.

Verificamos, portanto, que poucos elementos de indumentária - o comprimento das abas das casacas e a barretina - eram especificamente concebidos na Guarda Nacional para compor um uniforme militar e atender a necessidades de esforço físico mais intenso do que aquele despendido em atividades civis. Em razão disso, as funções pragmáticas do uniforme não eram objeto de atenção sistemática na tropa e, por consequência, a preocupação com os panos empregados era pequena. Já ressaltamos em nossa análise como eram escassas as referências a funções pragmáticas na legislação da milícia e o mesmo se dava com relação aos materiais.

Estes eram regulados apenas pontualmente ou para algumas funções bastante específicas. No primeiro plano de uniformes somente para as insígnias da barretina se indicava que eram de metal. Os panos só apareceram no segundo plano, na composição das bandas: previstas em 1831 como insígnias de oficiais subalternos para cima, sem definição do material, em 1852 foram concedidas aos sargentos (oficiais inferiores) bandas de lã e para os postos acima na hierarquia bandas de seda. É possível, para explicarmos esta situação, que, talvez, houvessem panos de uso tão fortemente estabelecido no senso comum - seria, então, o caso do feltro e da camurça das casacas - que o governo não via necessidade de controlá-los por disposições regulamentares. O mesmo se sucederia com os botins, cujo material não era definido, sendo, no entanto, previsível uma utilização majoritária do couro, embora ainda seja necessário coligir e analisar as informações esparsas a respeito.

No comércio os panos também não eram valorizados. Nos anúncios comerciais com ofertas de uniformes da Guarda Nacional os materiais raramente eram discriminados, ou seja, não constituíam item a ser destacado na mercadoria ofertada. Os panos também não

distinguiam os componentes das diferentes armas militares. A casaca do guarda de infantaria (figura 2) e a casaca do guarda de cavalaria (figura 3) são ambas de camurça. Neste caso, observamos que estes materiais não tinham um uso diacrítico para algumas distinções fundamentais na organização da tropa.

Ainda, assim, estes materiais parecem assumir maior importância nas funções diacríticas e simbólicas dos uniformes. Eles serviram em alguns textos literários para sinalizar o pertencimento dos indivíduos a classes sociais, estratos sociais, categorias profissionais, gênero, enfim, indicar as referências situacionais das pessoas. Nas peças teatrais de Martins Pena com guardas nacionais como protagonistas, que analisaremos mais adiante (capítulo 8), os tecidos chita e baeta são referências constantes nas descrições das roupas de homens definidos como “pobres”.

Roupas de baixo e higiene do corpo

Quando consideramos, uma vez mais, as peças dos uniformes da milícia na legislação, constatamos que não havia disposições regulamentares sobre algumas roupas cujo uso certamente não era dispensado pelos guardas nacionais para garantir o bom desempenho das ações exigidas para execução dos serviços da tropa. Neste âmbito não encontramos peças tais como camisas e ceroulas. Podemos chamá-las roupas de baixo, um termo não consagrado no período³², mas que pode ser aplicado aproximativamente, pois estas duas peças eram definidas como roupas que se vestiam por baixo de outras roupas (Moraes, 1877: I, 320; 364). O que parece caracterizá-las, em primeiro lugar, era o fato de constituírem roupas que se usavam diretamente sobre a pele. As meias, outro tipo de peça igualmente excluído do modelo governamental, eram definidas, justamente, como a parte do vestuário que cobria pernas e pés (Moraes, 1877: II, 293).

A ausência de roupas de baixo na regulamentação sobre o uniforme, indica que não havia, neste nível de definição do modelo, preocupação com as funções de higiene do corpo. E esta era, certamente, uma questão que se colocava em relação aos uniformes da Guarda Nacional. Daniel Roche (1989) faz referências, ao longo do seu texto, à utilização de uniformes sujos no Exército francês dos séculos 17 e 18. Não há porque não supormos

³² Não o encontramos no dicionário de Moraes Silva.

que o mesmo problema, com as implicações para lavagem (ou falta dela) e cheiros diversos, não ocorresse com a indumentária militar da tropa brasileira.

Nas práticas dos guardas nacionais as roupas de baixo também não eram valorizadas. No comércio dos uniformes as camisas, por exemplo, eram anunciadas em jornais mas não como mercadorias especialmente oferecidas aos guardas nacionais, tal como ocorria com casacas e barretinas. Embora utilizadas pelos milicianos elas não eram vistas como peças componentes da indumentária militar da tropa.

Como devemos interpretar este uniforme tomando em conta a exclusão destas peças de sua composição? A análise de representações literárias dos uniformes militares se revelou um caminho bastante profícuo neste sentido. No caso dos uniformes da Guarda Nacional um texto em especial é importante. Trata-se de *O juiz de paz da roça*, peça teatral de Martins Pena escrita em 1837³³.

A história dos problemas de um lavrador decorrentes das tarefas de guarda nacional que lhe são exigidas pelo juiz de paz refere-se a uma questão fundamental da vida pública, a falta de reciprocidade entre as obrigações exigidas do cidadão e os direitos que lhe são garantidos pelo Estado, problema da organização política do país que está no centro das atenções da comédia.

As situações se passam em dois lugares alternadamente: na casa do juiz de paz, sempre em audiência pública; na casa do guarda nacional Manuel João e de sua família, na qual os personagens masculinos, sempre caracterizados pela indumentária (exceção a um escrivão do juiz de paz do qual nada se diz) estão sempre chegando ou dela saindo³⁴. Vemos passar pela história o uniforme de Manuel João, as roupas de José (amante da filha), do juiz de paz e dos lavradores em audiência com este. Aqui temos apenas duas referências a roupas de baixo e em situações que as remetem para o espaço privado. Na cena XIX quando a esposa de Manuel João o avisa sobre a fuga da filha e de seu amante, ele aparece “em mangas de camisa” saindo do seu quarto para logo em seguida, tendo decidido ir à presença do juiz de paz, solicitar à mulher a jaqueta e o chapéu. A camisa não é peça de vestuário que pertença à esfera pública, ela sugere inclusive desalinho. Alguns lavradores calçam meias quando entram para a audiência com o juiz de paz, mas a mesma situação de

³³ Vide página 142 para informações mais detalhadas sobre a peça.

³⁴ Os personagens femininos não são caracterizados por sua indumentária.

desalinho é sugerida, pois são os mesmos que só se calçam em presença daquela autoridade ou entram com um leitão debaixo do braço.

Além disso, a camisa poderia sugerir mesmo falta ou ausência de alguma coisa. Moraes registra a expressão *tomar a mulher em camisa* e dá como seu significado tomar em casamento uma mulher sem dote, nem doação, alfaia ou enxoval de noivado. Uma pessoa apenas com sua camisa estaria desprovida de algo.

Estas representações sobre as roupas de baixo, nos mostram que as peças reguladas e valorizadas no uniforme eram aquelas que deveriam compor a imagem do guarda nacional no espaço público (examinaremos esta imagem no capítulo 8). Esta situação indica que as funções pragmáticas do uniforme poderiam ser consideradas secundárias em relação às suas funções diacríticas e simbólicas, estas que veremos a seguir.

CAPÍTULO 7 - FUNÇÕES DIACRÍTICAS

As funções diacríticas dos uniformes militares da Guarda Nacional tiveram importância fundamental na milícia, primeiro para o governo, que se preocupou sempre em contemplá-las na legislação e, segundo, nas práticas desenvolvidas na tropa, constituindo objeto de atenção dos guardas nacionais.

No capítulo 5 vimos como na sucessão dos planos de uniformes se concebia sempre uma maior quantidade de elementos materiais com estas funções. Veremos agora disposições regulamentares que se seguiram à promulgação de cada plano e promoveram alterações no uniforme e o tornaram essencial na distinção das categorias internas da associação.

De fato, o governo central para além de fixar os princípios normativos em decreto, desenvolveu efetivamente uma gestão do uniforme através de uma legislação complementar produzida por circulares, portarias, decisões imperiais e outros decretos, regulando o uso da indumentária na Guarda Nacional. O que podemos observar em relação ao primeiro plano de uniformes, estabelecido em 1831, é que havia a procura de um equilíbrio entre elementos que indicavam o caráter nacional do uniforme e elementos que sinalizavam diferenciações internas. Mas a gestão governamental do uso da indumentária e equipamentos pelos guardas nacionais demonstra que, posteriormente, se acentuou a preocupação com os elementos diacríticos. Parte do esforço mais geral de tornar visualmente perceptíveis e materialmente asseguradas as distinções que caracterizavam a milícia como associação estamental.

Nas práticas dos milicianos podemos observar diversas iniciativas que davam relevância no uniforme a peças com funções diacríticas, aquelas que sinalizavam distinções internas e externas na milícia. Os guardas modificavam seguidamente a composição de sua indumentária, fato que muitas vezes chegava ao conhecimento oficial mas o governo, em geral, não proibia simplesmente as modificações introduzidas, tentava apenas controlá-las, legitimando seu uso. Eles também transacionavam seus uniformes, oferecendo-os em anúncios de jornal e, neste caso, é a procura no comércio que define a seleção de peças. Será importante acompanharmos as alterações que surgiram desta maneira na tropa através

do exame das peças mais ofertadas na cidade do Rio de Janeiro e de suas características físicas mais valorizadas.

Além disso são muito esclarecedoras das tendências existentes na milícia sobre a concepção da indumentária militar duas iniciativas individuais de componentes da tropa. A primeira se refere ao uniforme que concebeu para si um comandante geral, o barão de Sabará. A preocupação em sinalizar sua posição de comando na hierarquia da milícia impeliu o coronel a valorizar os elementos diacríticos de sua indumentária. A outra iniciativa é o plano de uniformes proposto pelo tenente José Maria Araújo. Wasth Rodrigues reproduziu parte destes desenhos (1922: 78; estampa 213). O interesse deste conjunto não está em sua implantação efetiva, da qual não encontramos notícia, mas sim em sua formulação mesma.

O tenente José Maria estava, provavelmente, preocupado com as modificações no uniforme promovidas pelos guardas nacionais. Sua proposta tinha por objetivo estabelecer um novo padrão oficial pois, afinal, sua coleção de desenhos foi oferecida ao Imperador. Esta pretensão a torna muito significativa pois demonstra que embora se procurasse um tal padrão, já não se tratava mais de atender a uma associação nacional subordinada ao Governo Imperial, mas sim a corpos locais de Guarda Nacional e às demandas por diferenciação de seus integrantes, especialmente dos oficiais e, entre eles, dos comandantes.

Tanto na atuação do Governo quanto nestas práticas dos guardas nacionais havia uma ênfase nas diferenciações internas da Guarda Nacional, a saber: das armas militares, especialmente infantaria e cavalaria; dos postos da hierarquia; das unidades locais e provinciais; e de indumentárias pessoais, como podemos observar no caso do uniforme do barão de Sabará. É muito mais nestes pontos e não na configuração de elementos que identificariam a milícia em nível nacional que se concentravam autoridades e componentes da tropa quando promoviam alterações na composição da indumentária da tropa. Examinaremos, então, os elementos do uniforme que eram empregados em funções diacríticas na associação, especificamente, na diferenciação destes itens na sua estrutura administrativa e militar.

Nos concentraremos nestas diferenciações mas devemos, antes, fazer algumas observações sobre os elementos nos uniformes dos guardas nacionais que os distinguiam,

primeiramente, de civis e, depois, de soldados do Exército. No primeiro caso, o uso de um uniforme não é um critério definitivo pois, como vimos, havia no Império brasileiro uniformes civis. Os guardas nacionais se incluíam, assim, na parcela da população que devia portar um uniforme no desempenho de suas atividades, cujos indivíduos estavam, portanto, obrigados ao uso de um único modelo de indumentária, definido pelas instâncias às quais estivessem subordinados. Esta parcela se diferenciava daquela cuja indumentária era definida pelo próprio usuário, ainda que aspectos básicos de suas roupas pudessem ser determinados por certas coerções (modas, costumes, condição financeira etc.).

No âmbito dos trajes-uniforme, a Guarda Nacional deveria garantir, primeiramente, a diferenciação com uniformes civis. Cabe observar que a oposição civil/militar estava, na verdade, se construindo ainda neste período. O próprio Exército só lentamente, durante o Império, foi se constituindo num grupo com interesses, objetivos e organização próprios. Até se transformar numa corporação na República. Na Guarda Nacional, o alistamento de um indivíduo não significava retirá-lo de suas atividades particulares, sobretudo, profissionais. Isto ocorria apenas com os homens recrutados para o Exército, que eram obrigados a realizar exclusivamente as atividades militares da tropa. A qualificação na milícia era válida para toda a vida do indivíduo, mas os serviços e obrigações eram realizados em tempo determinado, findo o qual, ele estava liberado novamente para suas atividades.

Contudo, o que diferenciaria uniforme militar e uniforme civil? Ora, voltando à comparação com os uniformes designados para senadores, ministros e conselheiros de estado, verificamos que eram comuns aos dois tipos de uniformes peças de indumentária tais como casacas, sobrecasacas, calças compridas, chapéus bicórnios, sapatos, botins. As cores e dimensões destas peças. Os tecidos empregados, a camurça, por exemplo, estava presente em ambos. As insígnias imperiais - coroa e brasão- e o tope nacional. O que permitia a diferenciação, neste caso, era, em primeiro lugar, o armamento. Este, em geral, estava incluído na regulamentação dos uniformes. O uso de uma cobertura de cabeça específica, a barretina e, também, de insígnias próprias, os distintivos de posto.

A diferenciação entre Exército e Guarda Nacional não era realizada por nenhuma cor privativa, peça de roupa própria ou outro elemento qualquer de indumentária. O critério que se apresenta como o mais definitivo era o tratamento oficial dado ao

uniforme em cada tropa. Era o controle que o estado pretendia exercer sobre a indumentária da milícia e da tropa regular que representava uma diferença significativa, embora, nas intenções declaradas a preocupação fosse a mesma. O exemplo mais claro está nos uniformes definidos no início da década de 1850 para estas tropas. Ainda que se reafirmasse na reforma da Guarda Nacional que o uniforme só poderia ser modificado pelo governo através de regulamentação específica³⁵, os decretos que fixavam os uniformes apenas remetiam os modelos para os figurinos que os acompanhavam. O decreto que estabeleceu os novos uniformes do Exército³⁶, além dos figurinos, se compunha de um texto que se estendia por mais de 100 páginas. Regulava desde as peças de indumentária e suas cores até minúcias, tais como os elementos constitutivos dos botões - as cores e dimensões da coroa, castelo e orla -, a largura das correias que os soldados utilizavam para guiar os cavalos e muitas outras.

Voltaremos ao problema, com maior detalhamento, nas considerações finais. No entanto, é certo que nas práticas das duas tropas e nas circunstâncias efetivas de uso dos seus uniformes, principalmente em confrontos armados, estes se diferenciavam dos modelos previstos na legislação. No entanto, é clara a preocupação bem mais acentuada no Exército com o rigoroso detalhamento de seus uniformes, o que indica a tentativa de definir todos os elementos componentes sem dar margem às atitudes pessoais. Na Guarda Nacional, embora os textos legais expressassem semelhante preocupação, a ausência de um texto minucioso com a descrição do uniforme possibilitava ao indivíduo alistado conceber alternativas para composição de sua própria indumentária.

Os postos da hierarquia

Inicialmente o governo estabeleceu como únicas insígnias de posto para a Guarda Nacional os distintivos discriminados no segundo artigo do primeiro decreto sobre uniformes. O exame das modificações posteriores que sofreram durante o Império, através de decisão oficial ou por iniciativa dos milicianos, mostra como a preocupação com o uso de elementos diacríticos para a sinalização do lugar ocupado na hierarquia militar era prevalecente na associação. Podemos constatar que além das esferas, estrelas e banda

³⁵ Lei 602 de 19/9/1850, art. 72.

³⁶ Decreto 1029 de 7/8/1852.

previstas naquele decreto, não só foram introduzidas outras peças com função diacrítica como era uma demanda do efetivo alistado a criação de uniformes próprios para cada posto.

No período de vigência deste primeiro plano de uniformes, o Governo Imperial alterou algumas vezes os distintivos. Pouco mais de um ano após a definição do uniforme, em 2/1/1833, foi publicado um decreto que tinha por finalidade aperfeiçoar a sinalização dos postos dos oficiais no comando das maiores unidades (as legiões) e de algumas funções (cirurgiões, secretário, tambor-mor) e especializações (quartel-mestre e sargento ajudante), equiparando-os, no que diz respeito ao uso dos distintivos, a postos da hierarquia militar ou concebendo insígnias específicas, como foi o caso do ângulo de galão na cor amarela para os cirurgiões.

Já na decisão 106 de 8/3/1834, o governo constatava, entre outros procedimentos dos milicianos, o uso concomitante de dragonas e chouriças, exigindo a opção por uma das duas insígnias, nenhuma delas prescritas oficialmente até então. Trata-se agora de uma tentativa de reorientação do uso de elementos da indumentária militar, com o objetivo declarado de manter a uniformidade do fardamento mas, ao mesmo tempo, se introduzindo distintivos de postos militares. Tal era a função destas insígnias, as dragonas constituindo “distintivo militar no ombro de galão, ou metal, com distintivos dos postos” (Moraes, 1877: II, 610) e as chouriças, embora um termo não consagrado em dicionários, utilizado aqui na clara acepção de insígnia. É provável, então, que estivessem sendo utilizadas por oficiais mas não é possível afirmá-lo com certeza. A decisão governamental nada informa a respeito, nem mesmo quais graduações entre eles as estariam usando e, portanto, que distinções estariam permitindo. Contudo, o que constatamos genericamente é a prática efetiva da utilização pelos componentes da tropa de elementos que possibilitavam discriminações.

Isto significa que, poucos anos após a criação do uniforme, ocorreu nas práticas dos guardas nacionais a introdução das dragonas como distintivos na milícia. As instâncias oficiais legitimaram seu uso e este foi incorporado daí por diante. Na década de 1830 praticamente não se as anunciavam para venda, ao menos não eram discriminadas nas ofertas. Portanto, não eram, valorizadas no comércio, mas é outra a situação na década de 1850. Podemos observar, em primeiro lugar, sua discriminação freqüente nos anúncios comerciais, quando se especificavam as peças componentes do fardamento. Além disso, se

indicava se eram próprias para uma graduação específica, como na oferta de um uniforme de major do estado-maior que possuía “dragonas de cachos, rica banda, etc.”³⁷. Em 18/4/1852 elas passariam a peça componente do uniforme estabelecido nesta data através da promulgação do segundo plano da milícia.

Através da utilização diferenciada da banda, a outra insígnia do uniforme prevista nas disposições legislativas, se promoveu uma maior refinamento nas diferenciações internas da milícia. O comandante superior da Corte, em ordem do dia 23/2/1852, apontava e procurava corrigir o uso não regulamentar da banda. O decreto do primeiro uniforme estabelecia que esta peça só poderia ser usada na tropa a partir dos oficiais subalternos, portanto, do posto de alferes para cima na hierarquia. Mas naquele momento, sargentos e forriéis, oficiais inferiores, também as utilizavam. Isto significa que uma das insígnias de determinadas categorias de oficiais foi apropriada por milicianos em posições inferiores na hierarquia militar, uma tentativa de ostentar itens distintivos de outras graduações. A solução do comandante admite uma mudança, não procurou simplesmente recorrer à legislação imperial vigente. Os forriéis foram proibidos de usá-las, mas aos sargentos permitiu uma banda de lã, reservando para outros oficiais bandas manufaturadas em seda. A questão girava em torno de um elemento diacrítico, os guardas nacionais procuravam ampliar seu uso aumentando, assim, o número de categorias contempladas com este item de distinção. Enquanto o comando procurava, por um lado, restringi-lo proibindo sua utilização por categorias inferiores e, por outro, reforçá-lo estabelecendo o emprego de dois tipos de tecido para fins de diferenciação entre oficiais. Dois meses depois esta solução também seria integrada ao segundo plano de uniformes.

Todas estas alterações mostram como sempre nos deparamos no estudo dos uniformes da Guarda Nacional com a busca de diferenciações entre os postos por parte dos milicianos ou o seu aperfeiçoamento pelos comandantes e Governo. O interesse residia principalmente na sinalização dos postos de comando e temos a este respeito um exemplo bem claro no uniforme de guarda nacional do barão de Sabará (figura 6), cuja composição passamos a examinar e já apontando inovações pessoais que ele promoveu em relação às prescrições do governo.

³⁷ **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 64, 4/3/1852, p.4.

O aspecto geral de sua indumentária está de acordo com as determinações oficiais: calçado preto, calça branca e casaco azul ferrete, mas quanto a este já não se trata da fardeta com suas abas de pequenas dimensões mas sim de uma casaca com abas de forro amarelo que cobrem suas pernas até pouco acima do joelho. A peça possui a fileira de botões dourados e a gola verde estabelecidas oficialmente, mas desta aparece apenas a borda superior, coberta que se encontra por uma faixa amarela sobre a qual temos alguns bordados. O distintivo na sua extremidade é uma esfera enquanto o estabelecido eram duas estrelas separadas pela esfera. Os canhões são verdes e não amarelos como regulamentado nas disposições legislativas. Em cada ombro uma dragona dourada com franjas. Estas insígnias, como vimos, embora não constassem do plano inicial foram oficializadas na capital do Império e aqui constatamos que também foram introduzidas nesta Província. À cintura uma banda vermelha (esta cor estava definida no figurino do primeiro plano de uniformes) sobre a qual um cinto com listras amarelas; de uma extremidade da banda pende uma borla dourada terminada por franjas, cobrindo toda a lateral da parte superior da coxa direita. Uma das modificações mais visíveis foi a substituição da barretina prescrita oficialmente por um chapéu bicórnio. A base da copa é preta, a parte superior dourada de uma extremidade a outra das laterais e encimada por uma plumagem branca. Na lateral direita uma insígnia dourada acima da qual o tope nacional sob um círculo de fundo preto.

Esta composição do uniforme do barão de Sabará, um coronel comandante superior da milícia, o aproxima dos uniformes dos oficiais do estado-maior do Exército estabelecidos em 1823 (figura 7) e ainda oficialmente válidos nos anos de 1840. A casaca e o bicórnio, no tipo geral, são os mesmos, apresentando este a plumagem branca e a lateral superior em dourado e aquela os bordados da gola; quanto aos distintivos, a dragona além de ser utilizada pelo miliciano é também dourada, diferenciando-se apenas pelo menor diâmetro dos canutões que formam a franja e por não possuir os distintivos colocados sobre a pala dos oficiais da primeira linha; a banda para ambos é vermelha, as dimensões da borla são bem próximas às dos generais e brigadeiros e o coronel sobrepõe ainda o cinto ao qual aludimos.

Dragonas, banda, casaca e chapéu bicórnio se constituíram em referências para o coronel pois eram elementos dos uniformes de comandantes de alta patente no Exército. Assim, os aspectos modificados ou introduzidos funcionavam como elementos diacríticos

de um posto de comando. Uma demarcação mais pronunciada das diferenças entre a autoridade em comando e subordinados é a demanda formulada por um oficial superior da milícia no exercício dessa função e que orientou a definição de seu uniforme.

O que este caso torna claro é que havia demandas na tropa que não coincidiam com os interesses do estado, sobretudo, com relação aos elementos diacríticos do uniforme. Os guardas nacionais, de fato, modificaram aqueles estabelecidos oficialmente e introduziram outros não previstos na legislação inicial elaborada para a milícia. Entre eles podemos constatar uma necessidade bem mais acentuada do que nas instâncias de decisão de conceber elementos materiais diferenciadores dos postos militares. Dos componentes da tropa poderia advir até uma mesma proposta de uniformes específicos para cada posto como mostra o plano de uniformes elaborado pelo tenente José Maria Araújo.

Já não se concebe mais um único tipo de cobertura de cabeça para os guardas. Propõe-se agora uma barretina com o diâmetro do centro da copa menor do que em suas extremidades. Nela permanecem a virola ao alto da copa, uma insígnia ao centro e um penacho preso na parte frontal, mas a pala é curvilínea, inclinada para baixo. Pouco acima dela há uma faixa também curvilínea, cujas extremidades se prendem nas laterais. Na lateral esquerda é preso um cordão que desce até a altura do tórax. Outra barretina é cilíndrica, mais alta e com um grande penacho que se dobra para frente. A copa é circundada por um cordão que se prende no alto da lateral de onde pende a outra extremidade terminada por duas borlas que se fixam no ombro. Há também uma barretina para sargento (figura 6), menor do que as anteriores mas que possui, igualmente, a pala e a faixa curvilíneas, um cordão dourado que termina por borlas presas logo abaixo do ombro, jugular de escama dourada e um penacho vermelho com um tufo branco na base.

Propõe-se uma barretina para porta-machados, tradicionalmente de pelos e alta. Ao centro, a insígnia própria desta posição, na base a pala e a faixa curvilíneas, a jugular escamada, o cordão com borlas preso na base da copa e, também presos, um penacho na lateral esquerda e, na direita, um cordão no topo da copa, cuja borla fica pendente à altura do rosto. Barretina semelhante é proposta para o tambor-mor (figura 6), cujo uniforme não fora até então contemplado oficialmente na legislação. Foram previstos para ele os mesmos elementos e na mesma disposição da barretina dos porta-machados mas o desenho colorido

revela um penacho vermelho com olho branco, um cordão do lado esquerdo, borlas, pala, faixa, insígnia e jugular brancos; cordão do lado direito vermelho.

Além destas diferentes barretinas se propõe um capacete para membros da Guarda Nacional. Ele é semelhante àquele que já havia sido utilizado no período de D. João VI pelo clarim do esquadrão de cavalaria do distrito de Sacra-Família e a um outro que seria parte do primeiro uniforme de 1858 do tambor-mor da artilharia a pé do Exército. Tratava-se, conforme informa Gustavo Barroso a propósito do clarim, de um *czapska* polonês “peculiar a ulhanos e lanceiros, um tanto comum, então, a tropas ligeiras a cavalo, que usaram os músicos do primeiro império francês e, longamente, os nossos regimentos a pé” (Barroso; Rodrigues, 1922: 22; estampa 32). Não era, portanto, uma novidade na indumentária militar brasileira, mas constituía um tipo de cobertura de cabeça bastante diferenciado daqueles até então concebidos na Guarda Nacional. Caracteriza-se por encimá-lo uma peça em formato trapezoidal cuja base é menor do que a parte superior, da qual, neste modelo, sai um penacho em forma de coqueiro e um cordão que desce até o ombro, tendo nesta altura presa ao casaco a extremidade guarnecida com borlas.

Estas peças indicam que se concebe o uniforme da Guarda Nacional dentro de um outro padrão, largamente diferente daquele estabelecido no primeiro decreto e que se caracteriza por trabalhar com uma maior quantidade e variedade de elementos de indumentária. Já não se pensa mais naquele único uniforme concebido para toda a tropa, cuja variação no formato de algumas peças dava conta da discriminação de suas categorias. Estas coberturas de cabeça experimentam variações no formato, dimensões, materiais, elementos constitutivos, cores que estabelecem um determinado conjunto de uniformes para a milícia como modo de garantir diferenciações internas.

A ênfase está na discriminação de categorias. Por isso são propostas divisas de postos, colocadas nos ombros, no caso dragonas, inexistentes no primeiro plano que utilizava, como já comentamos, um sistema de esferas e estrelas para esta função. Apenas o guarda com o capacete não possui as dragonas. Aquelas do sargento têm a pala dourada e as franjas amarelas, para o tambor-mor ambas são brancas. Insígnias de posto quando utilizadas em outras associações armadas, os figurinos aqui apresentados não indicam as posições definidas e sua hierarquia mas sinalizam a introdução de novos elementos diacríticos para este fim.

As outras peças de indumentária também conheceram modificações substanciais em relação ao primeiro plano que configuravam diferentes uniformes para a tropa. O casaco do guarda com o capacete provavelmente era aquele denominado peliça, o mesmo que fora antes estabelecido para o clarim de cavalaria aludido atrás. No uniforme dos outros guardas o calçado preto e a calça comprida branca se mantiveram mas o casaco ganhou novas especificações. Aquele utilizado pelo sargento era ainda azul ferrete mas foram previstas para ele uma fileira de botões dourados em cada lado do tórax, ao longo das quais temos vivos vermelhos; era atravessado em diagonal, da direita para a esquerda, por uma correia branca no centro da qual temos uma insígnia dourada. A gola e os canhões eram vermelhos, funcionavam, a partir de então, para especificar este posto e não mais para identificar toda a tropa como foi previsto na legislação, na qual suas cores verde e amarelo - cores nacionais - eram elementos invariáveis. A banda uma vez mais fora definida na cor vermelha e possuía, neste caso, uma borla na cor verde, situada à altura da coxa. Ainda temos para este uniforme uma alabarda e uma espada com bainha preta cujas copa e extremidade inferior eram douradas.

A indumentária do tambor-mor comporta ainda mais elementos. Gustavo Barroso informa que havia uma regra para sua definição: a cor seria aquela da gola ou dos canhões do uniforme da unidade militar à qual pertencesse o tambor-mor (Barroso, 1935: 9). Neste caso que tratamos agora, seja pela aplicação da regra, seja pela livre concepção do autor, mais um uniforme era proposto aos corpos do município. O calçado preto e a calça branca permaneceram mas para o casaco eram sugeridas modificações. Sua cor era vermelha, a gola e os canhões eram azuis-claros, estes encimados por uma faixa branca que circundava o braço. Destacava-se um peitoral bege claro que domina toda a parte anterior da peça e era atravessado em diagonal, da direita para a esquerda, por correia branca com insígnia ao centro; cingida à cintura uma banda verde com borla dourada; possuía luvas brancas, espada de bainha preta com a extremidade, o copo e o quitô com borla dourados. Ainda na mão esquerda trazia um clarim ornamentado com fitas vermelhas e extremidade dourada.

Uma nova situação se configurava com estas modificações. Enquanto o primeiro plano, ainda, válido naquele período, concebia um único uniforme em todo o território do país para uma associação nacional, a proposta oferecida ao imperador

estabelecia não um mas vários uniformes, acentuando as distinções de categorias internas das unidades da milícia no município do Rio de Janeiro.

De fato, se a compararmos com a indumentária regulamentada pelo governo constataremos que na proposta deste oficial as dimensões de algumas peças aumentavam, os formatos se modificavam e se introduziam novos elementos, mudanças que criavam diferentes uniformes para as distinções internas da milícia. É certo que se tratava de uma concepção pessoal, provavelmente não aceita pelas autoridades competentes, mas constatando-a com modificações do uniforme implementadas na tropa veremos que ela respondia a demandas dos guardas nacionais pela criação de elementos diacríticos, às quais procurava dar um encaminhamento.

As armas militares

A diferenciação entre as armas militares da Guarda Nacional era contemplada nos planos de uniformes. Infantaria e cavalaria eram as mais importantes, a artilharia poucas referências teve sobre sua organização. Elementos específicos eram definidos para cada uma mas, ao mesmo tempo, podemos constatar uma atenção especial dada à cavalaria. Considerando o período de validade do primeiro plano, quando a determinadas dimensões físicas da barretina eram atribuídas funções diacríticas para esta categoria da organização interna da milícia, o pronunciado interesse por coberturas de cabeça na tropa e a constante preocupação das autoridades responsáveis, no comando ou no governo, pelo controle do seu uso, indicam a importância das unidades de cavalaria.

A procura por coberturas de cabeça para o uniforme da Guarda Nacional no mercado da cidade do Rio de Janeiro era significativa. Estas peças de indumentária eram as mais oferecidas nos anúncios comerciais dirigidos aos milicianos - do total de 73 ofertas as barretinas constaram em 14 e os bonés em 10 - e apareceram na tropa em formatos diferenciados daqueles prescritos oficialmente e mais de um tipo além da barretina. Este interesse parece estar voltado para a aquisição de um elemento com função diacrítica na milícia e segundo usos próprios desenvolvidos pelos guardas nacionais.

Alguns anos depois da fundação da tropa, o governo constatava e tentava coibir o uso de barretinas de diversos formatos quando apenas dois, como vimos, eram

permitidos³⁸. De imediato podemos observar a clara intervenção numa dimensão material do uniforme concebida para discriminação de categorias. Isto evidencia, de maneira genérica, o interesse por meios físicos que contribuíssem para estabelecer diferenciações. Os milicianos introduziram formas variadas e embora não seja possível avaliarmos sem informações mais precisas as razões deste procedimento, nem o nível no qual se desenvolveu, pessoal ou grupal (em unidades militares, localidades etc.), vemos que modificaram a característica física da peça estabelecida na legislação como um dos elementos para distinguir infantaria e cavalaria. Poderíamos supor que se tratava apenas de uma questão circunstancial, uma oferta alta de barretinas fora do padrão oficial, por exemplo, já que não havia controle centralizado da manufatura e do comércio destas peças, em virtude da qual os guardas nacionais, talvez, simplesmente tivessem um acesso bastante facilitado a outros formatos, embora alguns estabelecimentos comerciais anunciassem barretinas para infantaria e cavalaria e um deles³⁹ esclarecesse que as oferecia conforme o padrão decretado.

Contudo, o incômodo do governo com as alterações nos alerta que estes efeitos foram significativos, seja em função do problema da uniformidade que se desejava da tropa, conforme declarado no texto oficial, seja para garantia das distinções específicas já definidas e contempladas por outros elementos do uniforme. Não só o formato experimentava maior variação como outra cobertura de cabeça, os barretões de oleado, as substituíam em alguns casos. A propósito destas duas peças se desentenderam o capitão comandante do 1º batalhão do Rio de Janeiro e o capitão da 6ª companhia do mesmo batalhão⁴⁰. O primeiro ordenando o uso da peça pelos guardas nacionais e o segundo se recusando a obedecer, lembrando que as normas oficiais definiam o uso de barretinas e não de barretões. A discussão entre ambos envolvia também o uso dos bonés, permitido oficialmente desde a fundação da Guarda Nacional mas somente até que as peças se desgastassem e, àquela altura, maio de 1835, considerado abusivo pelo capitão comandante. Não temos o desfecho do problema mas é possível perceber que eram pelo menos três os tipos de coberturas de cabeça utilizadas pela tropa na capital do Império. As dificuldades dos milicianos em obter as peças regulamentares, o problema de fundo neste caso,

³⁸ Decisão imperial 106 de 8/3/1834.

³⁹ **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 146, 2/3/1832, p.3.

⁴⁰ **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 116, /5/1835, p.2.

certamente traziam à tona as diferentes condições de acesso ao uniforme entre os indivíduos alistados.

Estes usos das coberturas de cabeça na Guarda Nacional indicam, na verdade, que a tentativa de diferenciar superiormente a cavalaria era um dos sentidos da utilização dos elementos diacríticos na milícia. É o que demonstram disposições governamentais sobre peças dos uniformes para cada arma. Fato significativo, a primeira alteração oficial introduzida no plano de uniformes ocorreu três meses após sua definição⁴¹. Através dela se introduziram várias modificações no uniforme de cavalaria que representaram um reforço na distinção entre esta arma e a infantaria. Em três elementos as alterações foram concebidas exclusivamente para distinguir as duas armas. Na cavalaria, modificaram-se a forma e a cor dos botões da casaca que passaram a “chatos” e amarelos (permanecendo pretos para a infantaria). O correame mudou sua cor passando a ser preto e trocou-se um dos elementos da banda que diferenciava as duas armas: teve as “grandes franjas” de sua extremidade substituídas por um “pequeno botão de ouro”. Fazia-se agora referência explícita a um elemento exclusivo, as esporas, definindo material, forma e cor.

Definiram-se também outros elementos específicos da cavalaria: um escudo acrescentado ao boldrié e a chapa deste deveriam trazer daquela data em diante as armas imperiais; a canana receberia um escudo com as iniciais GN. A distinção entre oficiais e não-oficiais na cavalaria contava com novos recursos. A canana dos oficiais deveria conter, a mais, dois elementos: escova e palito; a cartucheira dos guardas seria de 10 cartuchos e, especificava-se, “ainda menores para os Oficiais até Inferiores”, possuindo ainda uma coroa e uma virola de metal. Como resultado final desta regulamentação o uniforme dos cavaleiros da Guarda Nacional obteve características próprias para as peças que tinha em comum com a infantaria, recebeu elementos exclusivos com insígnias imperiais e também novas distinções para a sua oficialidade.

No ano seguinte, a criação de um batalhão de artilharia na capital do Império⁴², na verdade, confirmava, no que diz respeito à relação entre as armas na milícia, o destaque conferido à cavalaria. Conceberam-se alguns itens específicos para a nova unidade. No seu uniforme os canhões da fardeta e os penachos seriam pretos, permanecendo,

⁴¹ Através da decisão imperial 115 de 23/3/1832.

⁴² Decreto publicado em 22/7/1832.

respectivamente, amarelos para as outras armas e verdes no caso da cavalaria. O governo seguiu aqui uma tradição estabelecida desde a reorganização militar realizada pelo Conde da Cunha em 1767, que reservava para a artilharia a cor preta para os elementos acima (Barroso, 1935: 19). Houve, portanto, respeito ao prestígio desta arma que teve mantida na Guarda Nacional uma característica distintiva e também uma subordinação diferenciada, respondendo seu comandante diretamente ao comandante superior da Guarda Nacional do Rio de Janeiro e não ao estado maior de alguma das legiões da cidade.

A nova prescrição estabelecia alguma aproximação entre artilharia e cavalaria, pois se a cor do penacho as diferenciava, seu uso era comum às duas armas. Contudo, os vínculos mais estreitos da artilharia foram estabelecidos, pelos legisladores, com a infantaria. O uniforme da artilharia foi definido como o mesmo utilizado na infantaria⁴³, à exceção das modificações propostas e podemos, então, supor que o formato da barretina fosse o mesmo para ambas.

Ainda no nível material, o armamento pessoal previsto para os artilheiros era um fuzil, arma de fogo utilizada pelos infantas. E todo o restante da organização da artilharia era baseado na infantaria⁴⁴, discriminando-se em outros itens além do uniforme, a composição de seu contingente com guardas retirados da infantaria, os critérios para nomeações, o serviço ordinário e os exercícios obrigatórios. É possível afirmar, então, que embora se concebesssem elementos específicos da artilharia, sua aproximação em vários pontos à infantaria tem como decorrência a diferenciação mais demarcada da cavalaria em relação às duas primeiras armas.

As unidades provinciais e locais

O uniforme da Guarda Nacional foi previsto como uma indumentária militar de validade nacional, portanto, seus componentes foram concebidos, predominantemente, para utilização em todo o território do país, sem variações para atender qualquer outra circunscrição político-administrativa, as províncias ou os municípios. Assim, não devemos estranhar que no primeiro plano de uniformes o único elemento criado para discriminação de unidades locais tenha sido o número do batalhão colocado na parte frontal da barretina, entre as insígnias.

⁴³ Decreto de 22/7/1832, art. 11.

Nas práticas da tropa, no entanto, se procurava contemplar através do uniforme a diferenciação destas unidades. As iniciativas neste sentido eram freqüentes e, da mesma maneira como vimos para as categorias anteriores, o governo legitimou muitas alterações realizadas pelos milicianos, tornando oficiais elementos diacríticos de tropas locais.

A introdução das dragonas pelos guardas nacionais da cidade do Rio de Janeiro em seus uniformes, que referimos anteriormente em relação à diferenciação dos postos da hierarquia, nos mostra como a utilização de elementos de validade nacional não constituía uma prioridade para os componentes da tropa. As insígnias que se passava a ostentar substituíram o trancelim que deveria ser colocado sobre os ombros. Naquele período, ainda na década de 1830, a retirada deste trancelim foi uma decorrência da solução local para uso de distintivos de posto, mas resultou em prover de elementos específicos os uniformes utilizados no município.

Estes procedimentos foram constantes na tropa e nos deparamos outras vezes com a mesma situação. O Governo Imperial oficializou para toda a Província do Rio de Janeiro, por solicitação de um chefe de legião, a troca de cores entre gola e canhão - a primeira passando a amarela e o segundo a verde - então já realizada pelos corpos do município da Corte⁴⁵. Por instâncias de um comandante da tropa, a modificação circunscrita inicialmente a um município, tornou-se válida no âmbito provincial. Considerando qualquer destes dois níveis da administração estatal, constatamos que a nova composição de cores na fardeta tornou este uniforme específico dos praças da capital do Império. Neste caso os guardas nacionais transformaram elementos invariantes do fardamento e que, portanto, eram nacionalmente válidos para todos os integrantes da milícia e serviam à identificação da associação, em elementos discriminadores de corpos locais.

As práticas desenvolvidas em torno da composição do uniforme com elementos locais provavelmente estavam muito difundidas entre os guardas nacionais. De todo o interesse para esta questão é a publicação de denúncia de roubo numa casa de bordar. De dois jogos de golas e canhões citados, a descrição de um deles, indicado para a Guarda Nacional, é a seguinte: *sendo hum da golla verde e canhões amarelllos, tendo na bordadura hum tronco de café circulando a golla, e canhões com as 19 Estrellas, as quaes eram de*

⁴⁴ Decreto de 22/7/1832, art. 12.

⁴⁵ Decisão imperial 646 de 22/12/1837.

*S.Magestade*⁴⁶. Estas estrelas, embora uma insígnia imperial (um dos elementos do escudo real de armas criado por decreto de 18/9/1822 e que representava as províncias do novo estado) e não distintivo de algum grupo em especial, tornavam particular o canhão da casaca. A bordadura na gola é, por sua vez, muito significativa (também um elemento do escudo de armas) pois a referência então mais próxima, como vimos, eram os uniformes dos oficiais do estado-maior do Exército, nos quais eram postas nos canhões, abas e golas das casacas. No Exército, portanto, distinguiam oficiais de uma instância de comando específica e colocadas nas golas e nos canhões dos uniformes dos guardas nacionais, elementos concebidos para indentificarem nacionalmente os componentes da milícia, tornavam-os elementos distintivos dos guardas nacionais residentes na cidade do Rio de Janeiro que os adquiriam.

Verificamos, portanto, a existência de elementos específicos da indumentária dos corpos locais da Guarda Nacional, cuja validade apenas em um caso se estendeu até o âmbito provincial. O uniforme efetivamente utilizado pela tropa na cidade do Rio de Janeiro não era o uniforme de validade nacional conforme prescrito na legislação. Esta situação não se restringia, no entanto, às suas tropas locais e nem mesmo à província. O uniforme do barão de Sabará é um outro exemplo de concepção das peças do uniforme da tropa para uso apenas no âmbito municipal. Ao procurar a sinalização de sua posição de comandante, para o que certamente julgou insuficiente o uniforme definido pelo governo, o compôs com elementos de indumentária já utilizados em outras tropas militares mas cuja introdução na milícia resultou de sua iniciativa pessoal. Na verdade, no caso deste oficial constatamos que ele não sujeitou o seu uniforme àquele estabelecido pelo governo mas tampouco o propôs como padrão regulamentar para a milícia. Mostrou-se num uniforme que era o seu, talvez uma apropriação bastante individual fato que precisaríamos confirmar examinando o fardamento de outros comandantes em uso nas suas tropas. Esta prática, demarcação da posição de comandante desenvolvida sobre o uniforme, permitia a sinalização da autonomia do poder local em relação ao governo na Corte e mesmo a satisfação de interesses pessoais. A indumentária deste titular revela também que não se tratava apenas de modificações em partes bem específicas do uniforme, mas que havia uma tendência a conceber uma indumentária completa para unidades locais.

⁴⁶ **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 273, 29/11/1833, p.4.

Aquele plano de uniformes idealizado em 1841 pelo tenente José Maria Araújo mostra claramente que já não se pensava mais num uniforme nacional para a milícia. Trata-se, na verdade, de um plano apenas para os corpos de Guarda Nacional da capital do Império. Nas práticas da tropa, vimos logo acima que já se atendia a demandas locais dos guardas nacionais. É possível que esta proposta tivesse por objetivo unificar novamente no âmbito municipal fardamentos em uso e já bastante diferenciados em nível individual. Mas a sua novidade consiste na tentativa de instaurar um novo padrão oficial, não para o país ou mesmo para alguma de suas províncias, mas sim para um município, identificando as suas unidades de Guarda Nacional. Trata-se do centro político da nação e é esta qualidade especial do lugar que, provavelmente, motivou o oficial a propor a diferenciação das tropas ali existentes. Este plano rompe, portanto, com a idéia original de um uniforme válido para todo o território nacional.

Esta situação só tendia a se aprofundar. Examinando anúncios comerciais de 1852, ano de implantação do segundo plano de uniformes, o que podemos notar é que raramente se ofertava um uniforme identificando-o apenas como da Guarda Nacional. O procedimento comum era sua mais completa especificação. O que se oferecia, por exemplo, era um uniforme de primeiro sargento do batalhão de artilharia da Guarda Nacional ou de guarda do 4º batalhão ou, ainda, de capitão do 5º batalhão. Poder-se-ia indicar, também, apenas a unidade militar. Assim encontramos ofertas de uniformes deste 5º batalhão, do batalhão da Candelária etc. Não se prescindia da indicação de posto e unidade específicos no oferecimento do uniforme. A diferenciação chegava, então, ao posto específico de uma determinada unidade da milícia, se aprofundando a especificação dos corpos locais.

Todas essas modificações surgidas das práticas desenvolvidas na tropa se fizeram sobre elementos diacríticos, os quais despontam, então, como o centro de interesse dos milicianos. Ao mesmo tempo, o governo não as ignorou, procurando ou suprimi-las, ou reorientá-las, ou ainda legalizá-las. Na verdade, com exceção das variações no formato das barretinas, de um modo geral, as modificações promovidas pela tropa foram legitimadas oficialmente.

Tratamos aqui dos controles institucionais estabelecidos pelo governo sobre as práticas dos guardas nacionais com relação ao uniforme. Práticas e controles não coincidem mas seguem uma mesma direção que podemos definir como uma ênfase nos elementos

diacríticos do uniforme com o fim de promover uma diferenciação mais pronunciada entre cavalaria e infantaria, entre os postos da hierarquia e das unidades militares em âmbito municipal e provincial. Nestas ações, nos distanciamos da associação e do uniforme nacionais em razão da crescente preocupação com as categorias internas da milícia, entre elas surgindo, inclusive, as especificidades de tropas locais e variações pessoais.

Quanto às funções diacríticas dos uniformes, os elementos mais valorizados eram aqueles que sinalizavam as diferenciações internas da milícia. Estas eram mais importantes do que as diferenciações externas. Consideremos que os dois planos de uniformes se distanciavam pela ênfase dada aos elementos diacríticos no segundo plano. E, ainda, que esta era a preocupação sempre presente entre os milicianos, conforme vimos em relação a duas importantes iniciativas individuais: do tenente José Maria Araújo e do barão de Sabará.

CAPÍTULO 8 - FUNÇÕES SIMBÓLICAS

Até o momento, examinamos algumas funções pragmáticas realizadas pelos uniformes da Guarda Nacional e as distinções internas e externas da organização da milícia que eles permitiam operar, ou seja, as funções diacríticas que desempenhavam. Passamos agora às suas funções simbólicas, analisando valores que a eles foram associados.

Antes de estudarmos esses valores, chamamos a atenção para a importância fundamental que as funções simbólicas da indumentária militar assumiam na tropa. Consideremos, por exemplo, a participação da Guarda Nacional em cerimônias públicas, isto é, naqueles momentos de publicização destes valores. Na cidade do Rio de Janeiro, conforme se constata no noticiário local, os guardas nacionais sem uniforme eram proibidos de participarem de paradas. Vemos, portanto, que quando se tratava da atualização dos valores ligados à milícia - disciplina, nacionalidade, civilidade, respeito às instituições, sobretudo, à monarquia - era indispensável ao guarda nacional se apresentar uniformizado. Do ponto de vista governamental havia imprescindibilidade do uniforme nas ocasiões cerimoniais.

Aquela primeira apresentação pública da Guarda Nacional na Corte⁴⁷ pode nos ajudar a avaliar melhor a situação. Apesar da elevada quantidade de faltantes assinalada, devemos considerar com mais cuidado seu significado. No relato do jornalista podemos observar que, embora tenha assinalado o fato, ele se preocupou bem mais em comentar os seguintes tópicos: a boa apresentação dos membros da milícia, que já seriam comparáveis às tropas de primeira linha, o entusiasmo dos guardas nacionais e também da população que concorreu ao local do evento, o Campo de Honra e uma grande afluência de público, com destaque para o número de mulheres que acompanhavam tudo de suas janelas (elas que pouco assistiriam a paradas militares). Descreve toda a cerimônia - revista da tropa pelo Imperador e desfile das mesmas diante do palacete - e informa sobre uma proclamação da Regência distribuída aos guardas nacionais, cujo teor, percebe-se claramente, é alertá-los sobre o fato de que, no seu próprio interesse, deveriam utilizar em defesa da ordem estabelecida o poder bélico que lhes fora conferido (vide Anexo 2). Contrariamente ao que poderíamos concluir do exposto, o não comparecimento de quase 70% do efetivo indica

⁴⁷ Vide nota 24.

que numa ocasião como esta, uma cerimônia consagratória não só da milícia mas também da Monarquia à qual deveria servir, a falta do uniforme determinou a proibição de formar em parada.

O segundo plano de uniformes de 1852 instituiria os primeiros e segundos fardamentos, estabelecendo um uniforme para os serviços da milícia e outro para ocasiões que exigiam maior aparato. Antes mesmo desta medida oficial, uniformes denominados *de gala*, ou *grandes uniformes*, já eram comercializados na cidade do Rio de Janeiro. Um guarda nacional já não podia ficar sem sua indumentária própria para determinadas ocasiões, trajando-se adequadamente quando a circunstância exigia distinção. Alguns julgavam necessário até mesmo conceber um uniforme especificamente para um evento. Assim procedeu um sargento de artilharia, que logo depois das festas de comemoração do aniversário do Imperador, pôs à venda aquele que encomendara especialmente “para 2 de dezembro”⁴⁸.

Esta situação demonstra claramente a importância do uso simbólico do uniforme. Vamos analisá-lo em relação a alguns valores recorrentes nas referências aos uniformes. Em primeiro lugar, a honra e a preservação da individualidade dos componentes da tropa. Por um lado, não bastava àquele que deveria alistar-se ser um cidadão em condições de ingressar na milícia. Era necessário que fosse um cidadão honrado. Por outro, os milicianos ao se integrarem ao contingente se preocupavam em assinalar particularidades que os individualizavam. Daí a atenção à imagem pessoal.

Em segundo lugar, a imagem do estado, mas construída a partir de um ponto de vista que o toma como meio de exploração de segmentos populares. Uma imagem específica que se utiliza do uniforme enquanto um dos elementos para sinalizar uma relação de domínio.

Uniforme e honra do guarda nacional

A noção de honra era muito importante na Guarda Nacional, particularmente para o estrato de senhores, mas válida para todo o seu contingente e defendida por ele (Uricoechea: 165-174). A honra do cidadão era condição para que ele portasse o uniforme. Uricoechea analisa como a ocupação do indivíduo era um critério fundamental para

⁴⁸ **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 8, 8/1/1852, p.3.

ingresso na milícia. Esta exigência não era observada apenas na capital do Império, onde o autor centra a maior parte de sua análise.

Examinando um caso no Maranhão, vemos como numa província distante do centro político a questão tinha importância. No *Jornal do Commercio*⁴⁹, um leitor denunciava problemas na organização da Guarda Nacional da Província e entre eles estaria o fato de que as unidades militares eram compostas por proletários uniformizados pelos oficiais e, somente, quando estes julgavam necessário apresentar seus comandados “na fôrma”. Uma irregularidade apontada era o fato de que os milicianos só seriam fardados nas ocasiões de apresentação, o que parece excluir as atividades de serviço ordinário. Mas o tom indignado que motivava sua denúncia vinha, principalmente, da qualificação de trabalhadores, os quais, segundo ele, não preenchendo os requisitos legais para ingresso na milícia não poderiam atender as exigências de autonomia política e probidade moral para se tornarem guardas nacionais. Este o problema que estaria envolvido na suposta falta de condições destes milicianos para providenciarem seus próprios uniformes.

Contudo, não bastava o miliciano possuir condições de portar o uniforme. Era preciso que, ao envergá-lo, o relacionasse a comportamentos considerados dignos de alguém alistado na tropa. A associação entre uniforme e honra era regulamentada na legislação da milícia. Nas suas disposições iniciais podemos observar como se concebia uma estreita relação entre o prestígio do guarda nacional e o uso do uniforme. É o que se depreende da determinação do agravamento das penalidades aplicáveis aos componentes da tropa em infrações tidas como prejudiciais à ordem pública ou à disciplina da associação, cometidas em duas situações: 1) no desempenho de serviços à milícia; 2) ou simplesmente estando o guarda uniformizado⁵⁰. Entenda-se bem a intenção do legislador neste caso, pois quanto ao item 1, o uniforme era exigido na realização dos aludidos serviços. Assim, na verdade, se estabelecia no item 2, que o uso do uniforme, ainda que fora do período de serviço, tornava o guarda nacional passível da mesma pena prevista para a situação “em serviço”. Esta disposição estava incluída na primeira seção do capítulo IX, que era dedicada às penalidades. Nela se estipulavam as penas de repreensão, prisão ou baixa do posto conforme o tipo de falta cometido e a gravidade das circunstâncias. Prescrevia-se

⁴⁹ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, nº 211, 1/8/1852, 1ª p.

⁵⁰ Lei de criação da Guarda Nacional, art. 84.

repreensão simples no caso de infrações leves às regras do serviço⁵¹, mas menção na ordem do dia emitida pelo comando quando o praça estivesse nas condições acima definidas, uniformizado ou em serviço, e fosse julgado culpado de procedimento que pudesse “ser danoso á disciplina das Guardas Nacionaes ou á ordem publica”.

Ao guarda nacional caberia, portanto, zelar pela imagem da tropa, o que lhe conferia uma condição diferenciada relativamente aos cidadãos não alistados. Ele era responsável não só pela realização das atividades exigidas da milícia mas também pelos significados que ela deveria assumir publicamente. Era de esperar que se punisse mais severamente as ilicitudes de um indivíduo do qual se exigia que assegurasse e representasse a legalidade - definida na vigência de uma dada ordem social e política - no país. Na situação de integrante da Guarda Nacional, o miliciano em serviço ou uniformizado, era obrigado a adotar certos padrões de comportamento e não só a ser eficiente no desempenho de suas tarefas, pois que a ele se proporcionava reconhecimento social pela posição ocupada. Afinal, o guarda nacional não se confundia com os outros cidadãos, ele deveria preencher certas condições político-jurídicas e econômicas para o alistamento - possuir renda mínima para ser eleitor - e se tornava responsável pela segurança da coletividade da qual a vida de cada cidadão dependia.

E este cidadão-guarda-nacional era identificado por seu uniforme que, então, não sinalizava apenas um indivíduo armado e com suas funções específicas numa tropa determinada, mas informava sobre um cidadão investido de responsabilidades e objetivos essenciais à sua comunidade política mais ampla, a nação. O uniforme não lhe conferia esta posição mas sem este uniforme ela não se realizava, não podia ser reconhecida como tal, estabelecendo-se uma ligação tão estreita que a sanção do uso ou não do uniforme exigiu uma disposição específica em lei.

O uso do uniforme da Guarda Nacional estava, então, associado a determinados padrões de comportamento exigidos dos integrantes da milícia e, em síntese, à noção ética e política de honra. Um caso é bastante ilustrativo desta situação. O comandante superior da cidade do Rio de Janeiro tomando ciência do estratagema de alguns bandidos que, atuando à noite e disfarçados com o uniforme, conseguiam evitar a interpelação das patrulhas noturnas realizadas pelos guardas nacionais e dissimular o porte irregular de armamento,

⁵¹ Lei de criação da Guarda Nacional, art. 83.

proibiu em ordem do dia⁵², sob pena de prisão por 24 horas, que os guardas fora de serviço andassem uniformizados.

A questão surge a partir da identificação do guarda nacional, portanto, relacionada às funções diacríticas do uniforme. O truque dos indivíduos definidos pelo comandante como bandidos, consistiu em se passarem por guardas nacionais evitando, assim, revistas policiais e conseguindo a partir daí uma certa imunidade ao manipularem a identificação de miliciano - reconhecimento pelo uso do uniforme - e simularem com este procedimento uma identidade de grupo - dada pelo compartilhamento dos mesmos objetivos (o comandante refere o engano dos seus subordinados em relação aos bandidos: “suppondo os seus companheiros d’armas, e até interessados como elles, na manutenção da Ordem”).

No entanto, a mesma questão, em seguida, toma uma dimensão simbólica. Nas justificativas apresentadas pelo oficial, ele se estende um pouco mais e argumenta que a medida evitaria três problemas. Em primeiro lugar, preveniria os “abusos” que comprometiam o uso de um “honroso uniforme”; em segundo lugar, permitiria cumprir as disposições estabelecidas superiormente em lei para manutenção da tranquilidade e segurança públicas; e, por fim, salvaria a reputação da Guarda Nacional em seu papel, naquele momento, de “primeiro sustentáculo da Ordem”. É diretamente à manutenção da ordem estabelecida que nos remetem os dois últimos problemas relacionados mas, porque a referida utilização do uniforme, atentatória à sua honra, significava também um ato ilegal e contrário à segurança pública, esta defesa da legalidade era, ao mesmo tempo, condição para o uso honrado do uniforme. A honra, assim, tanto constituía um mecanismo político na medida em que seu reconhecimento advinha da atuação em prol da sustentação do estado, como possuía uma dimensão ética pois que se exigia do guarda nacional, enquanto procedimento condizente com sua condição, não freqüentar quando em serviço de patrulha, lugares condenáveis do ponto de vista da moralidade pública - botequins, tavernas e outros estabelecimentos assemelhados - medida também estabelecida na mesma ordem do dia. A realização de objetivos institucionais e políticos da Guarda Nacional, tomada como condição da honra da associação e de seus integrantes, é referida a um uso correto, segundo as prescrições legais, do uniforme.

⁵² **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 271, 27/11/1833, p.2 (Vide Anexo 4).

Auto-imagem

A aparência pessoal era uma preocupação constante dos guardas nacionais. É ela que nos explica a importância conferida aos elementos do uniforme: na construção da imagem visual do miliciano; na busca da diferenciação do guarda nacional em relação aos outros cidadãos; no atendimento a exigências pessoais para compor a indumentária militar.

A aparência do guarda nacional era um objetivo fundamental na composição do uniforme, o que nos indica a preocupação dos milicianos com a dimensão estética de sua indumentária. Dos elementos ressaltados nos anúncios, temos algumas cores como o preto para as gravatas; a justaposição de duas cores, verde e encarnado, nos penachos tipo coqueiro; a cor dourada que se espalhava por diversos pontos do uniforme, mais exatamente, galões dos bonés, distintivos de postos (esferas e estrelas), aqueles da barretina (as chapas) e as guarnições dos correames; há também o brilho que se pretendia destes correames, obtido através do tratamento de envernização. Estes são aspectos particulares destas peças mobilizadas para aguçar a visão sobre o uniforme mas, como veremos, havia a preocupação em obter os mesmos efeitos de toda a indumentária e seus equipamentos, indicada pela constante atenção ao estado de conservação das peças, à sua “riqueza” e sua adequação à moda.

Mas esta aplicação na aparência se fazia também, e de forma especial, através de três peças de indumentária e do animal de montaria. Todos eles, conjuntamente, indicam que este aspecto do uniforme da Guarda Nacional era primordial, pois eram, com exceção do armamento (espadas) as peças com as maiores ocorrências nos 73 anúncios levantados. À farda (11 anúncios), à barretina (14 anúncios) e aos bonés (10 anúncios) eram aplicados todos os qualificativos gerais. Os cavalos constituíram a mercadoria com mais ocorrências (15 anúncios) e contavam com atenção à dimensão estética de suas características específicas. A preocupação com a aparência é então duplamente ressaltada aqui dada a maior ocorrência destas peças nos anúncios e a valorização, nelas, da dimensão estética. No mesmo sentido o animal de montaria. A exibição de sua posse já demonstrava a capacidade financeira do guarda nacional, mas era preciso que ele fosse também um “lindo” animal, somando, assim, seu porte ao do cavaleiro. Pense-se no conjunto formado por ambos para termos idéia de quanto seria importante no reforço da dimensão estética do uniforme.

Podemos observar com relação à indumentária, que são estas peças da parte superior do corpo - tronco, braços e cabeça - as mais ofertadas. É preciso que, também, apontemos na indumentária peças exteriores que compunham o vestuário básico de um cidadão na primeira metade do século XIX no Brasil e que, portanto, deveriam ser componentes do uniforme da Guarda Nacional, mas que não tiveram nenhuma ocorrência nos anúncios comerciais dirigidos especificamente aos guardas nacionais - as calças e os calçados. Ofertas destas peças eram comumente veiculadas no jornal mas não foram apresentadas como objetos próprios para os milicianos pois não as encontramos em anúncios específicos para os guardas nacionais. Isto indica que das peças referidas à parte inferior do corpo - pernas e pés - não se exigia nenhuma das qualidades específicas atribuídas ao uniforme da Guarda Nacional na faixa do comércio dos produtos anunciados em periódicos. No que diz respeito ao uniforme enquanto mercadoria, os problemas da produção de sentido e da utilização do uniforme estão referidos fundamentalmente às peças da parte superior do corpo.

Daí a importância da postura corporal dos milicianos. Havia uma preocupação tanto governamental como nas práticas da tropa em controlar os movimentos dos guardas nacionais ao se exigir ou, ao menos, se preferir uma postura ereta do miliciano. As duas barretinas que examinamos no capítulo 6 (figuras 4 e 5), ambas em acordo com o formato e dimensões utilizados no período, em razão de sua altura exigiam esta postura do seu usuário. Efeito semelhante era pretendido pelo corte e enchimentos peitorais da sobrecasaca e da casaca do guarda de infantaria. Ajustada à cintura, se alarga no tórax e nas costas de modo que assume a forma de um triângulo com a base para cima. Este ajustamento diferenciado induzia à posição ereta do corpo, o que era reforçado pelos enchimentos que também conduziam a uma empertigamento do usuário.

Nesta situação se dificultava, por exemplo, flexionar o tronco para a frente, para trás ou para os lados e se induzia os milicianos a realizarem quaisquer movimentos corporais sempre com o tronco ereto, sem inclinações. Não havia, então, impedimentos à mobilidade do guarda nacional mas um controle sobre as posturas que seriam preferíveis para desempenhar suas atividades.

A propósito da imagem do guarda nacional, reencontramos o plano de uniformes elaborado pelo tenente José Maria Araújo. É bastante esclarecedor um

comentário de Gustavo Barroso sobre os novos uniformes propostos. Ele julga que obedeciam ao gosto opulento da época e entende que alguns seriam “vistasas fantasias” (Barroso, 1922: 78). Juízos de valor, certamente, embora possamos afirmar, apoiando de certa maneira esta avaliação, que muitos elementos apresentados no plano - o peitoral, o capacete, as barretinas naquelas dimensões - não reapareceram nos planos seguintes. De todo modo Barroso sentiu uma transformação significativa na concepção dos uniformes.

Notemos que há uma maior variabilidade de peças no plano. Há pelo menos dois tipos de casacos e também de coberturas de cabeça, isto sobre a base de um conjunto invariável formado pelo calçado preto e calça branca. As dimensões das barretinas têm maior variação e também seus formatos. Há uma maior gama de cores e elas se espalham por diferentes partes do uniforme. Em suma, trabalham-se mais as características físicas das peças. O efeito geral é a maior visibilidade do uniforme. Temos as dimensões aumentadas das barretinas mas há também as variações dos formatos e expressiva é a composição de um capacete com sua forma aproximadamente de meia esfera (a pala lhe acrescenta um meio círculo na parte frontal) encimada por uma peça trapezoidal. Chama a atenção o emprego de diferentes materiais e só para ficarmos ainda com as coberturas de cabeça, o capacete introduz o metal e as barretinas se apresentam em couro ou em pelos, estes para os porta-machado e tambor-mor. As cores passam a variar também para as fardetas e a todas estas peças se juntam fileiras de botões, cordões, borlas, jugulares, penachos, que aumentam ainda mais a variação daquelas características físicas.

Podemos aqui, num exercício livre, imaginarmos uma parada com guardas usando estes uniformes com tal profusão de elementos. Com toda certeza, teríamos um conjunto de maior aparato do que aquele que poderia ser obtido com o primeiro plano governamental. Haveria para um observador semelhanças e aproximações a perscrutar, por exemplo, entre as calças e os calçados (elementos invariáveis), e também diferenças e distâncias, neste caso, entre os casacos, as coberturas de cabeça, os diversificados itens materiais de ambos (elementos variáveis). Um indivíduo que presenciasse uma apresentação teria muito mais componentes do uniforme para comparar, procurar um significado (cores, formatos etc.), examinar os detalhes. Em suma, o olhar seria atraído para percorrer todo o conjunto.

Qual a utilização que se pretendia de uniformes assim concebidos? A quais atividades militares eles deveriam servir se fossem implantados? Seguramente estavam previstas atividades de combate, participação em cerimônias, todas as tarefas de serviço ordinário etc., mas nesta nova proposta de plano de uniformes ganha relevância novamente a preocupação com as diferenciações internas da milícia e, agora, de forma ainda mais acentuada, pois além de se conceber vários uniformes para os diversos postos e especializações militares, um maior destaque visual é conferido ao guarda nacional através de um uniforme aparatoso. Um miliciano atuando no espaço público, provido de qualquer um destes novos conjuntos de equipamentos e indumentária sugeridos pelo oficial da Guarda Nacional, o colocaria imediatamente em comparação com as roupas usadas por outras pessoas, exigindo destas a avaliação de uma indumentária composta de peças bastante diferenciadas daquelas utilizadas pela população em atividades de trabalho, afazeres domésticos etc., de uso mais freqüente no dia-a-dia, ou de outros uniformes como os do Exército.

Qualidade do uniforme e diferenciação do guarda nacional

O critério censitário para ingresso na Guarda Nacional implicava não só uma seleção econômica para formar seus contingentes, mas uma seleção dos homens que se presumia, reunissem as condições necessárias para arcar com as responsabilidades políticas implicadas na consecução dos objetivos institucionais da tropa auxiliar. Pressupunha-se que o cidadão encarregado da defesa da monarquia, do estado e da nação, enfim, da sua comunidade política, se diferenciava superiormente daquele que não podia integrar a milícia. Exceção feita, é claro, àqueles excluídos em função de suas atividades. Estavam neste último caso, por exemplo, os empregados em estabelecimentos com mais de 50 cabeças de gado, dada sua importância econômica; e também as autoridades políticas, em razão da proibição de um mesmo indivíduo ocupar um posto militar e cargo que poderia requisitar força armada.

Esta imagem do guarda nacional como um cidadão que se destacava dos demais era assinalada materialmente pelo uniforme, através da boa qualidade de seus elementos componentes. No comércio de uniformes, em razão da preocupação em valorizá-los para venda, estas qualidades recebiam toda a atenção.

Podemos afirmar, então, que o uniforme veiculado como mercadoria para os guardas nacionais através dos anúncios comerciais definia os integrantes da tropa como compradores para os quais só produtos de boa qualidade poderiam ser ofertados. Tais produtos sinalizavam o guarda nacional como um indivíduo que possuía condições superiormente diferenciadas em relação àqueles não alistados na milícia.

Dois itens dos anúncios estabeleciam o uniforme como um produto deste tipo. O primeiro é a indicação de pertencimento à milícia. Encontramos frequentemente a observação de que a peça oferecida seria “própria para Guarda Nacional” ou então que ela serviria “para qualquer Guarda Nacional”. Identifica-se, antes de tudo, o público específico ao qual a peça é oferecida. Mas não é só a este objetivo que a informação atende. Na verdade, temos neste caso um primeiro elemento de valorização da mercadoria.

O que tornava uma peça “própria” para um miliciano? A compreensão deste problema exige que consideremos novamente a tropa auxiliar no momento de sua fundação. A Guarda Nacional surgiu, ainda que envolvida em polêmicas, associada à independência do país, à sustentação do estado, à atuação dos cidadãos, o que a tornava, nas declarações políticas mais explícitas, numa instituição fundamental para organização da nação em seu conjunto⁵³. Afirmamos acima que nas referências aos guardas nacionais se identificava uma parcela da população masculina - aquela com direitos políticos e que deveria zelar pela segurança militar, interna e externa, da pátria - à qual era conferida uma dignidade especial em função das responsabilidades político-militares que lhes eram confiadas. A estes homens era de esperar que não lhes fossem oferecidas mercadorias cuja qualidade não correspondesse à sua condição particular.

Quando se tratava de uma revenda, os anunciantes muitas vezes acrescentavam uma vantagem adicional, a indicação de que fizeram a “encomenda” do uniforme. Nestas condições, se denotava que a manufatura de uma determinada peça obedecera a critérios pessoais, pois que atendia a exigências formuladas pelo comprador. Acrescentavam-se, como decorrência da satisfação destas exigências pessoais, os cuidados especiais que, se poderia esperar, cercaram a manufatura da peça - quanto a material, cores, perfeição do corte e das costuras etc. - atestando-se com esta observação a qualidade do produto.

⁵³ Vide Proclamação aos guardas nacionais no anexo 2, também publicada em Jeanne Berrance de Castro (1979: 246).

É preciso fazermos uma observação sobre a indicação do preço dos uniformes. Alguns anúncios declaravam exatamente o seu valor mas, em geral, apenas o qualificavam através de expressões tais como “módicos preços”, “preços cômodos”, “dá-se em conta”, “metade do preço”, “menos da metade do que custarão” etc. Não se trata do oferecimento de produtos baratos, mas sim de mercadorias acessíveis aos compradores. Os preços não representavam uma depreciação da mercadoria, ao contrário, constituíam uma vantagem adicional ao “bom produto” posto à disposição dos compradores. Não havia oposição entre a acessibilidade do produto e as qualidades que, segundo o anunciante, o distinguiriam.

A caracterização específica de algumas peças do uniforme nas ofertas comerciais também ressaltava a qualidade do produto oferecido ao guarda nacional. No levantamento realizado de 73 anúncios, computamos 2 anúncios com o termo *uniforme* e 11 anúncios com o termo *farda*, este designando a casaca. Os estabelecimentos comerciais, com um total de 6 anúncios, não destacaram as características destes produtos mas os serviços oferecidos, no caso, o fornecimento de uniformes para todas as graduações já com seus distintivos e o atendimento de encomendas para moradores da cidade e de fora dela, a “preços módicos”. Nenhum deles traz qualquer qualificativo diretamente aplicado à peça, mas não devemos nos enganar quanto a este fato. Observe-se, por exemplo, o seguinte anúncio:

CESAR, MADAME VALAIS, E COMP. Rua do Ouvidor n.80 e 90, participão ao Publico que acabão de receber hum lindo sortimento de pannos finos, pretos, azues, e de côres; chapeos de castor da ultima moda para homem, e para Sra., veludos, e sedas de muito bom gosto para coletes, vestidos para meninos de 3 até 10 annos, e ditos para meninas. Nas mesmas casas se acha sempre grande sortimento de todos os objectos necessarios para homem, como coletes de seda veludo, fustão etc.. calças, e jaquetas de panno, ditas de brim, sarja, riscado e de todas as qualidades; casacas, e sobrecasacas, fardas das Guardas Nacionaes, capotes de oleado, panno, e barregana, meias, luvas de seda, e de algodão, suspensorios de todas as qualidades, camisas brancas, e de riscado, coletes de flanela etc.. e muitos outros objectos⁵⁴.

Quanto às fardas da Guarda Nacional, apenas se informa que estão à venda no estabelecimento, sem especificação de qualquer atributo da peça. No entanto, consideremos o conjunto das mercadorias oferecidas. O sortimento de panos, já identificados como finos, é “lindo” e apresenta opções de cores; os chapéus masculinos, cujo material é pele de

castor, são da “última moda”; são de “muito bom gosto” e de tecidos finos, seda e veludo, os coletes oferecidos às senhoras; as peças do vestuário masculino, além de serem variadas, são oferecidas em diversos tecidos. Nestas ofertas o que se enfatiza é a qualidade dos produtos, seja pelo tipo de material empregado na manufatura, seja pela variedade de cores, ou ainda, por estarem atualizados com a moda. As fardas da Guarda Nacional aí anunciadas e discriminadas juntamente com as outras mercadorias se incluem perfeitamente no conjunto sem qualquer ressalva por parte do anunciante.

Em geral, a qualidade do produto anunciado estava referida à matéria-prima e ao estado de conservação das peças. As golas e os canhões das casacas também constituíam produtos oferecidos aos guardas nacionais (5 anúncios). O material utilizado para manufatura assumia importância, em geral sua qualidade era indicada (“pano muito fino”) e foi identificado ao menos uma vez (casimira). Eram apresentados nas cores amarela e verde, prescritas oficialmente. Gravatas foram ofertadas aos guardas nacionais (3 anúncios). A seda foi num caso o material indicado. Entre as insígnias, a banda foi aquela de maior frequência (5 anúncios). Recebeu mais qualificativos gerais (feita de encomenda, nova), mas numa oferta se indicou o material, o retrós.

Capotes (3 anúncios) poderiam ser adquiridos e a principal indicação a seu respeito era o tratamento recebido (encerado). Um dos capotes anunciados não era exclusivo da Guarda Nacional pois também se o ofertava para a Marinha. Numa oferta de pasta e noutra de carteira, se destacou o bom estado de conservação de ambas.

Às espadas estavam frequentemente associados os qualificativos gerais, pouco se ressaltando de suas características físicas específicas (com exceção das identificações de espadas tortas e direitas). Mas a qualidade da lâmina poderia ser afirmada (“com muito boas folhas”); o detalhe esmerado poderia receber destaque (“punho de roca”); às vezes uma indicação genérica de qualidade do objeto era fornecida (espadas “finas”, “famosas”).

A consideração de todas essas indicações mostra, portanto, que se oferecia aos componentes da tropa um *produto de qualidade*, ou seja, uma mercadoria que primava pela excelência de todos os seus aspectos - emprego de técnicas e materiais aprimorados na sua manufatura, acabamento esmerado etc. O uniforme deveria contemplar, assim, as necessidades e interesses dos guardas nacionais, mas concebidos como os cidadãos aptos a

⁵⁴ **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 2-3-8/7/1834.

defenderem militarmente as instituições políticas e, por esta via, garantir a segurança da nação, investidos que estavam de funções relevantes junto à coletividade que deveriam a um tempo vigiar e proteger. Não só ao guarda nacional eram oferecidos produtos de qualidade, mas seu uniforme só poderia consistir num produto deste tipo, o que o define como um elemento material que reforçava as condições superiormente diferenciadas do miliciano.

Dos interesses públicos aos pessoais

No estudo das funções simbólicas do uniforme da Guarda Nacional, vimos até o momento, como elas implicavam fortemente a concepção da milícia como uma associação armada fundada para atender aos interesses públicos numa nação que procurava se estruturar⁵⁵. É de todo o interesse examinar, agora, representações mais críticas do papel atribuído à milícia na construção da nacionalidade. No nosso caso, devemos analisar a maneira pela qual o uniforme foi utilizado na elaboração destas representações. Alguns trabalhos de Martins Pena constituem um bom ponto de partida para estudo do problema.

Criticando as práticas dos guardas nacionais, o autor vê nelas o predomínio dos interesses pessoais numa instituição pública, sobretudo, na segunda peça teatral que escreveu sobre a milícia, *Judas em sábado de aleluia* (1844). O uniforme do personagem José Pimenta é apresentado nas indicações iniciais da cena II: *farda de cabo-de-esquadra da Guarda Nacional, calças de pano azul e barretão - tudo muito usado*. Deste uniforme é indicada mais uma peça componente, a patrona, na qual carregava várias ordens de prisão contra o miliciano fugitivo Faustino. Há um esclarecimento prévio que precisamos fazer. Na cena VIII indica-se que José Pimenta ao chegar em casa coloca sobre a mesa sua barretina e não o barretão anteriormente referido. Qual das duas peças foi concebida para o personagem? Havia uma diferença significativa entre elas pois a segunda era utilizada na prática mas não fora prevista no decreto sobre uniformes e vimos como Martins Pena dava atenção à composição do uniforme, optando preferencialmente, pelos usos não regulamentares mas desenvolvidos efetivamente pela tropa. É possível que haja um engano nesta edição, considerando que resulta do confronto entre dois outros textos produzidos em anos diferentes. Podemos optar pelo barretão, indicado na descrição acima, pois é outro

personagem, o capitão Ambrósio, sem qualquer engano de redação ou cópia, quem usava barretina.

A apresentação de Martins Pena introduz uma nova dimensão do uniforme da milícia, o seu *desgaste*. A indicação *tudo muito usado*, em primeiro lugar, refere a situação financeira do cabo: ele não tem condições de trocar seu uniforme, o que o caracteriza como um dos membros de baixa renda da milícia. Mas é também um uniforme gasto, no sentido de que recolhe no seu aspecto físico o desgaste dos procedimentos dos guardas nacionais. Após a descrição do seu uniforme, o personagem José Pimenta é introduzido através da declaração dos expedientes ilícitos que desenvolve na Guarda Nacional para aumentar seus rendimentos. Ele cobra pelos serviços públicos oficialmente não remunerados que realiza, ao mesmo tempo que abandonou o ofício de sapateiro. O guarda nacional, neste caso, embora uma pessoa de poucas rendas, não é vítima mas beneficiário de uma atividade ilícita.

Com estes procedimentos é a própria Guarda Nacional que é posta em jogo. Ela retira homens de seus ofícios, ao mesmo tempo que passa a ser utilizada para aumentar o rendimento destes sem correlação com trabalho. Não é apenas o comportamento ilícito do guarda nacional o problema apresentado mas a constituição mesma da tropa auxiliar, utilizada como forma de obter rendimentos ilícitos e preferível ao trabalho produtivo. Mas a milícia não promovia apenas ilicitudes como acobertaria também práticas criminosas, pois o cabo José Pimenta estava envolvido no crime de falsificação de notas, atividade realizada por um sócio que vem visitá-lo na parte final da peça.

Oficiais da Guarda Nacional não agiam de forma diferente do restante dos componentes da tropa. O capitão Ambrósio é rival do guarda nacional Faustino na disputa por Maricota, filha do cabo José Pimenta. E para prejudicar a este, cumula-o de serviços (guardas, rondas, manejos, paradas, diligências). Também determina que o castigo para aqueles que não contribuíssem para a aquisição de uniformes e instrumentos para as bandas de música dos corpos seria a convocação para o serviço. Este, longe de significar apenas uma obrigação regulamentar, se transformava numa ameaça constante aos guardas nacionais. E não se trataria do comportamento arbitrário de alguns de seus oficiais - o capitão ordena ao cabo que procure o sargento da companhia para prender o guarda

⁵⁵ Para uma análise do problema, não só considerando os uniformes mas toda a organização da Guarda

Faustino e afirma que possuía ordem do comandante superior para realizar a prisão. Com o envolvimento de todos estes postos da milícia é sua inteira hierarquia e todo o seu contingente que estão implicados nestas práticas.

O uniforme gasto indica, no texto, o desgaste da própria Guarda Nacional. Esta formulação sobre os problemas observados na instituição apontam para sua crítica em termos de uma comparação com os valores associados pelo estado à tropa. A milícia cidadã apregoada pelas autoridades governamentais, desde a década de 1830, acobertava práticas ilícitas e até mesmo criminosas na peça de 1844. O governo continuava a sustentar os mesmos valores, mas Martins Pena, crítico da Guarda Nacional desde sua criação, leva para o interior da tropa a origem dos problemas que sofrem seus componentes e não mais os localiza fora dela como na primeira peça - *O juiz de paz da roça* (1837) - quando era o juiz de paz que convocava os guardas nacionais para os serviços, enviava presos para a guerra no sul do país e explorava a população pobre. Os problemas se apresentavam, então, para o autor, em termos de desgaste da instituição e este uniforme de cabo está ali para assinalá-lo materialmente. Esta situação se estende à Corte, o centro do comando político. Esse é o mesmo sentido do traje *muito usado* do judas, conforme indicamos no parágrafo abaixo. Mas observemos antes que, para completar a crítica, temos a inclusão do sistema jurídico, na última cena, desta vez sem referências materiais, quando, ao final, o perseguido guarda Faustino afirma, enquanto castiga seus perseguidores, que o código criminal estaria incompleto e a aplicação das leis não seria eficaz e daria lugar à impunidade.

O desgaste da Guarda Nacional assume uma dimensão política mais ampla com as referências do autor à brincadeira de malhação do judas no sábado de aleluia. A primeira indumentária de importância na peça é aquela com a qual um grupo de crianças montava o boneco. O autor prescreve os seguintes trajes: casaca de Corte e colete, ambos de veludo, botas de montar e chapéu armado com penacho escarlate. O boneco deveria possuir ainda um bigode e outros elementos indicados apenas por um “etc.”. Este vestuário caracterizava, genericamente, um indivíduo da órbita do centro político do país e indicava o seu refinamento e posses. Seu chapéu é ornamentado e suas roupas são de veludo, tecido associado à maciez, ao conforto e à beleza. Quanto às botas mesmo entre os homens livres havia parcela deles que não tinha acesso a estes calçados. Os bigodes recolhem aqui toda a

Nacional, veja-se o capítulo IV de **A milícia cidadã** (p.62-102).

preocupação com aparência pessoal, exigem cuidados constantes para mantê-los limpos e aparados, o que demanda tempo disponível e condições financeiras.

Este traje está ali para representação. O judas, como se sabe, é um boneco que representa o personagem bíblico Judas, sempre queimado nos sábados de aleluia, encerrando o período de penitências da quaresma. Há duas significações que pode assumir. A primeira é do personagem associado ao mal, que deve ser castigado, podendo identificar na comemoração popular algum acontecimento ou pessoa percebidos pela coletividade como representante daquele mal. Outra, pode enfatizar sofrimento, lembrando que o judas é malhado e queimado, representando neste sentido uma vítima. É a primeira significação que é aplicada, no texto, ao traje de Corte. Este deveria estar, na prescrição do autor, “muito usado”, trata-se, portanto, de um vestuário gasto e envelhecido. Compondo a representação do Judas, ele está ali para significar a Corte, contaminando com sua qualidade, o centro político do país. Gasta, então, está a Corte e é ela o mal passível de castigo.

A faixa de escolha

O uniforme da Guarda Nacional enquanto um produto à disposição dos milicianos no mercado pressupunha escolha para sua aquisição e, assim, nas ofertas de venda assumia importância fundamental a indicação de que o produto anunciado poderia satisfazer exigências pessoais. Estas exigências se relacionavam à preocupação com a aparência do guarda nacional. Desta forma, o uniforme constituía um meio de assinalar particularidades do usuário através da elaboração de sua imagem visual.

Dos qualificativos atribuídos ao uniforme ou às suas peças componentes, alguns eram utilizados praticamente em todos os anúncios. Examinaremos estes em primeiro lugar, procurando estabelecer as qualidades gerais atribuídas ao uniforme. Mas cada peça contava também com seus qualificativos específicos e conforme formos definindo-os encontraremos as qualidades particulares atribuídas a cada uma.

Uniformes ou peças do “melhor gosto” ou de “bom gosto” eram constantemente oferecidos. Os uniformes eram, assim, valorizados na medida em que sua escolha se fizesse conforme o bom-gosto do guarda nacional, ou seja, estivesse submetida ao poder de discernimento do comprador quanto à excelência e à beleza do produto. Este uniforme deveria corresponder, na decisão de compra, ao “gosto” e não apenas obedecer a

especificações técnicas ou prescrições gerais e homogeneizadoras de suas características físicas. Isto significa que a satisfação de exigências pessoais era um critério ao qual o uniforme deveria atender e que, portanto, o uniforme estava sujeito às escolhas individuais.

Os uniformes estariam referidos ao gosto porque também experimentariam variações da moda, conheceriam tal como a indumentária civil uma valorização por corresponderem ao “último gosto”⁵⁶. Não era incomum o destaque às peças “recentemente chegadas”, tal como observamos para gravatas oferecidas aos guardas nacionais. Estes poderiam se interessar não só por mercadorias que satisfizessem suas preferências individuais como exigir que estivessem de acordo com as últimas novidades lançadas. Em suma, a moda também introduz nos uniformes os critérios e as variações do gosto pessoal.

Havia também demanda por penachos (4 anúncios). Estes constituíam elementos das barretinas (ou outro tipo de cobertura de cabeça) mas eram vendidos separadamente, fato que nos indica a possibilidade, na aquisição, de escolha pessoal para combinação de penacho e cobertura de cabeça. Aumentava esta possibilidade a existência de mais de um tipo de penacho, pois encontramos anunciado o tipo coqueiro, apresentado nas cores verde e encarnado. As gravatas (3 anúncios) também se apresentaram, por um preço, com laços e, por outro, sem laços.

Enfim, no uniforme assumiam importância os critérios pessoais nas opções de compra, seja em razão da possibilidade de escolha entre os diferentes tipos de uma peça, seja pelo fato de que deveria responder às exigências do gosto e da moda.

A preocupação com a moda torna fundamental no uniforme o problema de sua dimensão estética para fins de sinalização de distinções. Tal como vimos para a importância atribuída à farda, à barretina, aos bonés e ao animal de montaria. Submetê-lo às definições da moda significa conceber suas peças e elementos componentes para aguçar a percepção sobre o conjunto formado (o uniforme) e através deste ao seu portador, isto para conferir ao indivíduo uniformizado uma posição distintiva. Emerge aqui a questão da aparência do guarda nacional, pois é em atenção a um *parecer* que ele se dedica a elaborar seu uniforme. É por constituir uma indumentária que deve seguir a moda que nas ofertas de venda do uniforme da Guarda Nacional, tomam importância as observações sobre seu estado de conservação. A todo momento nos deparamos com as expressões “tudo novo”, “sem uso

⁵⁶ **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 73, 2/4/1834, p.4.

algum”, “em bom uso”, “nunca serviu” ou, ao menos, se observava que a mercadoria era “quase nova” ou de “muito pouco uso”. Atentar para o estado de conservação significava, primeiramente, preocupação em adquirir uma peça funcional. É o que se exigiria, por exemplo, das correias que prendiam o armamento e os equipamentos ao corpo do guarda nacional. Contudo, o que se destaca nos anúncios de ceras para estas correias? É o brilho que se poderia conseguir com a aplicação do produto⁵⁷. Clara indicação de que também se procurava garantir com estes cuidados as condições de apresentação das peças que permitiam ostentá-las como componentes do uniforme.

Ainda um último qualificativo geral aplicado ao uniforme, o termo “rico”, também se refere, ao lado dos variados sentidos que poderia assumir, à aparência do guarda nacional. De fato, encontramos referências ao “rico uniforme” ou à “rica farda” da Guarda Nacional, embora numa frequência bem menor de que os termos anteriores, mas tão importantes quanto estes. No *Dicionário da Língua Portuguesa* (Moraes, 1877: II, 615), o termo está associado à idéia de superabundância ou de objetos, os bens de fortuna, ou de valor financeiro (“um rico chapéu”); podendo, ainda, ter aplicação em sentido figurado (“a língua Grega é mais rica que a Latina”). Finalmente, em mais um sentido figurado, designaria todas as coisas materiais que se caracterizam pela quantidade de artifícios, ou seja, aquelas que têm uma dimensão artística. No exemplo fornecido na publicação, armas ricas em arte eram aquelas que tinham valor em função de seus artifícios, elementos concebidos para incentivar a apreciação do objeto. Sua riqueza implica sua beleza ou, voltando ao nosso caso específico, um uniforme rico é também um uniforme belo. Aqui a aparência do guarda nacional está no centro da questão pois é a dimensão estética do uniforme que importa fundamentalmente na sua apreciação. Isto indica que eram os aspectos físicos da indumentária, quando eles podiam atrair o olhar, o centro de interesse do guarda nacional e que poderia definir sua opção pela compra da mercadoria oferecida.

A beleza do uniforme, dada pela abundância de seus elementos materiais, enfatiza de maneira fundamental as características físicas da indumentária militar em função da aparência de todo componente da tropa. Quando os objetos eram qualificados desta maneira, era sobre o valor de suas características físicas que se chamava a atenção. A riqueza do uniforme estava nesta abundância, que certamente não significava apenas uma

⁵⁷ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, nº 108, 16/1/1832, p.3.

enorme quantidade de elementos mas também uma certa intensidade de seus aspectos físicos - a riqueza poderia ser do material, das cores, do acabamento. Percebido na intensidade destes aspectos, o uniforme impressionava e esta possibilidade de impressionar era a característica oferecida ao guarda nacional para despertar seu interesse pelo produto.

Os qualificativos específicos atribuídos a algumas peças componentes do uniforme poderiam ressaltar a aparência do guarda nacional. Uma particularidade dos bonés era quase sempre ressaltada: os galões de “ouro fino”, “ouro verdadeiro”, “muito largo” etc. Todos esses elementos contribuíam para conferir um destaque à peça. Os galões não eram apresentados como distintivos para categorias militares e tendiam a cumprir a função de ornamentos, tal como eram utilizados na indumentária civil: realçar a percepção da peça sobre a qual eram colocados. Eis porque material, cor e dimensão deveriam potencializar este efeito. O ouro acresce valor à peça, por isso mesmo sua alta qualidade era também destacada. A cor dourada estava implícita na indicação do material e poderia ser facilmente associada a brilho. A dimensão, “muito largo”, reforçava os efeitos obtidos com os dois elementos anteriores.

Ao penacho coqueiro se conferia destaque através da justaposição de cores cujo efeito visual era aumentado pelo seu formato - assemelhando-se a um coqueiro, contava com uma haste que fazia as vezes de tronco e um tufo na parte superior que lembrava a copa da árvore (a cor específica de cada parte não é indicada). Já nas gravatas se destacava a cor, o preto; para algumas se enfatizou o fato de que foram envernizadas, preocupação em indicar a aplicação de tratamento especial.

As insígnias da barretina - chapa de metal com a inscrição “Guarda Nacional”, tope nacional e coroa imperial - denominadas “chapas” apareceram em dois anúncios, com destaque para a cor dourada e sempre associadas à cobertura de cabeça. A mesma cor foi enfatizada no único anúncio que inclui as esferas e estrelas colocadas na gola da casaca para identificação do posto ocupado pelo guarda nacional.

Havia oferta no mercado de objetos relacionados ao armamento em geral. O destaque de suas características físicas também nos remete ao problema da aparência do guarda nacional. As cananas constituíam mercadoria procurada (11 anúncios), mas não se discriminavam suas características físicas específicas. É também sem nenhuma especificação a única ocorrência de coldres para armas de fogo.

A mesma quantidade de ocorrências das cananas (11 anúncios) encontramos para as correias que serviam para prender as armas do guarda nacional ao seu corpo. Os talins (às vezes grafados como telins), especialmente utilizados para as espadas foram os mais ofertados (8 anúncios) e, geralmente, objeto de negociação entre particulares, apenas uma loja de alfaiate ofereceu-os e em nenhum caso há destaque para seus aspectos materiais. Na acepção de boldriés, isto é, utilizadas tanto para espadas quanto para armas de fogo (e neste caso também chamadas cinturões) encontramos menos referências (3 anúncios), apresentando uma frequência bem abaixo dos talins. O termo correame também era empregado (5 anúncios), podendo englobar qualquer das correas referidas. Mas no caso de todas essas correias, temos a indicação das seguintes características físicas: o material, couro; com tratamento especial, envernizado; possuindo como complemento, guarnições (podendo se constituir de metal) na cor dourada.

Dos equipamentos, foram oferecidos selins (3 anúncios) e também esporas, freios, fiel e garupa (1 anúncio cada um). Todas essas peças recebem qualificativos gerais, ressaltando-as como próprias para os guardas nacionais ou enfatizando o bom estado de conservação. Apenas a espora tem indicado o material: latão.

É preciso considerarmos, à parte, mas fortemente relacionado ao uniforme, um acessório vivo que poderia ser utilizado pelos guardas nacionais, o que, de fato, foi o caso muitas vezes. Nos referimos ao próprio animal de montaria, sempre um cavalo e nunca um muar. Ele não era parte componente do equipamento do uniforme: nenhum documento legislativo ou anúncio comercial o inclui nesta categoria, mas foi, no período analisado, a mercadoria mais ofertada aos guardas nacionais⁵⁸ (15 anúncios). Na sua esmagadora maioria (14 anúncios) foram objeto de negociação entre particulares, tendo apenas uma cocheira anunciado a venda de um animal. Havia, portanto, um grande interesse pelos animais na Guarda Nacional e não pela necessidade óbvia de que os integrantes da cavalaria deveriam possuí-los, mas em função das exigências que recaiam sobre seu aspecto físico e desempenho - nem podemos afirmar que não fossem oferecidos à infantaria uma vez que alguns anúncios traziam a observação de que serviriam “para qualquer guarda nacional” (os infantes poderiam não utilizá-los em serviço, mas sim em outras ocasiões, exibindo uma mercadoria adequada à sua condição de guarda nacional).

⁵⁸ Com exceção das barretinas e bonés considerados conjuntamente (25 anúncios).

Item de significativa demanda, o que se observava num cavalo que se pretendia adquirir para uso na Guarda Nacional? O que é claro desde um primeiro exame sobre os aspectos de interesse, é o fato de que os mesmos qualificativos gerais atribuídos ao uniforme eram utilizados como critério para aquisição dos animais. Todos eram oferecidos como apropriados aos guardas nacionais e se apontava constantemente como eram novos e poderiam ser adquiridos por cômodo preço. Já observamos como estes qualificativos indicavam a boa qualidade do produto oferecido e podemos notar ainda, neste caso, uma insistência em declarar os motivos pelos quais o dono punha à venda seu animal: “vende-se por se não precisar d’elle”; “por mudança de casa”; “por seu dono não precisar delle, e não tem defeito algum”; “por não se ter aonde o guardar”. Havia a preocupação em deixar claro que não se ofertava um animal defeituoso ou com algum outro tipo de problema. Estes, se existissem para o dono, decorreriam tão somente das suas necessidades e circunstâncias.

Havia ainda as qualidades específicas dos animais para montaria. Apenas uma vez a qualidade anunciada do cavalo associou-o a uma atividade de trabalho. Um proprietário da rua do Ouvidor, entre outras indicações sobre o animal que ofertava, afirmava que este servia para Guarda Nacional ou para conduzir um carrinho⁵⁹. Outros qualificativos mais freqüentemente utilizados relacionavam-se ao porte e andadura do animal. Quase sempre se anunciava que o cavalo tinha “bons andares” ou, então, que ele desenvolvia “muito boa marcha”. A estes cavalos se acrescentava na maioria das vezes que eram mansos, ou seja, se obtinha facilmente o seu controle. Não se tratava de indicar a rapidez ou a força do animal mas um cavalgar mais vagaroso, controlado e por isso mesmo que não exigia a força do condutor mas sua destreza. Daí porque esta andadura e esta mansidão do animal poderiam torná-lo também adequado para senhoras⁶⁰. A mulher, especialmente a “senhora” que poderia andar a cavalo, não estava ligada ao trabalho produtivo mas sim a uma condição nobre (Moraes, 1877: II, 667). A referência no anúncio, portanto, reforçava e sintetizava as qualidades indicadas. É uma feminilidade específica, ligada a uma certa distinção pessoal, que vem recobrir as características do animal e seu condutor.

Outros qualificativos definiam claramente os valores estéticos do cavalo. Ele poderia ser capão, bonito, lindo, de boa figura, vistoso e, ainda, neste mesmo sentido,

⁵⁹ **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 52, 2/10/1832, p.4.

soberbo. Os qualificativos “grande” e “boa altura” reforçavam a afirmação da beleza do animal na medida em que potencializam a “figura” que ele formava para o comprador. Uma única vez o cavalo anunciado foi dito “gordo”, qualificativo que em meio aos outros geralmente utilizados indica muito mais a robustez do animal, teria a mesma função dos dois anteriores e de qualquer forma, só apresenta esta ocorrência enquanto todos os outros citados até aqui têm uma frequência bem superior. Não resta dúvida de que a aparência do cavalo é o critério mais importante para definir sua aquisição.

Imagem do estado: uniforme e exploração dos segmentos populares

Vimos como a qualidade do uniforme era referida à importância que se conferia à Guarda Nacional enquanto uma das instituições que poderiam organizar o conjunto dos cidadãos num estado nacional. No entanto, outras dimensões físicas do uniforme serviriam à elaboração de uma outra imagem do estado durante o Império. A observação da composição e do estado de conservação de uniformes efetivamente utilizados pelos guardas nacionais pode nos remeter a um aspecto da relação miliciano/estado, marcado por uma disparidade ou mesmo oposição de interesses. Talvez seja a dimensão ideológica deste problema que tornou bastante raras as referências a ele nos textos oficiais, ao mesmo tempo que o fez aparecer no plano das representações literárias, mais especificamente nas comédias teatrais de Martins Pena. Nestas, os elementos componentes do uniforme e suas más condições de uso - apresentado como incompleto ou velho e desgastado - passam a significar a opressão e exploração dos “homens pobres” pelo estado realizada através da Guarda Nacional. No nosso trabalho não são as críticas do autor que nos interessam principalmente. Mas sim o fato de que é a estas condições efetivas de uso que ele se reporta para atribuir significados e mobilizar, assim, o uniforme existente na tropa para por em relevo uma relação conflituosa entre o guarda nacional e o estado que procurava subordiná-lo.

Estudiosos da literatura brasileira (Cândido, 1993; Bosi, 1994; Moisés, 1989) destacam o grande sucesso das peças teatrais de Martins Pena, nas décadas de 1830 e 1840, época de sua produção⁶¹ e mesmo posteriormente, durante todo o Império. Desenvolvendo o gênero da comédia de costumes, este autor se afastou das representações mais idealizadas

⁶⁰ **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 220, 27/9/1833, p.4.

do romantismo e se voltou para aspectos da organização social de seu tempo. Ele tinha uma definitiva preferência pelos homens “pobres” - aqueles que enfrentavam dificuldades para garantir a partir de ocupações estáveis as condições mínimas para reprodução da existência. Suas peças estão repletas de indivíduos desta ampla categoria e entre eles incluem-se os militares, ou mais precisamente, todos aqueles pertencentes às posições subalternas na hierarquia de associações armadas, em especial, a Polícia, o Exército e a Guarda Nacional.

Os guardas nacionais são os personagens principais em dois de seus trabalhos. Ambos constam da edição crítica organizada por Darcy Damasceno em 1956. O primeiro se intitula *O juiz de paz da roça* (Martins Pena, 1956: I, 28-56), comédia em um ato cuja redação inicial data provavelmente de 1833; em 1837, o autor elaborou uma cópia manuscrita já introduzindo alterações e no ano seguinte procedeu a novas revisões (anotadas em papéis esparsos) encenando, finalmente, a peça. Registram-se as seguintes edições: 1842, 1843, 1855, 1871, 1898, 1914, 1927 e 1943. Na edição crítica consta o texto publicado em 1843 acompanhado de notas e variantes referentes ao manuscrito de 1837. O segundo, já referido, é *Judas em sábado de aleluia*, outra comédia em um ato, escrita em 1844, representada pela primeira vez ainda neste mesmo ano e editada em 1846, 1852, 1871, 1873, 1898, 1914, 1927 e 1943. O texto base estabelecido por Darcy Damasceno (Martins Pena, 1956: I, 127-163) é baseado na edição de 1873 cotejada com o manuscrito original.

O enredo da primeira peça é, sucintamente, como segue. A filha do lavrador e guarda nacional Manuel João combina uma fuga com o amante a fim de se casarem mesmo sem o consentimento do pai. Este retorna para casa após o trabalho na lavoura pela manhã e durante o almoço recebe a visita do escrivão do juiz de paz com uma intimação para que conduzisse um preso recrutado à força para a Corte. Após algumas reclamações de sua parte e ameaças do escrivão aceita a incumbência. Todo o segundo quadro passa-se na casa do juiz de paz onde ele realiza as sessões de julgamento de pequenos casos da localidade, resolvidos segundo os próprios interesses que tivesse em cada um. Manuel João recebe o preso e retorna para casa sem saber que o homem que conduz é também o amante de sua filha; esta tão logo reconhece o amante foge com ele. Retornam casados, conseguem a aprovação dos pais e todos vão para a casa do juiz para solicitar o cancelamento da ordem

⁶¹ Martins Pena faleceu em 1848 num acidente marítimo.

de prisão do rapaz; lá organiza-se de improviso uma festa para comemorar o acontecimento.

Martins Pena voltaria a colocar os guardas nacionais como personagens principais na peça *O Judas em Sábado de Aleluia*. Este trabalho comprova o sucesso alcançado pelo autor, pois encontramos anúncios de sua apresentação em 1852, durante a primeira semana dos meses de janeiro e fevereiro, no final de abril e começo de maio e, ainda, no dia 25 de setembro, portanto, oito anos após sua elaboração. Este fato ressalta ainda mais a importância da peça se considerarmos a organização dos eventos teatrais naquele período. As apresentações eram noturnas, se iniciavam com um drama, geralmente em três atos, a principal representação da noite; prosseguiam com uma peça musical, um dueto, por exemplo; e terminavam com uma comédia. Constatamos, portanto, que *O Judas* mesmo não constituindo o tipo de peça que ocupava o lugar principal nas apresentações teatrais, entrou para um repertório de comédias - naquele ano se destacavam, entre outras, *Asno é sempre asno*, *O recrutamento na aldeia*, *Quem tem boca não manda soprar* - que encerravam os espetáculos.

O uniforme da Guarda Nacional será mobilizado no texto de diferentes maneiras. Vejamos o enredo novamente para conhecermos com mais detalhes personagens e situações. Na casa do cabo da Guarda Nacional José Pimenta um grupo de crianças prepara um judas, o boneco utilizado nas comemorações do sábado de aleluia. As duas filhas do miliciano discutem no interior da residência e divergem sobre a maneira mais eficaz de conseguir um casamento, objetivo de vida prescrito às mulheres conforme afirmam no próprio diálogo que travam. Maricota namora vários homens pela janela e defende este comportamento como o método mais seguro, pois ao abrir um leque de opções garante várias possibilidades de obter um marido, desde que cada pretendente pense ser o único a receber as atenções dela. Critica a irmã Chiquinha, chamando-a sonsa pois que também namoraria, mas dissimuladamente. Esta última, ao contrário da primeira, permanece costurando um vestido no interior da sala e defende uma atitude prudente e honesta, acreditando que a irmã não poderá ocultar seu comportamento e os homens não casariam com mulheres namoradeiras como ela.

José Pimenta, identificado como guarda nacional entra em cena e se regozija com o aumento de renda que lhe proporcionou o abandono do trabalhoso ofício de sapateiro

para integrar a Guarda Nacional, cobrando ilicitamente pelos serviços de rondas, guardas e escoltas de presos (serviços públicos não remunerados aos quais estavam obrigados os qualificados na milícia). Ele e Chiquinha saem da sala e Maricota recebe a visita de um pretendente, o empregado público Faustino o qual, diante da resistência da moça aos seus galanteios, diz que sofre por ela pois é guarda nacional e seu superior na tropa, o capitão Ambrósio, que também deseja Maricota, sabe do seu amor por ela e usa sua autoridade de oficial para persegui-lo. Faustino logo tem que se esconder pois chega o rival poderoso com ordens de prisão contra ele. Disfarça-se, então, tomando o lugar do judas. A partir daí, sem poder evadir-se para a rua e sem ser percebido pelos outros, descobre um a um os segredos de todos os personagens.

Maricota engana a ele e ao capitão, aceitando a corte que lhe é feita por este. A moça é obrigada a sair quando o pai retorna e entra em conversação com o oficial sobre as perseguições que Ambrósio move contra Faustino, na verdade, como sabemos, um meio empregado para afastar este concorrente ao amor da moça. José Pimenta não sabe das intenções do capitão e ambos saem para encontrar o foragido. Pouco depois, Chiquinha sem perceber o rapaz disfarçado na sala, dá a entender que está apaixonada por ele e fica assustada quando o mesmo, decepcionado com Maricota e entusiasmado com a descoberta, mas ainda vestido como judas, declara seu amor por ela.

O pai retorna uma vez mais e recebe a visita de Antonio Domingos, seu cúmplice no crime de falsificação de notas. Assustam-se com a chegada de um outro homem, não percebem tratar-se do capitão Ambrósio. Faustino se aproveita da situação para fazê-los supor que estavam sendo perseguidos pelo chefe de polícia e deixa-os em pânico. Instala-se uma confusão geral pois em meio ao impasse entre aqueles homens, entram na residência crianças para malhar o judas. Faustino passa a ser perseguido, corre por toda a casa e pelas ruas assustando a todos. Finalmente, toda a situação é revelada mas ninguém pode vingar-se de Faustino, ao contrário, é ele que, com todos os trunfos na mão, fica com Chiquinha e castiga aos outros. Obriga Antonio Domingos e Maricota a se casarem, o pai a consentir no casamento e ao capitão Ambrósio a dispensá-lo do serviço da Guarda Nacional.

Uma das preocupações de Martins Pena ao elaborar essas peças era criticar as injustiças às quais estaria submetida uma parte da população. Na cena V de *O juiz de paz*

ocorre uma discussão sobre a tarefa de conduzir o condenado ao recrutamento para luta no Rio Grande do Sul, referência ao movimento farroupilha. Aceita a tarefa que deveria cumprir, o guarda nacional Manuel João declara que iria vestir a farda para tanto. Observava, com este procedimento, as disposições da lei de criação da Guarda Nacional que tornavam obrigatório aos praças se fardarem quando no desempenho de atividades do serviço ordinário. Martins Pena não dispensa seu personagem da obrigação de envergar o uniforme, mas o faz para associar à prescrição legal um segundo sentido ao ato. A esposa Maria Rosa, na cena seguinte, reclama da injustiça que representavam os continuados serviços que eram exigidos do marido como praça, pois o impediam que pudesse trabalhar regularmente na sua lavoura. Seu comentário é o seguinte: “Não se dá maior injustiça! Manuel João está a todos os dias vestindo a farda” (Martins Pena, 1956: I, 33).

Esta fala da personagem Maria Rosa e o diálogo posterior com a filha constam apenas da versão final de 1838 e não aparecem no manuscrito anterior, de 1837. Este fato já nos indica a importância de vestir a farda. A fala e o diálogo, produtos da última revisão, pertencem a um texto já mais trabalhado por Martins Pena (embora esta seja sua primeira peça, portanto, inauguradora de sua obra, ainda um período de pouco domínio do autor na técnica de elaboração da comédia de costumes, segundo os comentários de Damasceno) e constituem um aperfeiçoamento nas críticas que desejava formular.

Na verdade, esta passagem é a mais clara e contundente do texto quanto à situação do personagem guarda nacional na relação que mantém com o estado. Vale a pena transcrever o diálogo que ocupa toda a cena:

Maria Rosa - Pobre homem! Ir à cidade somente para levar um preso! Perder assim um dia de trabalho...

Aninha - Minha mãe, pra que é que mandam a gente presa para a cidade?

Maria Rosa - Pra irem à guerra.

Aninha - Coitados!

Maria Rosa - Não se dá maior injustiça! Manuel João está todos os dias vestindo a farda. Ora pra levar presos, ora pra dar nos quilombos... É um nunca acabar.

Aninha - Mas meu pai pra que vai?

Maria Rosa - Porque o juiz de paz o obriga.

Aninha - Ora, ele podia ficar em casa; e se o juiz de paz cá viesse buscá-lo, não tinha mais que iscar a Jibóia e a Boca-Negra.

Maria Rosa - És uma tolinha! E a cadeia ao depois?

Aninha - Ah, eu não sabia.

A primeira referência é feita ao prejuízo sofrido por Manoel João ao abandonar o trabalho para cumprir uma tarefa considerada de pouco valor. Em seguida emergem alguns temas fundamentais na história do Império, a guerra no sul do país durante a Regência, a forma violenta de recrutamento de soldados, a formação dos quilombos, postos sob uma visão crítica ao aparecerem apenas nos lamentos das duas personagens. Aí sim, temos a seqüência acrescentada que liga a injustiça sofrida pelo personagem guarda nacional à sua farda, lembrando-se ainda mais uma vez, que a ameaça de prisão pairava sobre os milicianos tal como fora feito na cena anterior.

Há como que uma concentração da denúncia explícita da situação de injustiça nestas duas cenas (V e VI) e nelas aparecem as referências ao uniforme, ligando-o à situação. Mas não temos nestas referências apenas a identificação visual de um integrante da tropa auxiliar mas sim de um cidadão investido de certas obrigações específicas. O uniforme permite visualizarmos, fundamentalmente, não um praça ou oficial mas um indivíduo injustiçado.

O fato de pertencer à Guarda Nacional criava enormes embaraços na vida dos cidadãos que a integravam. O uniforme nesta situação, longe de significar aquele motivo de orgulho que o estado procurava suscitar, é o elemento que conformava materialmente uma relação de exploração e opressão. O significado da farda, elaborado na obra literária, vem do confronto entre as exigências legais de prestação de serviço e as necessidades cotidianas do guarda nacional, especialmente aquelas relativas à produção para sustento da família.

Este problema da farda militar como representação das dificuldades dos homens pobres, Martins Pena formulou-o mais claramente em outra peça, que trata do Exército, *As desgraças de uma criancinha* (Martins Pena, 1956: I, 529-559). Um dos personagens principais, Pacífico, soldado de cavalaria da primeira linha, reclama da arbitrariedade do recrutamento que deslocou-o da lavoura onde vivia para a cidade, pondo-o a serviço do estado, mas não lhe fornecendo ganhos suficientes, impedindo-o, finalmente, de casar com Madalena. Ao mesmo tempo é alvo das reclamações da moça que o acusa de ser vadio (seria em razão deste comportamento que teria sido recrutado) e de que sofre, ao ter fugido de casa para acompanhá-lo, trabalhando como babá. Ele diz: “Queixa-te da minha má

fortuna. Se não fosse o diabo do recrutamento, que me deu com ossos na cidade, debaixo desta maldita farda, hoje podia estar casado contigo” (Martins Pena, 1956: I, 538). Primeiro, o recrutamento o transfere contra sua vontade para a cidade e depois o coloca não dentro mas *sob* um uniforme, situação que não permite organizar sua vida como pretendia. Ele tem que carregar esta farda, suportá-la em seu corpo e é este *peso* do uniforme a maior dificuldade enfrentada por aqueles indivíduos engajados nos mais baixos postos da hierarquia militar.

Na peça *Judas em sábado de aleluia* o problema é retomado. Nela o uniforme do guarda Faustino importa por sua completa ausência. É certo que ele fugiu ao serviço, não poderia mesmo estar usando a indumentária que o denunciaria, além do que não é nem mesmo identificado como miliciano, apenas como empregado público, na relação inicial dos personagens. Ele é, no entanto, um componente da tropa auxiliar perseguido pelo comandante de sua companhia, o capitão Ambrósio. O guarda nacional é novamente um homem em posição inferior na hierarquia social. O desfile de pretendentes de Maricota revela muito bem como Faustino se encontra nesta posição. Passam diante da janela da mulher o moço do cavalo rabão que anda na moda; o tenente dos Permanentes; o mocinho estudante de latim; o amanuense da alfândega que pretende passar a segundo escrivão; o inglês montado no cavalo do curro; o próprio capitão da Guarda Nacional Ambrósio; o diplomata de bigode e cabelos grandes que retornou da Europa; o proprietário de loja de fazendas. O tenente do corpo de permanentes é, inclusive, reputado bom partido pois teria um bom soldo. Com exceção do amanuense, as indicações sobre os outros reforçam o lugar subalterno de Faustino e por isso mesmo é ele o judas no sentido de vítima.

Sofrendo todo tipo de problema na obrigação de servir à Guarda Nacional, vestir o uniforme significava para o miliciano uma situação opressiva uma vez que desorganizava sua vida privada e limitava sua liberdade, tudo em proveito de seus superiores. Ao mesmo tempo, nesta história, na medida em que escapa a estas condições desfavoráveis seu uniforme não existe. A relação entre *com uniforme/opressão* e *sem uniforme/liberdade* é ainda mais estreita nesta peça, é polarizada, não apresenta intermediações pois, além de estar ausente no guarda foragido Faustino, seus perseguidores o utilizam. O uniforme do cabo José Pimenta é textualmente apresentado, já o capitão Ambrósio pode ser identificado quando o sócio de José Pimenta, surpreendido pelo retorno

inesperado do miliciano, olha por uma fechadura e afirma: “Só vejo um oficial da Guarda Nacional” (Martins Pena, 1956, I: 287). Todo o problema do “peso” da farda para o guarda nacional, como vimos para o trabalho anterior de Martins Pena, retorna aqui mas agora indicado de forma contrária.

O problema importante para o autor a respeito do uniforme era o que significava para um praça da Guarda Nacional envergá-lo. Não era aquele fato da existência de guardas nacionais desuniformizados que aparece na legislação, dos guardas que não possuíam fardas ou não as vestiam no desempenho dos serviços, que Martins Pena estava preocupado. Em *O juiz de paz* ele nos diz textualmente que o personagem se havia fardado para cumprir suas tarefas. O que o interessava era apresentar à consideração do seu público (leitor e espectador) o uniforme, de fato, usado pelos milicianos. Sua atenção estava voltada para a farda efetivamente utilizada nesta tropa. Martins Pena pretendeu, então, focar a fundação e a implantação da Guarda Nacional enfocando entre outras questões as práticas desenvolvidas em torno de um dos elementos materiais da tropa, o uniforme.

Tratamos aqui de um texto ficcional, não intentamos descobrir através de sua análise a “realidade” da organização social daquele período. O que podemos perceber no seu exame, é que a utilização do uniforme pelos milicianos foi concebida pelo autor como um dos problemas através dos quais era possível elaborar uma crítica da nova tropa militar. Se portar um uniforme de guarda nacional não era uma prática regular na milícia, ela não era, ainda assim, desprezível, conforme vemos em Martins Pena, para a reflexão sobre os sentidos que a organização da tropa poderia assumir nas relações sociais e políticas vigentes no Império brasileiro da primeira metade do século 19.

O que desejamos ressaltar é o fato de que estas práticas foram importantes o suficiente para chamar a atenção de um observador contemporâneo interessado na organização social e política do país, como o foi Martins Pena. Apreendidas numa perspectiva pessoal, como criação de autor literário, foram elas, no entanto, elevadas à condição de objeto que merecia a atenção do público.

E o que interessava apresentar eram as condições de vida de uma categoria social específica - o *homem pobre*. Como poderia ser a composição de um uniforme da Guarda Nacional que identificasse o miliciano e as condições às quais estava submetido? Martins Pena apresentou uma indumentária em cada versão de *O juiz de paz da roça*. Na

primeira o fardamento era composto de calça de canga azul, jaqueta de chita, chapéu de palha, tamancos e um grande pau na mão. Na segunda, a mesma calça de canga azul e jaqueta de chita, ainda os tamancos e o grande pau na mão, mas no lugar do chapéu temos uma barretina da Guarda Nacional e se acrescenta um cinturão com baioneta (Martins Pena, 1956: I, 49). Opera-se a modificação através do acréscimo de elementos que poderiam identificar o personagem como praça da Guarda Nacional. Em 1837 apenas a cor da calça e o grande pau na mão poderiam fazê-lo (na lei de criação da Guarda Nacional se prescrevia a cor azul para a calça; no seu artigo 66 se determinava que o armamento seria fornecido pelo governo). No entanto, não era raro que os guardas precisassem providenciá-lo por conta própria como é o caso aqui. Em 1838 a barretina também poderia identificá-lo e a baioneta ainda indicar que se tratava de um fuzileiro (guarda de infantaria) e não de um cavaleiro pois estes deveriam usar espada.

O que parece ocorrer é uma comparação com o uniforme oficialmente prescrito. Note-se que o autor não anuncia simplesmente que o personagem está fardado, ele se preocupa em discriminar as peças que compõem sua indumentária, chamando a atenção sobre cada uma em particular e também sobre o conjunto formado. Este parece conter elementos de tipo diferentes, sobretudo, na segunda versão quando o que caracteriza as novas peças introduzidas em relação à primeira descrição é o fato de que constituíam elementos regulamentados no decreto imperial sobre o uniforme. Além disso, este uniforme poderia ser mesmo percebido como uma mistura de peças oficiais e não-oficiais pois o modelo governamental era de conhecimento da população já que os figurinos que acompanhavam o decreto dos uniformes estavam à venda em estabelecimentos comerciais.

A descrição sumária do autor permite apreender quais peças compunham oficialmente o uniforme e quais, apesar de utilizadas, não eram regulamentares. Observando-se apenas a última versão, só a barretina é identificada como “da Guarda Nacional”. A cor da calça constava das prescrições do governo mas Martins Pena comenta que se tratava das “mesmas calças” com as quais o personagem havia trabalhado na lavoura pela manhã, não era peça de vestuário exclusiva de um uniforme. A jaqueta de chita estava no lugar da fardeta azul definida no decreto. Os tamancos, da mesma forma, substituíram uma peça oficial, os botins. Quanto ao armamento, ele poderia indicar a unidade tática à

qual pertencia o praça, no caso a infantaria. No entanto, está incompleto, pois a baioneta é parte anexa a uma arma de fogo, um fuzil como constava no figurino.

É preciso considerar que o uniforme assim caracterizado é um dos elementos principais na trama elaborada por Martins Pena. Ele seria significativo para um público que conhecia o padrão oficial do uniforme e sua composição diferenciada constituiria um disparate para este mesmo público, uma estratégia muito utilizada para se obter um efeito cômico. A apresentação deste uniforme seria, então, um dos momentos fortes da comédia e seria tão risível quanto mais assinalasse a distância entre o modelo governamental e a indumentária efetivamente utilizada pelos componentes da tropa.

O uniforme que sinalizava esta distância, atribuiria ainda outros significados ao alistamento dos cidadãos na milícia, tal como os outros elementos da peça teatral? As práticas dos guardas nacionais sobre o uniforme, que elaboradas ficcionalmente, produziram a indumentária descrita, poderiam atribuir outros significados para a fundação da Guarda Nacional? Se retornarmos à caracterização do uniforme criado por Martins Pena encontraremos algumas indicações. O autor não deixou de especificar que os tecidos da calça e da jaqueta eram, respectivamente, canga e chita. O primeiro, um tecido de algodão, às vezes qualificado de “grosseiro” poderia ser utilizado em atividades de trabalho produtivo como acontece com o personagem. A chita já era considerada um material menos grosseiro e no caso compõe a peça usada para outra atividade que não o trabalho produtivo (Moraes, 1877: II, 77; I, 377). Estes tecidos poderiam, em princípio, compor as peças de vestuário do uniforme, não havia restrições oficiais ao emprego dos mesmos, mas o que nos importa aqui é o fato de que ambos tinham uma utilização difundida por toda a população e, neste sentido, não serviriam para uso distintivo de algum segmento social específico. Mas, ao mesmo tempo, assumiriam a conotação de material acessível a pessoas de poucos recursos. O próprio personagem Manoel João declara a certa altura do texto que seria um homem “pobre”. Estes tecidos talvez não fossem distintivos desta ampla categoria mas a ela estariam sempre referidos. O mesmo se dá com a utilização de tamancos como calçado, pois eram de uso comum no dia-a-dia da população. Note-se a respeito desta peça que o personagem estava descalço quando retornou do trabalho para casa, portanto, ele se calçou para realizar sua tarefa como guarda nacional, mas não usou o botim prescrito na legislação, esta sim uma peça que não era considerada acessível a todos os segmentos da

população e que funcionava como elemento distintivo da condição financeira e do *status* do usuário.

É certo, portanto, que em Martins Pena este uso dos guardas nacionais com relação ao uniforme é uma prática dos homens “pobres”. Mas há um outro problema que será necessário desenvolver e que vamos aqui formular. Trata-se dos significados destas práticas para a relação miliciano/estado. É possível conceber que a pobreza do praça determinasse seu uniforme pois ele, apesar das obrigações que lhe pesavam, não podia, dada sua situação financeira, providenciar o uniforme no padrão oficial. Além disso, vimos como a farda conotaria, na fala da esposa Maria Rosa, não só o alistamento do cidadão na milícia mas a injustiça deste alistamento. O uniforme caracterizaria para o público um indivíduo explorado - suas capacidades e seu tempo atenderiam a objetivos que não eram os seus - e oprimido - era obrigado a cumprir as tarefas prescritas sob a ameaça de prisão. A oposição de interesses entre o guarda nacional e o governo era resolvida em prejuízo do primeiro, o que o caracterizava como indivíduo subjugado.

Até aqui o uniforme é colocado como um objeto que conformava materialmente no cotidiano dos cidadãos alistados uma situação de opressão e exploração, na qual estes se viam subjugados a interesses outros - os do Governo Imperial - que se sobrepunham aos seus - as suas atividades de sobrevivência - e desorganizavam suas vidas. Mas devemos considerar também que o uniforme bem pode ser produto de uma reação do guarda nacional ao estado que tentava subordiná-lo. Na peça, o componente da milícia seria também um indivíduo alheio aos interesses do governo e que procurava fugir à obrigação de atendê-los. Manoel João não consegue escapar aos deveres que lhe foram impostos mas é ele quem primeiro solicita o cancelamento da prisão do amante da filha e seu envio para a guerra que a Monarquia travava no sul do país. Depois se regozija com o atendimento do pedido e, finalmente, promove uma comemoração da qual, aliás, até mesmo uma autoridade que deveria estar afinada com os objetivos do estado, o juiz de paz, participa ativamente. Neste caso o guarda nacional não estaria se importando em providenciar o uniforme de acordo com o modelo decretado, talvez, evitando despesas que lhe seriam prejudiciais mas, de qualquer forma, revelando a disposição em não se submeter às determinações do governo. Num caso como no outro, a composição do uniforme indica a distância entre as

determinações governamentais e as práticas dos cidadãos e atualiza para o público a oposição de interesses miliciano/estado.

CAPÍTULO 9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Guarda Nacional e Exército

Quando examinamos o comércio de uniformes vimos que, em grande parte, a excelência dos produtos oferecidos aos milicianos derivava das condições especiais conferidas aos guardas nacionais. Tais condições vigentes nas práticas desenvolvidas na milícia eram demarcadas de maneira fundamental em relação aos soldados do Exército, pois a legislação estabelecia para os primeiros serviços mais brandos, respeito aos direitos civis como o casamento, não aplicação de castigos corporais, prisões especiais e ainda outras disposições (Castro, 1979: 62-94). As relações entre Exército e Guarda Nacional são, portanto, especialmente importantes para compreendermos o lugar da milícia na organização militar do Império e a valorização social de seus componentes. Este um primeiro problema a tratar entre as tropas militares.

No entanto, é preciso considerarmos igualmente os pontos de aproximação e a este respeito os uniformes também são elementos essenciais, sobretudo, quanto aos problemas de fornecimento às tropas. As reclamações de comandantes militares quanto ao atendimento de suas solicitações eram constantes. Caxias, por exemplo, sempre esteve às voltas com o problema desde os tempos de seu comando na repressão à Cabanagem (1839-1841), várias vezes levantado em sua correspondência com o governo central, na qual enfatizava as dificuldades para repor na quantidade necessária peças inutilizadas ou em péssimas condições de uso. Durante a Guerra do Prata, já como marquês de Caxias, o general, em vista dos atrasos governamentais em suprir os contingentes mobilizados fez encomenda de uniformes e equipamentos a um fornecedor particular. Posteriormente este foi acusado de procedimentos irregulares e o problema chegou à imprensa, como vimos anteriormente, como a “questão das barracas”⁶².

Neste período, o ministro da Guerra foi obrigado a prestar esclarecimentos na Câmara dos Deputados a respeito da qualidade dos uniformes sob sua gestão⁶³. Estamos aqui diante de um depoimento oficial dado por uma autoridade do governo, mas naquela situação era favorável ao ministro afirmar as más condições do uniforme utilizado na tropa. Ele criticou o funcionamento dos conselhos de administração do Exército, os quais não

⁶² Vide nota 25.

solucionariam ou mesmo agravariam a obtenção dos tecidos adequados à manufatura dos uniformes. Os corpos distantes dos maiores mercados se viam na contingência de adquirir tecido de qualidade inferior a fim de baratear o preço que se encarecia com o transporte; além disso, era facultado aos comandantes a escolha dos locais de compra das fazendas, acarretando variações no tipo de pano utilizado para o uniforme.

Não havia uniformidade no fardamento em razão destas circunstâncias e, ainda mais, o uso dos uniformes numa situação de guerra continuava muito precário. O ministro dava prosseguimento à sua defesa contra a acusação de ser o responsável pela má qualidade do fardamento da tropa e em sua fala afirmava que o estado dos uniformes dos soldados que combateram no Prata era tão ruim que outro pior não poderia ser fornecido a eles. Segundo argumentava, “os soldados marcharão com a menor porção de roupa possível, tiverão uma marcha longa, sofrerão tudo quanto se póde imaginar em uma viagem de inverno, em um tempo extremamente chuvoso. Ora, em que estado estarão essas fardas de má qualidade depois de um uso destes?”. Preocupado em se inocentar no caso, o ministro não titubeou em expor, certamente em seu proveito, a precariedade deste recurso material da tropa.

Chama a atenção o fato de que os soldados já saíram para o campo de operações com as peças de roupa consideradas o mínimo indispensável para combate. Não é possível sabermos por esta exposição o que exatamente significava esta “menor porção possível”, qual era a composição do uniforme dos corpos militares enviados à guerra, mas é certo que não se tratava em absoluto de um uniforme dentro dos padrões oficiais estipulados e que, portanto, o fornecimento governamental permanecia extremamente falho.

Na década de 1850, período de mudanças na Guarda Nacional, também experimentavam transformações e definiam novos planos de uniformes, o Exército (1852) e a Marinha (1856). As diferenças de ambos em relação ao segundo plano da Guarda Nacional é significativa. Os dois primeiros se caracterizam pelo rigoroso detalhamento da composição do uniforme nos textos legais que os instituem, complementados pelas imagens que os acompanhavam. Na milícia, ao contrário, nenhum item da indumentária e dos equipamentos recebe qualquer descrição ou mesmo identificação textual e todo o padrão do uniforme é fixado nos figurinos do decreto. A iconografia fornecida em todos esses casos,

⁶³ **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 167, 18/6/1852, p.2.

sobretudo para a Guarda Nacional, estabelecia o modelo a ser copiado, a diferença para o texto escrito estava na intenção em não deixar escapar nenhuma minúcia, definir, sem possibilidade de erro, todos os itens do uniforme e suas características físicas, enfim, não deixar alternativas na composição do uniforme. Vejamos alguns exemplos.

Eis o decreto 957 de 18/4/1852 que definiu os uniformes dos corpos de serviço ativo de todas as armas da Guarda Nacional no Império: *Artigo Unico. Fica marcado, em virtude do art. 72 da Lei N.º 602 de 19 de Setembro de 1850 para os Corpos da Guarda Nacional do Imperio, o uniforme constante dos Figurinos juntos.*

O decreto 1829 de 4/10/1856 estabeleceu os uniformes da Marinha. A cobertura de cabeça para o primeiro uniforme ou uniforme de gala dos oficiais gerais era o seguinte: *Chapéu. - Armado de plumas brancas, como mostra a Fig.^a 1; abas de 6 ½ pollegadas de altura na parte posterior, 5 ½ na frente; 5 ditas para cada canto; tope de canto; tope de contas verdes dispostas circularmente, com a estrella bordada a fio de ouro, tendo de diametro 2 ¾ pollegadas; presilha, formada de hum canotão lustroso n.º 5 ½ dobrado e torcido, e de outro singelo do mesmo numero, com um botão grande na volta do torcido, igual aos da abotoadura da farda; borlas da fôrma da Fig.^a 2 cobertas de galão de esteira de 1 ½ pollegada de largura, com cinco voltas de canotão igual ao da presilha.*

No Exército, o decreto 1029 de 7/8/1852 definiu um novo plano de uniformes. Vejam-se os botões do casaco do grande uniforme dos engenheiros: *Botões. - convexos como actualmente, fundo de dourado fusco, a coroa, castello, e orla de dourado brunido. A coroa de 1 ½ linha de diametro; castello de 2 ½ linhas de altura e 3 de largura, orla de 1 linha escassa de largura: todo o botão 7 linhas de diametro. - Os botões menores terão 5, regulando portanto a coroa e o castello 3 linhas de altura, e a orla ½ linha de largura. - Est. N.º 2, Fig. N.º 15.* Os equipamentos de montaria também entraram como componentes do uniforme e eis como se fixavam as características da cabeçada: *Com huma fivela em cada lado, para se graduar, serão as corrêas das faces, a fucinheira, a corrêa que a aperta, e as mais estreitas que prendem o freio, cosidas em cada lado de huma peça quadrada de metal, em vez de argola, e assim separada. Á excepção das presilhas do freio, terá cada huma das peças mencionadas, bem como a testeira, 1 pollegada de largura. - A corrêa que aperta a fucinheira dividida por outro igual quadrado de metal, no qual prenderá a passadeira da sugigolla, de 3 pollegadas de comprimento. Tanto esta*

passadeira, como a sugigolla, as corrêas que prendem o freio, as redeas, gamarras, e suas tesouras, terão 6 linhas de largura.

As tesouras das gamarras, inclusive as suas argolas e fivelas 12 pollegadas de comprimento. - Rabicho de 1 ½ pollegada de largura até a corrêa da fivela, e esta da largura de 1 pollegada. Todos estes metaes serão dourados, e os passadores do mesmo couro da cabeçada.

Com relação ao uniforme destas tropas regulares, vimos como também se colocava o problema dos usos efetivos, das práticas desenvolvidas pelos seus componentes, de forma aguda quando se tratava de atuação em conflitos armados, internos ou externos. De toda maneira, o tratamento oficial dado aos uniformes do Exército e da Marinha diferia daquele reservado ao dos guardas nacionais. A fixação na “letra da lei”, a minúcia discriminada textualmente supunha o controle rigoroso dos detalhes, o que deve ser considerado característica de uma instituição burocrática.

Em sendo assim, na reorganização destas tropas armadas durante a década de 1850, enquanto a milícia se tornava definitivamente uma associação estamental, Exército e Marinha eram concebidos, no nível material, como instituições burocráticas. Uricoechea, examinando a estrutura da Guarda Nacional, mostra como ela foi esvaziada de suas funções a partir da década de 1870 ao mesmo tempo que o Exército foi progressivamente se fortalecendo até se tornar instituição política chave durante os primeiros anos da República. Uma das razões para estas transformações da Guarda Nacional e seu fim como experimento administrativo, pode ser justamente o esvaziamento de uma associação que, permanecendo estamental ainda naquele período, já não interessava mais à organização do estado imperial.

Guarda Nacional e modalidades de controle social

Definida a relevância da Guarda Nacional no período estabelecido podemos considerar, agora, um outro problema que as especificidades de sua organização colocam. Vimos como a Guarda Nacional era uma milícia - associação armada composta por civis arregimentados e não por soldados profissionais - fundada como tropa auxiliar do Exército. Assim, eram seus objetivos institucionais subsidiar as tropas de primeira linha na defesa da soberania do país frente aos países estrangeiros e garantir a manutenção da ordem interna⁶⁴.

⁶⁴ conforme a Lei de 18/8/1831, art. 1º.

Associação armada, a Guarda Nacional era, portanto, uma instituição organizada para desenvolver diferentes modalidades de controle social, que definiam tanto sua atuação quanto sua estruturação interna. É, então, em relação às estratégias e táticas de controle social que, também, devemos estudar a concepção e utilização dos uniformes na Guarda Nacional.

Essas modalidades definiram a especificidade da milícia frente às outras tropas militares, sobretudo, o Exército. Os objetivos constitucionalmente fixados para a tropa de primeira linha a remetiam para as fronteiras do país, justificando, assim, o pouco empenho oficial em sua organização e a enfraquecendo politicamente na Corte nos tempos de paz. Além disso, a composição social de ambas as tropas era diferenciada, pois o contingente recrutado para o Exército, principalmente para os postos subalternos da hierarquia, provinha de estratos sociais cujos indivíduos não eram alistados para a Guarda Nacional.

Definidas as diferenças entre Exército e Guarda Nacional devemos analisar as modalidades de controle social próprias da milícia. Tomamos aqui o controle social como *o conjunto dos recursos materiais e simbólicos de que uma sociedade dispõe para assegurar a conformidade do comportamento de seus membros a um conjunto de regras e princípios prescritos e sancionados* (Boudon; Bourricaud, 1993: 101). Esta linha abre boas possibilidades de compreendermos a utilização do uniforme militar na Guarda Nacional.

Nesta perspectiva de recurso material, é possível conceber o uniforme como elemento da organização física de uma associação militar mobilizado para fins de controle social. E concebendo toda a gama de elementos materiais e de produção simbólica como recursos utilizáveis para conformar o comportamento individual a regras sociais, é possível incluir tanto as formas de controle militares e administrativos desenvolvidas pela Guarda Nacional, quanto as estratégias de distinção social que articulavam as relações de dependência entre diferentes estratos sociais. Não se trataria, então, apenas de considerar as estratégias de controle desenvolvidas pelo estado mas também aquelas estabelecidas pelos senhores, os grandes proprietários de terras e escravos, que transformavam os homens brancos livres não-proprietários em seus dependentes.

O uniforme da Guarda Nacional contemplaria, na sua constituição física, de maneira diferenciada e com eficácia variável, três modalidades de controle social.

A primeira que devemos considerar é o emprego da força física, prerrogativa do estado moderno, por intermédio de associações armadas como a Guarda Nacional. Trata-se, mais precisamente, do direcionamento da força dos milicianos para controle da população. Aqui é preciso avaliar a atuação militar e policial da tropa, tema de discussão na historiografia, não só a respeito de sua eficácia do ponto de vista governamental, mas também quanto à sua ocorrência mesma, pois muitas vezes esta milícia é considerada apenas uma instituição cujos postos de comando tinham somente caráter honorífico. Fernando Uricoechea argumenta que entre 1831 e 1873 ela teve, de fato, atuação militar e só neste último ano, quando de sua segunda reforma, foi militarmente desmobilizada (situação que perdurou até a incorporação desta tropa ao Exército iniciada em 1918). O uniforme da Guarda Nacional deve ser avaliado em sua eficiência nas ocasiões de emprego de força física. Fato importante, não há na documentação compulsada - legislativa, comercial ou literária - elementos do uniforme, afora o próprio armamento, cuja caracterização enfatize sua adequação ao uso intenso da força física. Como vimos, funções pragmáticas, tais como resistência a choques ou intempéries, favorecimento à mobilidade e outras, o aproximava do vestuário civil.

Contudo, para atingir o objetivo de confrontar grupos armados ou tropas estrangeiras, a Guarda Nacional ia muito além de sua eficiência nas guerras externas e no combate militar aos dissidentes da nova ordem que se instalava durante a Regência e, mais tarde, nas diversas revoltas armadas contra o governo. Esta milícia foi, de fato, organizada de modo a exercer o controle social no Império brasileiro, mas não só através da submissão pela força, insuficiente por si só para garantir uma situação de domínio.

Outras modalidades de controle social foram desenvolvidas no sentido de efetivar a organização da tropa, ou seja, para orientar as ações do guarda nacional na consecução dos objetivos definidos pelas instâncias governamentais. Na sustentação de uma hegemonia política conquistada é preciso obter a cooperação da população e dos grupos dominados. Neste sentido, podemos afirmar que a Guarda Nacional se constituiu, muito mais na sua regulamentação do que em sua implantação efetiva, numa tentativa do estado brasileiro de organizar, segundo seus interesses, toda a parcela da população masculina civil que poderia ser militarmente mobilizada. Estabelecendo disposições que procuravam colocar diretamente a seu serviço boa parte dos homens livres, o Governo

Imperial concebeu estratégias que deveriam promover a identificação de toda a tropa com o estado, principalmente com o regime político sob o qual estava organizado, a monarquia constitucional. O uniforme deve ser estudado enquanto uma destas estratégias.

Assim, de uma maneira genérica, a arregimentação dos indivíduos estabelecida nas disposições legislativas consubstanciadas nos 143 artigos da lei de criação da milícia, pressupunha a efetividade das liturgias, isto é, das obrigações administrativas de todo súdito em relação ao Príncipe, determinadas pela posição estamental (Uricoechea, 1978: 15). No entanto, era preciso ao estado brasileiro estabelecer formas específicas de subordinação deste contingente alistado ao governo. Por isto a Guarda Nacional foi posta, em primeiro lugar, sob a administração de uma das agências governamentais, o ministério da Justiça, portanto, a mecanismos administrativos baseados numa hierarquia de cargos, funções e salários, numa estrutura burocrática, à qual do efetivo da tropa, pertenceu apenas o comandante superior, considerado empregado geral pelo Ato Adicional à Constituição (conforme estabelecido em decreto de 9/12/1835). Esta agência era encarregada da fixação e fiscalização dos objetivos institucionais e das normas gerais da milícia.

Trata-se, então, de subordinação a uma estrutura burocrática. E através dela, mais amplamente, de subordinação ao estado. A este respeito, podemos, uma vez mais, considerar a primeira apresentação pública da Guarda Nacional. Na cerimônia o uniforme foi mobilizado no sentido de assinalar a Guarda Nacional como instituição a serviço da Monarquia, portanto, definindo a instância à qual estava subordinada. Um fato deve chamar nossa atenção aqui: em meio ao entusiasmo geral com a parada e com o Imperador e a conclamação à tropa para defesa da ordem, numa cerimônia toda ela consagratória das instituições envolvidas (com aquele único senão sobre o comparecimento parcial do contingente alistado, pouco destacado na reportagem) o Imperador, então um menino de 6 anos, percorreu toda a frente da tropa formada, a cavalo e vestido com o uniforme da Guarda Nacional, o que voltaria a fazer quando das comemorações de seu aniversário em 2/12/1832. Não foi à toa que os organizadores da parada planejaram o desfile do Imperador desta maneira. Na verdade, se tratava de uma encenação de todos os vínculos de identificação e subordinação que a indumentária da milícia sinalizava em sua própria composição física.

Vimos que o uniforme indicava a unidade nacional, a uniformidade da tropa e sua subordinação às instâncias superiores do estado. No alto, na barretina, acima de tudo, as insígnias colocavam a Monarquia. Na reportagem, não se informa se o Imperador usava ou não uma barretina durante a parada, mas a coroa que simbolizava a Monarquia seria, nesta situação, dispensável pois o sistema monárquico - sistema político no qual a soberania recai sobre um indivíduo - estava encarnado, efetivamente, na pessoa do próprio Imperador que se apresentava à tropa, numa identificação perfeita entre a Guarda Nacional e a soberania que deveria defender.

Em segundo lugar, foi necessário ao governo legitimar, ao lado da estrutura burocrática, um controle patrimonial para administração da Guarda Nacional. Era preciso, em se tratando de civis arregimentados, obter a cooperação dos homens livres brancos, em especial do estrato de senhores - os proprietários de terras e escravos - concedendo-lhes privilégios, honras e distinções afim de garantir, por um lado, a distinção social do guarda nacional e, por outro, no interior da tropa, a reprodução das relações de dependência que vigoravam na sociedade. Decorrencia deste último item, a execução de todas as atividades e serviços foi concebida como responsabilidade dos próprios componentes da milícia, possibilitando o desenvolvimento de uma administração patrimonial ligada ao poder local dos senhores. Trabalhando sobre este tópico estaremos examinando a afirmação de que a organização da Guarda Nacional como associação armada estamental resulta de sua inserção numa sociedade com fortes traços aristocráticos.

A compreensão mais aprofundada destas modalidades de controle social exigirá a consideração das formas de utilização dos elementos materiais que foram necessárias para a implantação e desenvolvimento da Guarda Nacional. Os uniformes constituem aqui um excelente ponto de partida para análise da organização física da milícia. Devem, então, ser explorados quanto às especificidades destas modalidades de controle social quando referidas aos recursos materiais mobilizados para sua constituição e desenvolvimento. É neste ponto de intersecção que podemos avaliar qual a importância da utilização destes recursos na estruturação da tropa.

A Guarda Nacional como associação estamental

Uma seleção econômica para formação do contingente da Guarda Nacional estava pressuposta na própria organização da milícia. O critério censitário para ingresso na tropa e, no seu interior, para acesso aos postos de oficialato era uma disposição fundamental para alistamento dos cidadãos e composição da hierarquia. Garantia-se, assim, através da Guarda Nacional uma parcela do poder político - dada pela possibilidade de arregimentar uma força armada - a segmentos da população cujos indivíduos obtinham um rendimento financeiro mínimo exigido por lei, o que determinava a ocupação dos postos de comando por aqueles que pertenciam a determinadas categorias profissionais ou eram proprietários de bens de capital, terras e escravos.

Já o exame dos elementos dos uniformes que deveriam sinalizar o caráter nacional da associação demonstra que o impulso inicial para o controle interno da milícia nos primeiros anos de sua criação cede ao avanço, nas práticas desenvolvidas pelos milicianos, do controle patrimonial, que começa ainda durante as regências, prossegue por todo o Segundo Reinado e limita a efetiva subordinação da tropa ao governo central.

Esta talvez seja a questão mais importante sobre a apropriação do uniforme na Guarda Nacional. O que se observa no estudo das tentativas governamentais de implantação de um uniforme nacional, é a sua fraqueza diante do controle patrimonial que pressupõe um outro uniforme, mais adequado ao estabelecimento das relações de dependência que vigoravam entre os homens livres e que se impôs na organização da milícia.

Nosso problema será apontar como, no nível da organização física da Guarda Nacional, o estabelecimento de diferenciações internas corresponde a práticas de distinção social.

O uniforme, sobretudo seus elementos diacríticos, serviam tanto ao governo central quanto aos componentes da Guarda Nacional, especialmente o estrato de senhores, para estabelecer as diferenciações internas da milícia. Mas as diferenciações tornadas perceptíveis através do uniforme definiam ao mesmo tempo uma hierarquia de posições. Não se tratava apenas de uma discriminação empírica e funcional de tal ou qual categoria - por exemplo, da cavalaria que tomava suas posições e desenvolvia seus movimentos próprios nas táticas de combate ou do capitão responsável pelas atividades rotineiras dos guardas de sua companhia - mas da distinção de uma categoria sobre as outras - a arma

militar cujos membros tinham precedência nas apresentações públicas, ou do posto cujo ocupante tinha honras e privilégios que lhe conferiam prestígio social.

O caráter estamental da Guarda Nacional foi estabelecido e desenvolvido pelo próprio Império. A identificação da tropa com o estado examinada na legislação sobre o primeiro plano de uniformes refere-se a todo o contingente alistado, pois o problema que se punha ao Governo regencial era conseguir a mobilização da população civil apta a servir militarmente sob a égide do estado. Mas, em especial, o estado preocupou-se com a adesão do estrato dominante de senhores de terras e escravos, potencialmente perturbador para o domínio governamental, ou seja, parte do problema consistia em conseguir a cooperação dos senhores locais na sustentação de um estado que não dispunha de condições econômicas e sociais para exercer seu domínio através de estruturas burocráticas (Uricoechea, 1978: 154-6). A maneira encontrada para realizar este objetivo consistiu em utilizar as práticas de distinção social que regulavam as relações entre os homens livres, estabelecendo e mantendo no interior da milícia as relações de subordinação entre senhores e dependentes.

É a inserção numa sociedade com fortes traços aristocráticos que pode nos dar a inteligibilidade da criação desta milícia pela Regência como uma associação estamental, afim de tornar efetiva sua subordinação ao Governo Imperial. Disposições fundamentais na sua organização institucional estabelecidas na lei de criação e reforçadas mais tarde na reforma de 1850 a encaminharam para este objetivo. O ingresso na tropa estava restrito aos homens livres e entre estes àqueles que possuíam certa autonomia econômica dada por suas rendas anuais. No interior da associação o mesmo critério censitário foi estabelecido para acesso aos postos de oficialato, exigindo-se dos candidatos renda duas vezes superior à necessária para tornar-se praça. Há ainda outras disposições - precedência em relação ao Exército em cerimônias públicas, concessão de distinções honoríficas etc. -, que também nos indicam claramente a orientação dada à organização da nova milícia.

Percebe-se como o Governo Imperial durante a Regência, mesmo sob o domínio inicial dos moderados com seu ideário liberal (a lei de criação da Guarda Nacional foi quase inteiramente copiada da francesa, então recentemente publicada⁶⁵) e com

⁶⁵ Não desenvolveremos aqui o problema da origem estrangeira da Guarda Nacional, pois seria necessária uma análise das funções ideológicas e outras que a adoção praticamente integral do texto francês realizaria naquele período (Castro, 1979: 28-31). Apenas ressaltamos neste momento a formulação de propostas

estruturas burocráticas que se organizavam lentamente desde o começo do Primeiro Reinado, não se colocou contra a organização aristocrática da sociedade, ao contrário, inseriu-se nela. De início sim, talvez em função dos agudos e generalizados confrontos políticos, as novas autoridades governamentais tomaram diversas medidas de enfraquecimento dos grupos opositores através da cessação dos mecanismos institucionais de distinção social, ou da criação de outros como a própria Guarda Nacional na sua estrutura inicial, cujo sistema eletivo para o oficialato permitia a ocupação de postos de comando por homens de baixa renda e de posições inferiores (Castro, 1979; Faoro, 1979: 302-3). Este sistema foi muito contestado na tropa, deu lugar a um acalorado debate pela imprensa, se tornou letra morta com a descentralização política promovida pelo Ato Institucional de 1834 que outorgou maiores prerrogativas políticas às províncias e foi extinto oficialmente na citada reforma de 1850.

Quanto ao armamento, é possível observar muitos anúncios de venda de armas de fogo, nenhum deles, no entanto, especificamente dirigido aos guardas nacionais. Estes poderiam receber sua arma como oferta de um senhor ao qual estivessem vinculados. Esta era uma maneira comum de obtê-la, uma vez que o fornecimento oficial era muito irregular, como já verificamos anteriormente. No entanto, havia a possibilidade de pelo menos parte do contingente alistado adquirir o armamento no mercado. Havendo uma procura, ainda que pudesse ser restrita, torna-se relevante o fato de que a arma de fogo não fosse vista como um objeto de especial interesse para os guardas nacionais ou particularmente apropriado para eles.

A situação era complementemente diferente em relação às espadas. Oferecidas para os integrantes da tropa auxiliar, constituíam mercadorias freqüentemente anunciadas (13 anúncios), facilmente encontráveis nos estabelecimentos comerciais (7 anúncios), mas também aparecendo como objeto de negociação entre particulares. Inicialmente, nos estabelecimentos de A. Laport e Vicente Legovy, se ofereceram espadas direitas (lâmina reta) para componentes da cavalaria e, neste último, também tortas (lâmina curva) para os alistados na infantaria⁶⁶. Outros estabelecimentos comerciais já ofereceram as espadas

políticas liberais que se adequavam às prerrogativas aristocráticas existentes na monarquia constitucional brasileira.

⁶⁶ **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 108, 16/1/1832, p.2.

direitas para a infantaria⁶⁷. As espadas, nos anúncios comerciais, não distinguem oficiais e não-oficiais, ou cavalaria e infantaria. Elas foram ofertadas a todas as categorias de membros da milícia. Este dado demonstra que a importância da espada não pode ser apenas indicada pela proporção de seus anúncios em relação aos anúncios de outras peças, pois há uma procura generalizada na tropa por sua aquisição.

As espadas eram, de fato, um dos elementos diacríticos de maior importância no uniforme. No texto da peça *Judas em sábado de aleluia* de Martins Pena, ela é um componente de destaque no uniforme do personagem Ambrósio, capitão da Guarda Nacional. A espada aparece pela primeira vez quando o oficial resolve ajudar Maricota, sua pretendida que, usando um estratagema para encontrar Faustino, um rival disfarçado de judas, fingia procurar um gato. Ele desembainha sua espada e a moça se assusta com o gesto. A espada em punho lembra o perigo que representa a situação para ela e o outro pretendente e tanto é assim que o autor faz com que o capitão, mesmo desistindo de procurar o suposto gato, se esqueça de guardar a espada, mantendo a tensão na cena.

Ao mesmo tempo a espada empunhada dá toda a dimensão exagerada e cômica dos gestos. Em primeiro lugar, o miliciano tira o armamento para procurar por um animal inofensivo, e depois, diante das dúvidas da mulher, promete, brandindo a espada no ar, que a sustentaria “como uma princesa”. Um gesto marcial mas feito para declarar os sentimentos e o interesse por uma mulher. Gesto exagerado, o pai da moça rindo quando retornou à casa e os surpreendeu naquela situação, pergunta ao capitão se a atacava ou a ensinava a manejar o armamento. Gesto realizado em função de enganos: nem existia o gato nem Maricota o amava. Ainda no final da peça, o capitão, assustado com a confusão em torno de Faustino disfarçado nas roupas do boneco, sobe numa cômoda e desta vez é este rival, já sem o disfarce, e sua namorada Chiquinha, quem o ridicularizam, sugerindo que tirasse a espada que o atrapalhava para se manter sobre o móvel. Em todos esses casos o ridículo da situação do oficial é evidenciado através de sua arma, utilizada imprópria ou atingida por sua atitude covarde.

Há outra implicação destas atitudes do oficial. No diálogo com Maricota ele declara que sustentará ricamente sua pretendida enquanto for oficial da Guarda Nacional. Desta forma o serviço público não remunerado prestado à milícia serve apenas ao seu

⁶⁷ **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 21, 17/1/1833, p.3.

interesse pessoal em conquistar e ter para si uma mulher. A posse de uma arma, o gesto marcial que se esperaria, fossem pela defesa dos objetivos e valores da tropa, a força da qual ele se vê investido e que se supõe seja para garantia do bem público e sustentação do estado, são, na verdade, para satisfação de seus interesses privados.

Os armamentos do uniforme da Guarda Nacional fazem, assim, referência a um outro aspecto do uniforme militar: a sinalização da “nobreza” do guarda nacional. As armas brancas eram o instrumento por excelência do cavaleiro medieval, protegido por sua armadura, conduzido por seu cavalo e atendido por seus servos. Fazer a guerra, provido de todos esses recursos, pertencer à cavalaria, era prerrogativa dos nobres. Esta situação começou a se alterar no século 16 e, de forma mais significativa em meados do século 17, com a invenção das armas de fogo e sua rápida disseminação pelos exércitos europeus através da infantaria, organização militar de soldados a pé (Grbasic; Vuksic; 1989). A eficácia destas novas armas em abater os adversários obrigou a mudanças profundas nas táticas e estratégias militares. Não era mais o confronto direto entre dois oponentes o fator decisivo numa batalha mas a rapidez das manobras do contingente militar e a habilidade na sua execução, otimizando o poder de fogo do novo armamento. A cavalaria cede paulatinamente lugar, como fator principal nas lutas, para a infantaria.

As armaduras e armas brancas pouco podiam contra os disparos à distância das armas de fogo. A cavalaria modificou a forma de sua atuação na guerra, passando a fazer carga após o ataque conduzido pela infantaria. E ela também não deixou de incorporar as armas de fogo - os cavaleiros suecos, por exemplo, surpreenderam os franceses, na metade do século 17, ao combateram com espada mas também utilizando pistolas.

A cavalaria foi readaptada às novas condições militares e continuou desempenhando importante papel em guerras e outros conflitos até o início do século 20 quando a Primeira Guerra Mundial, com o uso intensivo das “máquinas de guerra”, as metralhadoras, puseram em xeque a eficácia militar deste tipo de unidade militar. No entanto, durante todo este período permaneceram as representações sobre ela e seu armamento mais significativo, a espada, como unidade e equipamento militares nobres. As imagens dos cavaleiros montados, portando suas espadas ou fazendo carga empunhando-as à frente, são referências constantes dos séculos 17 a 19.

Lá nos figurinos dos planos de uniformes da milícia está a imagem dos guardas nacionais de cavalaria, com ou sem o animal, mas portando a espada. No mercado a oferta para este armamento, proporcionalmente elevada em relação às outras peças do uniforme, se explica não só em função da adequabilidade da arma ao tipo de unidade militar, mas da representação daquela como equipamento nobre, ainda mais se considerarmos que ele foi oferecido também aos guardas de infantaria. Através da espada o que se procurava era o “enobrecimento” da condição de qualificado na Guarda Nacional.

A esta altura temos mais elementos para compreendermos a preocupação, que notamos quando do exame da legislação, em distinguir tão precisamente quanto possível cavalaria e infantaria e formulá-la como problema. Em primeiro lugar, é preciso considerarmos que se tratava de uma precaução organizacional. Em exercício ou mesmo em atuação, cada unidade militar tem sua função específica na estratégia, sua posição e seus movimentos no terreno, mas sempre numa coordenação geral da tropa, exigindo-se, portanto, que cada indivíduo possa reconhecer os companheiros de arma e os guardas das outras.

Mas se tentava, primordialmente, assinalar uma diferença entre as duas armas, mais especificamente, distinguir superiormente a cavalaria. Entenderemos a preocupação em distinguir estas unidades militares se nos ativermos a esta diferença fundamental.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Adilson José de Almeida. *Indumentária e moda: seleção bibliográfica em português. Anais do Museu Paulista: história e cultura material*. São Paulo: Museu Paulista/USP, nova série, jan-dez/1995, 3: 251- 96.
- AZAMBUJA, Deocleciano. **Uniformes militares brasileiros**. Rio de Janeiro: Christiano Editorial, s/d, 28 p., 12f. de estampas.
- BARROSO, Gustavo Dodt. *Uniformes brasileiros. Ilustração Brasileira*. Rio de Janeiro, fev/1921, 6: 2 e 42.
- BARROSO, Gustavo Dodt; RODRIGUES, José Wasth. **Uniformes do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro, 1922, [vol.1] 223 estampas, [vol.2] 110p.
- BARROSO, Gustavo Dodt. **História militar do Brasil**. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1935, 341p.
- BENSEL, CK. *Soldier performance and functionality: Impact of chemical protective clothing. Military Psychology*. Mahwah, winter 1997, 9: 287-300.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 33ª edição São Paulo: Cultrix, 1994, 528p.
- BOUCHER, François. **A history of costume in the west**. London: Thames and Hudson, 1967, 441p., 1150 il.
- BOUCHOT, Henri. **L'épopée de costume militaire français**: aquarelles et dessins originaux de Job. Paris: L.M. May, 1898, 299p.
- BOUDON, Raymond, BOURRICAUD, François. **Dicionário crítico de sociologia**.

Tradução por Maria L G Alcoforado. São Paulo: Ática, 1993, 653p.

BOYCE, JM; POTTERBYNOE, G; CHENEVERT, C; KING, T. *Environmental contamination due to methicillin-resistant Staphylococcus aureus: Possible infection control implications*. **Infection Control and Hospital Epidemiology**. Thorofare, september 1997, 18: 622-627.

BRUHN, Wolfgang; TILKE, Max. **Historia del traje en imágenes**: Enciclopedia del vestido de todos los tiempos y pueblos, que comprende el traje popular en Europa y fuera de ella. Barcelona: Gustavo Gili, 1962, 94p., 200p. il.

CALMON, Pedro. **História do Brasil**: o Império 1800-1899. São Paulo, Nacional, 1947, 591p.

CÂNDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira** (momentos decisivos). 7ª edição Belo Horizonte: Itatiaia, 1993 [1959], 2 vol.

CASTRO, Jeanne Berrance de. *A Guarda Nacional*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1962, tomo 2, v.1, p.265-77.

CASTRO, Jeanne Berrance de. **Povo em armas**: Guarda Nacional (1831-1850). São Paulo, 1968, 3 vols., Tese de doutorado na FFLCH/USP.

CASTRO, Jeanne Berrance. **A milícia cidadã**: A Guarda Nacional de 1831 a 1850. 2ª edição. São Paulo, Ed.Nacional, 1979, 260p.

CASTRO, Paulo Pereira. *A experiência republicana, 1831-1840*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1962, tomo 2, vol.2, p.9-67.

CHAVES, A. *Atletas profissionais de futebol: uniformes e equipamentos usados para fins de propaganda comercial*. **Adv advocacia dinâmica: seleções jurídicas**, 1988, 28: 297-9.

CONTINI, Mila. **Moda**: 5000 anos de elegância. Tradução por José V. de Pina Martins. s.l., Verbo, s.d., 318 p.

DEFONTAINE, Henri. **Du costume civil officiel, et de l'uniforme militaire des officiers à la cour ou après des chefs d'Etat français, depuis 1804 jusqu'à nos jours**. Paris, 1908.

DELPÉNIER, Louis. *Uniforme et société à la Belle Époque*. IN: **Musée de l'Armée. La Belle Époque des uniformes**; 1880-1900. Paris: Éditions de l'Albaron/Musée de l'Armée, 1991, p.25-47.

DESLANDRES, Yvonne. *El uniforme militar*. In: **El traje**: imagen del hombre. Barcelona: Tusquets Editores, 1985, p.232-41.

DE YOUNG, Carol D. - **The nurse's role in community mental health centers: out of uniform and into trouble**. Saint Louis: Mosby, 1971, 117p.

DOERING, Mary D. *American red cross uniforms*. **Dress**, 1979, 5: 33-48.

FAORO, Raymundo - **Os donos do poder**; formação do patronato político brasileiro. 5ª edição. Porto Alegre: Globo, 1979, vol.1, 397p.

FARDAMENTOS IMPERIAIS. **Anuário do Museu Imperial**. Petrópolis, 1948, 9: 107-22.

FARIA, Maria Auxiliadora. *A Guarda Nacional em Minas Gerais (1831-1873)*. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, julho/1979, 49: 145-99.

- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP/ Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995, 650p.
- FEATHER, Betty & FORD, Sheila & HERR, David G. *Female collegiate basketball players' perceptions about their bodies, garment fit and uniform design preferences*. **Clothing and Textiles Research Journal**. Monument, 1996, 14 (1): 22-29.
- FERNANDES, Heloisa Rodrigues. **Política e segurança: Força Pública do estado de São Paulo, fundamentos históricos-sociais**. São Paulo: Alfa-Omega, 1974, 258p.
- FOUCAULT, Michel - **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução por Ligia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 6ª edição, 1988, 277p.
- FRYAUFF, DJ; SHOUKRY, MA; HANAFI, HA; CHOI, YM; KAMEL, KE; SCHRECK, CE. *Contact toxicity of permethrin-impregnated military uniforms to *Culex pipiens* (Diptera: Culicidae) and *Phlebotomus papatasi* (Diptera: Psychodidae): Effects of laundering and time of exposure*. **Journal of the American Mosquito Control Association**. Los Angeles, March 1996, 12: 84-90
- GRANT, AD; McCANN, ND. *Corporate uniforms*. **Fortune**. December 11, 1995, 132: 23.
- GRBASIC, Z.; VUKSIC, V. **History of cavalry**. New York: Facts on File, 1989, 280p.
- HANSEN, RD; AMOS, D; LEAKE, B. *Infrared tympanic temperature as a predictor of rectal temperature in warm and hot conditions*. **Aviation space and Environmental medicine**. Alexandria, November 1996, 67: 1048-52

- HILL, Margot Hamilton; BUCKWELL, Peter A. **The evolution of fashion: pattern and cut from 1066 to 1930**. London: B T Batsford, 1987 [1967], 225p.
- JACQUEMIN, Raphael. **Histoire générale de costume civil, religieux et militaire de IV au XVII siècle**: Occident (315-1100). Paris: Lib. Delagrave, s/d, 407p.
- JIROUSEK, CA. *Superstars, superheroes and the male body image: The visual implications of football uniforms*. **Journal of American Culture**. Bowling Green, Summer 1996, 19: 1-11
- JOSEPH, Nathan. **Uniforms and nonuniforms**; communication through clothing. Westport: Greenwood Press, 1986, 248p.
- KATSURAGI, S. *Better working conditions won by 'Nurse Wave' action: Japanese nurses' experience of getting a new law by their militant campaign*. **Nursing ethics**. London, July 1997, 4: 313-22
- KING, KA. *Should school uniforms be mandated in elementary schools?* **Journal of School Health**. Kent, January 1998, 68: 32-7
- KOHLER, Carl - **História do vestuário**. tradução por Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1993, 564p.
- KRAAY, H. - *The shelter of the uniform: the Brazilian army and runaway slaves, 1800 1888*. **Journal of Social History**, March/96, 29 (3): 637-57.
- LACHOUQUE, Henri. **Dix siècles de costume militaire**. Paris: Hachette, 1963, 95p.
- LANE, Andrew. **Motoring costume**. Risborough: Shire Publications, 1987, 32p.
- LANSDALL, Avril. **Occupational costume and working clothes - 1776-1976**.

- Risbourogh: Shire Publications, 1990, 32p.
- LAVÉ, James - **A roupa e a moda**: uma história concisa. Tradução por Glória Maria de Mello Carvalho. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, 285p.
- LIM, CL; HOCK, LLK; CHUNG, KK. *The effects of prolonged passive heat exposure and basic military training on thermoregulatory and cardiovascular responses in recruits from a tropical country*. **Military Medicine**. Bethesda, September 1997, 162: 623-27
- MANSEL, Philip. *Monarchy, uniform and the rise of the frac: 1760-1830*. **Past & Present**, 1982, 96: 103-32.
- MANGUM, S; GARRISON, C; LIND, C; HILTON, HG. *First impressions of the nurse and nursing care*. **Journal of Nursing Care Quality**. Frederick, June 1997, 11: 39
- MARTINS PENA, Luiz Carlos; SANTOS, Darci Damasceno dos. **Teatro de Martins Pena**: I, comédias. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1956, 628p.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *A cultura material no estudo das sociedades antigas*. **Revista de História** (nova série), jul-dez 1983, 115: 103-17.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *Fontes materiais na pesquisa histórica*. Disciplina de pós-graduação em História Social ministrada no Departamento de História da FFLCH/USP, 1º semestre de 1994.
- MOISÉS, Massaud. **História da literatura brasileira**. 3ª edição. São Paulo: Cultrix, 1989, 2 vol.
- MORAES SILVA, Antonio de. **Dicionário da língua portuguesa**. 7ª edição. Lisboa:

- Typographia de Joaquim Germano de Souza Neves, 1877, vols I e II.
- MOTA Carlos Guilherme, LOPEZ Adriana. **História e civilização**: o Brasil imperial e republicano. São Paulo, Ática, 1995, 175p.
- MUSÉE DE L'ARMÉE. *La Belle Époque des uniformes*; 1880-1900. Paris, Éditions de l'Albaron/Musée de l'Armée, 1991, 117p.
- NABERS, W. *The new corporate uniforms*. **Fortune**. November 13, 1995, 132: 10-132.
- O'HARA, Georgina. **Enciclopédia da moda**: de 1840 à década de 80. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, 300p.
- OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. **Instituições políticas brasileiras**. São Paulo: Editora José Olympio, 1949, vol.1, 391p.
- PALMER, R; TURNBULL, LD. *A survey of dye batch variation*. **Science & Justice**. January 1995, 35: 59-64.
- PARKER, Donna. *Made to fit a woman; riding uniforms of the frontier nursing service*. **Dress**. Nova York, 1993, 20: 53-64.
- PAULA, Eurípedes Simões de. *A organização do Exército Brasileiro*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1962, tomo 2, v.1, p.265-277.
- POMBO, José Francisco da Rocha. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Fonseca Saraiva, 1905, 10v.
- QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976 [1969], 230p.

R&D MAGAZINE. *Better fitting uniforms*. September 1997, 39: 78-78.

RACINET, Albert. **The historical encyclopedia of costumes**. N.York/Oxford: Facts on File, 1992, 320p.

REARDON, MJ; FRASER, EB; OMER, JM Flight. *Performance effects of thermal stress and two aviator uniforms in a UH-60 helicopter simulator*. **Aviation Space and Environmental Medicine**. June 1998, 69: 569-76.

ROCHE, Daniel. *La discipline des apparences: le prestige de l'uniforme*. IN: **La culture des apparences: une histoire du vêtement (XVIIe-XVIIIe siècles)**. Paris: Fayard, 1989, p.211-44.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins; FALCON, Francisco José Calazan; NEVES, Margarida Maria de Souza. **A Guarda Nacional no Rio de Janeiro: 1831-1918**. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1981, n.5, 501p. (Série Estudos)

RODRIGUES, José Wasth. **Trajes civis e militares em Pernambuco durante o domínio holandês**. Recife, Arquivo do Estado, 1951, 216p.

RODRIGUES, José Wasth. **Fardas do Reino Unido e do Império**. Petrópolis: Ministério da Educação e Saúde, 1953, p.8-52 (Separata do Anuário do Museu Imperial)

RODRIGUES, José Wasth. **Álbum de família**, 1932. São Paulo, Livraria Martins, 1954.

RODRIGUES, José Wasth. **Uniformes do Exército Brasileiro; 1730-1889**. Rio de Janeiro, Diretoria do Serviço Geográfico do Exército, 1968, 210p.

RODRIGUES, José Wasth. **1891-1957**; tropas paulistas de outrora. São Paulo, Governo do Estado, 1978, 83p.

RODRIGUES, José Wasth. **Força pública do Estado de São Paulo**: histórico dos uniformes desde sua criação em 1831. Álbum de estampas coloridas. Exemplar único, obra rara do Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

RODRIGUES, José Wasth. **Força policial do Estado de São Paulo**: estampas dos uniformes das tropas de S. Paulo na Colônia e no Império. Álbum de estampas coloridas. Exemplar único, obra rara do Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

SCHMITT, BH; SIMONSON, A; MARCUS, J. *Managing corporate image and identity*. **Long range planning**. October 1995, 28: 82-92.

SILVA, M J P. *Uniforme da enfermeira visto pelo paciente, enfermeira e docente de enfermagem*. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, 1995, 29 (1): 72-82.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1962, 417 p.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. 2ª edição. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1968, 439p.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, 583p.

SOTO, J; MEDINA, F; DEMBER, N; BERMAN, J. *Efficacy of permethrin impregnated uniforms in the prevention of malaria and leishmaniasis in Colombian soldiers*. **Clinical Infectious Diseases**. September 1995, 21: 599-602.

STANLEY, MS. *School uniforms and safety*. **Education and Urban Society**. August 1996, 28: 424-35.

URICOECHEA, Fernando. *The patrimonial foundations of the brazilian bureaucratic State: landlords, prince and militias in the XIXth century*. **Tese de doutorado**. Berkeley: California University, 1976.

URICOECHEA, Fernando. **O minotauro imperial**; a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX. Rio de Janeiro: Difel, 1978, 322p.

VIANNA, Hélio. **História do Brasil**. 14ª edição. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1980 [1945], 676p.

WESTER, RC; QUAN, D; MAIBACH, HI. *In vitro percutaneous absorption of model compounds glyphosate and malathion from cotton fabric into and through human skin*. **Food and Chemical Toxicology**. August 1996, 34: 731-35.

YEVICH, SJ; SANCHEZ, JL; DeFRAITES, RF; RIVES, CC; DAWSON, JE; UHAA, IJ; JOHNSON, BJB; FISHBEIN, DB. *Seroepidemiology of infections due to spotted fever group rickettsiae and Ehrlichia species in military personnel expose in areas of the United States where such infections are endemic*. **Journal of Infectious Diseases**. May 1995, 171: 1266-73.

FONTES

Fontes impressas

O Guarda Nacional, Recife, 1842.

Coleções das Leis e Decisões do Império do Brasil, 1831-1889.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 1827.

Fontes não impressas

BIBLIOTECA NACIONAL

ARAÚJO, José Maria da Costa - **Colleção de figurinos para a Guarda Nacional da Corte e seu municipio**; offerecida a SMI, o Sr. D.Pedro II. Mss., illustr., in-folio.

ARQUIVO NACIONAL: Seção Arquivo

Figurinos dos uniformes da Guarda Nacional. [1852]. Litogravuras aquareladas.

FIGURA 1

Sobrecasaca de tenente, do segundo plano de uniformes (1852)
Feltro azul ferrete
Acervo do Museu Paulista/USP (RG 289)

FIGURA 2

Uniforme de guarda de infantaria (frente e costas), do segundo plano de uniformes (1852)
Casaca e calça de camurça azul, com gola, carcelas e vivos vermelhos
Acervo do Museu Paulista/USP (RG 290)

FIGURA 3

Casaca de guarda de cavalaria (frente e costas), do segundo plano de uniformes (1852)
Camurça vermelha, com gola e vivos amarelos (desbotados)
Acervo do Museu Paulista/USP (RG 291)

FIGURA 4

Barretina de oficial de cavalaria, primeiro corpo do município de São Paulo, do segundo plano de uniformes (1852)
Pelúcia preta. Dimensões: d:22,5 x h:14 x pr:20 (cm)
Acervo do Museu Paulista/USP (RG 315)

FIGURA 5

Barretina de corneta da primeira companhia de caçadores do município de São Paulo, do terceiro plano de uniformes (1874)
Pelúcia preta. Dimensões: h: 17 x c:22 (cm)
Acervo do Museu Paulista/USP (RG 317)

FIGURA 6

*Uniforme do Barão de Sabará, coronel comandante

** Uniformes de Sargento e de tambor-mor

*Desenho de Wasth Rodrigues a partir de pintura em tela original

**Cópia de Wasth Rodrigues dos desenhos do tenente José Maria Araújo (1841)

Uniformes do Exército Brasileiro. RJ: 1922, vol. 2, estampa 213

FIGURA 7

Uniformes de oficiais do estado-maior do Exército, 1823

Desenhos de Wasth Rodrigues a partir de figurinos do Exército

Uniformes do Exército Brasileiro. RJ: 1922, vol. 2, estampa 42

FIGURA 8

Uniformes de guarda de infantaria (frente e costas); capitão e guarda de cavalaria
Desenhos de Wasth Rodrigues a partir de figurinos do primeiro plano de uniformes da
Guarda Nacional (1831)

Uniformes do Exército Brasileiro. RJ: 1922, vol. 2, estampa 212

FIGURA 9

Uniformes de oficial e guarda do serviço de reserva
Figurino do segundo plano de uniformes da Guarda Nacional (1852)
Acervo do Arquivo Nacional/RJ

FIGURA 10

Uniformes de oficial e guarda do serviço de reserva
Figurino do segundo plano de uniformes da Guarda Nacional (1852)
Acervo do Arquivo Nacional/RJ

FIGURA 11

FOTO 4 Uniformes de oficial e guarda de infantaria (fuzileiros)
Figurino do segundo plano de uniformes da Guarda Nacional (1852)
Acervo do Arquivo Nacional/RJ

FIGURA 12

FOTO 5 Uniformes de oficial e guarda de infantaria (caçadores)
Figurino do segundo plano de uniformes da Guarda Nacional (1852)
Acervo do Arquivo Nacional/RJ

FIGURA 13

Uniformes de oficial e guarda de cavalaria
Figurino do segundo plano de uniformes da Guarda Nacional (1852)
Acervo do Arquivo Nacional/RJ

FIGURA 14

Uniformes de oficiais de comandos superiores
Figurino do segundo plano de uniformes da Guarda Nacional (1852)
Acervo do Arquivo Nacional/RJ

ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Sobrecasaca de tenente. Peça de indumentária, 2º plano de uniformes (1852).

FIGURA 2 - Casaca e calça de guarda de infantaria . Peças de indumentária, 2º plano de uniformes (1852).

FIGURA 3 - Casaca de guarda de cavalaria. Peça de indumentária, 2º plano de uniformes (1852).

FIGURA 4 - Barretina de oficial de cavalaria. Peça de indumentária, 2º plano de uniformes (1852).

FIGURA 5 - Barretina de caçador. Peça de indumentária (1874).

FIGURA 6 - Uniforme do Barão de Sabará (1840). Desenho de Wasth Rodrigues. Uniformes de sargento e tambor-mor. Figurinos do tenente José Maria Araújo (1841).

FIGURA 7 - Uniformes do estado-maior do Exército (1823). Desenhos de Wasth Rodrigues.

FIGURA 8 - Uniformes do primeiro plano da Guarda Nacional (1831). Desenho de Wasth Rodrigues.

FIGURA 9 - Uniformes do serviço de reserva. Figurino do 2º plano de uniformes (1852).

FIGURA 10 - Uniformes do serviço de reserva. Figurino do 2º plano de uniformes (1852).

FIGURA 11 - Uniformes da infantaria. Figurino do 2º plano de uniformes (1852).

FIGURA 12 - Uniformes de caçadores. Figurino do 2º plano de uniformes (1852).

FIGURA 13 - Uniformes da cavalaria. Figurino do 2º plano de uniformes (1852).

FIGURA 14 - Uniformes de oficiais de comandos superiores. Figurino do 2º plano de uniformes (1852).

GLOSSÁRIO

Banda: Faixa cingida à cintura. Na Guarda Nacional, como em outras tropas militares, era uma das insígnias dos oficiais.

Bandola: Cinto de polvarinhos.

Barretina: Cobertura de cabeça caracterizada, em geral, por sua copa alta. Moraes, além de referir seu uso por militares, informa que o termo designava também um “antigo chapéu de senhora”.

Boldrié: Cinturão com correia para prender a espada.

Caçadores: “Infantaria ligeira, batalhões leves, ligeiros, com quatro ou seis companhias, armas mais curtas e tamanho [do corpo do soldado] menor [do que granadeiros]. Era costume medir ou *tosar* os soldados antes de distribuí-los pelo corpos de acordo com o seu físico” (Schlichthorst, 1930: 30-1, nota 19).

Canana: Cartucheira, em geral, de couro, que oficiais e praças traziam a tiracolo.

Canga: Em Moraes “fazenda d’algodão, que vem da Índia, amarellada, ou azul, em peças pequenas, tecido de boa dura”.

Canhão: Dobra na extremidade inferior das mangas.

Carcela: Tira de pano com casas para abotoamento, mas que não deixa os botões à vista. No uniforme da Guarda Nacional era colocada nos punhos ou nas abas das casacas.

Carneira: Tira de couro que, no interior da cobertura de cabeça para homens, circundava toda a borda para proteger o feltro do suor.

Carteira: Em Moraes “bolsa com fechadura, de couro, em que se mandão cartas de segredo”.

Chita: Em Moraes “lençaria pintada de flores, aves, ou riscas, em imprensa; da Asia, ou feita na Europa.

Cinturão: Moraes o designa como “boldrié largo, que se traz por cima do vestido”.

Coldre: Estojo de couro, em geral preso à cintura, para carregar armas de fogo.

Correame: Conjunto de correias e, particularmente as correias do uniforme militar.

Dragona: Moraes dá a seguinte definição: “distintivo militar no hombro de galão, ou metal, com distintivos dos postos; e segundo as graduações se põe no hombro esquerdo, ou direito, ou em ambos, com canotilhos de major inclusive para cima; a dos officiaes inferiores é de lã, panno, ou metal, com franja, ou sem ella”.

Fiel: Tira de couro no cabo dos chicotes.

Garupa: Mala ou malote que se leva sobre a garupa do cavalo.

Jugular: Tira de pano ou outro material, que prendia a barretina à cabeça do usuário.

Oleado: Em Moraes “pano, ou tafetá embebido em óleo com certa têmpera, de sorte que o não penetra a chuva”.

Pasta: Moraes a define como “obra de papelão com uma folha de papel dobrada ao meio, e coberta de couro, para levar papéis à Escola, aos Tribunais, e despachos.

Patrona: Cartucheira para pólvora, presa à cintura ou levada a tiracolo.

Talim: Correia a tiracolo para prender a espada.

Trancelim: No primeiro uniforme da Guarda Nacional fora previsto para utilização no ombro. Moraes fornece a seguinte definição: “trançado estreito de fios de seda, ou metal; v.g. para prender bentinhos, etc.”.

Vivo: Tira de pano, estreita ou larga, que se cose, em geral, nas bordas de peças de indumentária e em cores diferentes destas.

ANEXO 1

EXEMPLARES PRESERVADOS DE PEÇAS DE UNIFORMES

Todas estas peças pertencem ao acervo do Museu Paulista/USP e fazem parte do segundo plano de uniformes da Guarda Nacional estabelecido em 1852.

1. Uniforme de tenente (Inv. MP: RG 289)

Sobrecasaca de feltro azul-ferrete; cada banda possui enchimento à altura do tórax e, na parte interna, mais um enchimento de algodão com forração de tecido estampado com motivos foliais em vermelho e salpicado de pontos da mesma cor. Golas e canhões azuis-ferrete, 7 botões meia esfera dourados (d: 2 cm, marca EXTRA FEIN), bordado em torno dos punhos com fios metálicos em tons de cinza; costuradas em cada ombro, na transversal, uma pala retangular de tecido (10 x 1,5 cm) bordadas com fios metálicos na cor cinza, apresentando 4 motivos foliais. Na parte traseira de cada aba uma fileira de 3 botões meia esfera dourados (d: 2 cm). Forração das abas em tecido fino na cor verde e de tecido branco de algodão nas costas e mangas.

2. Uniforme de guarda de infantaria (Inv. MP: RG 290)

Casaca de camurça azul-ferrete, sem bolsos, com enchimento à altura do tórax, este de tecido vermelho estampado com pequenos círculos e motivos foliais. Possui gola e carcelas vermelhas, canhão azul-ferrete, 8 botões meia esfera dourados (d: 2 cm, marca EXTRA FEIN) na parte frontal, 8 nas abas e três (d: 1 cm) em cada carcela. Bordadas com fios metálicos na cor cinza, em cada ombro, uma pala retangular de tecido (10 x 1,5 cm), costuradas na transversal e apresentando quatro motivos foliais; e uma estrela de 5 pontas em cada aba. Uma pala vermelha (19 x 5,5 cm) com fileira de 3 botões, em cada aba, no formato das carcelas. Vivos beges/brancos nas bordas das palas, costuras dos canhões e costuras e bordas das abas. Forro de tecido fino verde nas abas e branco nas costas e nas mangas.

Calça de camurça azul-ferrete, 2 bolsos laterais, na parte interna superior de cada qual um botão revestido de tecido preto; presilha de pano traseira com um botão; 2

botões (d: 1 cm) laterais, de madeira, na parte interna de cada barra; vivo vermelho (l: 4 cm) em cada lateral das pernas. Forro à altura da cintura e nas barras, de tecido branco fino.

3. Uniforme de guarda de cavalaria (Inv. MP: RG 291)

Casaca de camurça vermelha, gola amarela com esfera armilar de metal em cada lado; vivos verdes, na parte frontal 8 botões meia esfera dourados (d: 2 cm, marca EXTRA QUAL:), carcela verde com 3 botões dourados (d: 1 cm), em cada aba uma fileira oblíqua de 3 botões sobre vivo, um botão na parte superior e uma estrela de cinco pontas bordada em fio metálico. Possui bolso interno no lado esquerdo, forração em tecido verde fino.

4. Uniforme de oficial da cavalaria do 1º corpo de São Paulo (Inv. MP: RG 315)

Barretina preta de pelúcia, com o alto da copa mais largo do que a base; topo da copa de couro cercado por virola de metal amarelo de 2 cm de largura, na base da copa uma tira de couro preto. Pala frontal de couro preto com virola de metal amarelo, jugular escamada de metal amarelo, que pode ser presa acima da pala por um fecho circular de 1 cm de diâmetro em forma de cabeça de leão. Na parte frontal da copa insígnias em metal amarelo: brasão imperial (h: 11 x l: 10 cm) com o número 1 em metal no centro de um círculo de metal na cor preta (d: 3 cm); tudo encimado por tope circular de metal amarelo, composto ao centro por círculo de metal preto sobre o qual uma estrela de 5 pontas em metal amarelo e delimitado ao redor por gomos. No alto da copa, açucena de metal amarelo para penacho. Na parte interior da copa, na borda uma tira de couro, forração de seda preta com um franzido obtido através de duas costuras com linhas lilás e uma fita cozida ao redor do topo formando ondulações. Dimensões: d: 22,5 x h: 14 x pr: 20 (cm).

5. Uniforme de caçador do 5º batalhão de infantaria do município de Sorocaba (Inv. MP: RG 317)

Barretina preta de pelúcia, pala de couro preto, topo da copa em couro preto, encordoamento preto circundando a copa, formando 3 pares de cordões. Na parte frontal da copa insígnias em metal amarelo dispostas na vertical: corneta com número 1 no centro do círculo do braço que faz uma volta sobre si mesmo, coroa imperial, tope com estrela de 5

pontas no centro de uma circunferência. No alto da copa açucena de metal amarelo.

Inscrições em etiqueta de fundo rosa: *MANOEL ANTONIO GOMES BRAGA/ Braga Irmão & C.^a/ Loja de Serigueiro/ [14]/ COM UNIFORMES MILITARES/ Rua da Quitanda/ N° 82/ RIO DE JANEIRO/ [14]*. Dimensões: h: 17 x c: 22 (cm).

ANEXO 2

Proclamação da Regencia de 12 de fevereiro dirigida aos guardas nacionais por ocasião da revista geral daquelle dia.

CIDADÃOS !

A Lei confiou-vos as armas, que ora trazeis. Á vosso zelo, e patriotismo está entregue a defesa da Cidade. O socego publico, tantas vezes ameaçado por ambiciosos ou perversos, tem sido conservado á custa de vossos esforços; e aos sacrificios, que haveis feito, deve a capital do Brazil a segurança, de que gozam seus habitantes, á que vos chamaram os interesses da patria, desde os escandalosos sucessos de Julho proximo passado, jámais serão apagados da memoria de vossos concidadãos. O respeito ás Autoridades, a veneração ás Leis, de que haveis dado tantas provas no meio da insubordinação e desobediencia, com que homens desvairados e impellidos por paixões ignobeis procuram manchar a gloria do DIA 7 de ABRIL, e frustar-lhes os mais prosperos resultados, tem até agora livrado a Nação das guarras da anarchia. Se trilhades pela mesma vereda que vos tem adquirido a gratidão de vossos conterraneos, não temais, as suggestões da ambição e malvadez; nossa patria será salva, se porem afrouxardes na nobre defesa de vossos pais, de vossas esposas e filhos, ficareis com elles sepultados sob a ruina da mesma patria; e esta calamidade - vos será toda imputada, pois que as armas estão em vossas mãos. Cidadãos, meditais; e fazei dellas o uso, que vos prescrevem a honra, o dever, e os interesses da patria.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA

JOSÉ DA COSTA CARVALHO

JOÃO BRAULIO MONIZ

DIOGO ANTONIO FEIJÓ

ANEXO 3
ANÚNCIOS COMERCIAIS

Nº 1

A LAPORT, Espingardeiro, rua da Alfandega n.121, participa aos Srs. da Guarda Nacional de Cavallaria, que tem hum sortimento de espadas direitas do uniforme para os mesmos, com muito boas folhas, e muito em conta; assim tambem para os Officiaes de Infantaria.

Jornal do Commercio, 9/1/1832, n.102, suplemento

Nº 2

Vicente Legovy, rua dos Ourives, n.106, acaba de receber hum lindo sortimento de espadas de ferro direitas com punho de roca proprias para Soldados e Officiaes de Cavallaria da Guarda Nacional; ditas tortas para Infantaria, pistolas fulminantes para coldres, ditas para algibeira com suas competentes escorvas; na mesma casa acha-se tudo o que pertence á uniforme da Guarda Nacional como barretinas com chapas douradas, bonés com galões finos, bandas, boldriés de couro envernizados com guarnições douradas, cananas, gravatas pretas, esphéras e estrelas douradas para os distinctivos, penachos coqueiros verdes e encarnados, tem tambem hum sortimento grande de çapatos francezes finos para homem.

Jornal do Commercio, 16/1/1832, n.108, p.2

Nº 3

Na rua do Sabão ns. 19 e 21 ha para vender superior cera preta chegada proximamente de Londres, para envernizar correias de Soldados, muito propria para os Srs. da Guarda Nacional, pela facilidade com que se invernizão as correias, e o bom lustro que dá.

Jornal do Commercio, 16/1/1832, n.108, p.3

Nº 4

Participa se aos Srs. Guardas Nacionaes que na Fabrica de chapéos da rua do Ouvidor n.220 achão se barretinas do padrão Decretado, pelo preço de 10.000 réis cada huma, inteiramente promptas com chapas, penachos etc. Esta fabrica he a mesma que d'antes existia na rua do Ouvidor n.218.

Jornal do Commercio, 2/3/1832, n.146, p.3

Nº 5

Obras publicadas, e a vender em casa de Seignot Plancher e Comp.

INSTRUCÇÕES QUE ESTÃO EM PRATICA NOS CORPOS DE CAVALLARIA DO IMPERIO DO BRASIL, mandadas ensinar pelo Visconde de Barbacena quando Inspector d'esta Arma; obra da maior utilidade para a Guarda Nacional.

Jornal do Commercio, 24/8/1832, n.21, p.2

Nº 6

Hum soberbo cavallo novo a vender para a Guarda Nacional ou para conduzir hum carrinho, de huma boa altura, de côr castanho, tem muito boa marcha, e he muito manço; quem o quizer ver vá a rua do Ouvidor n. 114.

Jornal do Commercio, 2/10/1832, n.52, p.4

Nº 7

16. Espadas direitas para Officiaes d'Infantaria da Guarda Nacional, vendem-se na rua dos Ourives n.165.

Jornal do Commercio, 17/1/1833, n.21, p.3

Nº 8

Acha-se em casa de Seignot Plancher e Comp., além das folhinhas já annunciadas... A folhinha dos Guardas Nacionaes, contendo além do Calendario e da parte Geographica, o Regulamento dos Guardas Nacionaes, seguido da Lei das reformas do mesmo, das Instrucções para exercicio de fogo, e outras Leis; preço 280 rs.

Jornal do Commercio, 30/8/1833, n.197

Nº 9

No largo de S. Francisco de Paula n.16, vendem-se dois cavallos muito bons, que servem para qualquer Guarda Nacional, e mesmo para Sra. por ter mui boa marcha.

Jornal do Commercio, 27/9/1833, n.220, p.4

Nº 10

VENDE-SE por precisão huma preta, que terá 26 annos de idade, sabendo com perfeição lavar, quitandar, e cozinhar sofrivelmente, com principios de engommar; he muito saudavel, sem defeitos nem vicios, o que se afiança; tambem se vende por commodo preço hum rico uniforme do ultimo gosto da Guarda Nacional, sem uso algum, pertencente a official, e se dará por mui commodo preço; no Beco do Imperio da Lapa, casa depois de huma cocheira.

Jornal do Commercio, n.73, 2/4/1834, p.3

Nº 11

VENDE-SE hum rico uniforme da Guarda Nacional, sem uso, e do melhor gosto; no largo da Lapa, canto do beco do Imperio, em huma venda em frente ao ferrador.

Jornal do Commercio, 16/9/1835, n.202, p.4

Nº 12

VENDE-SE huma farda bordada, de Chefe de Divisão; hum chapéo agaloadado com plumas, e hum par de dragonas, de uniforme rico, tudo em muito bom uso; no beco do Carro n.6.

Jornal do Commercio, 11/11/1835, n.250, p.4

ANEXO 4
NOTÍCIAS DE JORNAL

Nº 1

Quartel do Commando Superior Interino das Guardas Nacionaes, em 25 de Novembro de
1833.

Ordem do Dia.

Constando, que alguns mal intencionados, e até alguns roubadores se acobertão com a farda da Guarda Nacional para illudirem as Patrulhas que rondão a Cidade; as quaes por contemplação a Classe, os deixão passar livremente sem o exame a que se tem mandado proceder ultimamente, suppondo os seus companheiros d'armas, e até interessados como ellas, na manutenção da Ordem; quando só são malfeitores desfarçados, que debaixo daquelle honroso uniforme, trazem armas defezas: e convindo, não só prevenir estes abusos, desempenhar as ordens superiores tendentes á conservação da segurança e tranquillidade publica; como mesmo salvar a reputação da briosa Guarda Nacional, hoje o primeiro sustentaculo da Ordem, de suppostos crimes, que a maldade lhe possa irrogar: ordeno que d'ora em diante nenhum Guarda Nacional ande fardado á noite, sem que esteja de serviço: devendo as Patrulhas de ronda prender a todo o que assim fôr encontrado: recolhendo-o á prisão do Banco, ou Thesouro, e dando parte ao Official do Dia; e ao Sr. Commandante do Batalhão a que pertencer o preso, que o fará passar para a prisão destinada na Ilha das Cobras por vinte e quatro horas. Outro sim tendo cahido em desuso a ordem de serem rondadas as Patrulhas pelos Commandantes das Companhias, a que pertencem; ordeno que os ditos Commandantes detalhem semanal, ou mensalmente por si e pelos subalternos das suas Companhias a visita quotidiana das Patrulhas dellas; prohibindo-lhe o entrarem em botequins, tabernas, e outros lugares como estes.

Felipe Neri de Carvalho, Commandante Sup. int.

Esta conforme. Luiz José dos Reis Monte-Negro,

Major Ajudante d'Ordens.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 27/11/1833

Nº 2

INTERIOR.

Pernambuco, 18 de Agosto.

Tudo nos annuncia a aproximação do termo final da disoladora guerra, que mais de dous annos ha, estraga nossa bella Provincia... Parte das tropas contra elles empregada se começa a retirar por desnecessaria, e ja se recolheu o Batalhão de G.N. do Bairro de Santo Antonio do Recife, e alguma praças de Olinda, e Goianna, que voltarão cobertos de gloria depois de terem ajudado a destruir os inimigos de nossa Patria, e liberdade. Louvores sejam dados a esta briosa tropa, e seus benemeritos Officiaes, e a todos aquelles, que directa ou indirectamente têm concorrido para o anniquilamento de tão devastadora peste qual a dos Cabanos...

Jornal do Commercio, 15/9/1834, Rio de Janeiro, nº 205, 1ª p.

Nº 3

INTERIOR.

Sergipe.

Sergipe, 10 de Abril.

Foi aqui festejado solemnemente o Anniversario glorioso de nossa feliz Regeneração pelo Governo da Provincia, que não se poupou a sacrificio algum para tornar mais importante tão fausta lembrança. Ao anunciar a Aurora a costumada visita de Phebo, humas poucas de guirandolas tambem annunciárão a chegada do grande Dia, com que a Terra de Santa Cruz plantou os fundamentos da sua futura grandeza e prosperidade!

Pouco depois, a Guarda Policial Permanente, em grande uniforme, dirigio-se ao Palacio, de cuja praça formou alla até a porta da Igreja Matriz, por entre a qual o Exc. Presidente, acompanhado de seus Ajundantes de Ordens e de muitas outras pessoas de distincção, ás 11 horas dirigio-se á dita Cathedral, onde já o esperava hum numeroso concurso de Cidadãos distinctos pelo seu patriotismo e adhesão á Causa da Liberdade; chegando logo a Camara Municipal.

(Noticiador Sergipense)

Jornal do Commercio, 14/5/1835, n.106, 1ª p

Nº 4

INTERIOR.

Noticias do Pará.

Artigo de Offício.

Não sabemos com certeza as forças e intentos dos malvados, mas estamos persuadidos que não socegarão senão pela força, e esta nos falta. A nossa guarnição consiste hoje em 116 marinheiros, e em 181 infantes cabos e soldados de Caçadores e Artilheria, o que faz o numero de 342 combatentes; numero muito limitado só para o serviço de guarnição, que não pôde ser feito com menos de 400 baionetas; e ainda assim para pôr a Cidade ao abrigo de hum insulto, he mister fazer patrulhar os paisanos. Está se organisando huma companhia destes, com o titulo de Voluntarios Nacionaes de D. Pedro Segundo, e já estão armados 136; e posto que nem todos seja o seu forte baterem-se, com tudo espero que chegue a ter 200 homens bons. Tem esta companhia tres Commandantes, o primeiro o Presidente, o segundo o Taylor, a o terceiro o Ajudante de Ordens do Presidente, sobre quem ha de recahir todo o trabalho. Pretende-se tambem formar huma companhia de Cavallaria, de que será o Commandante o mesmo Ajudante de Ordens. De bordo, em caso de necessidade, podem desembarcar mais 150 marinheiros; mas ainda que tenhamos forças para nos defender, não as temos para ajudar os miseraveis habitantes dos lugares por onde anda esta horda de cannibaes.

(Carta particular.)

Jornal do Commercio, 24/9/1835, n.209, 1ª página